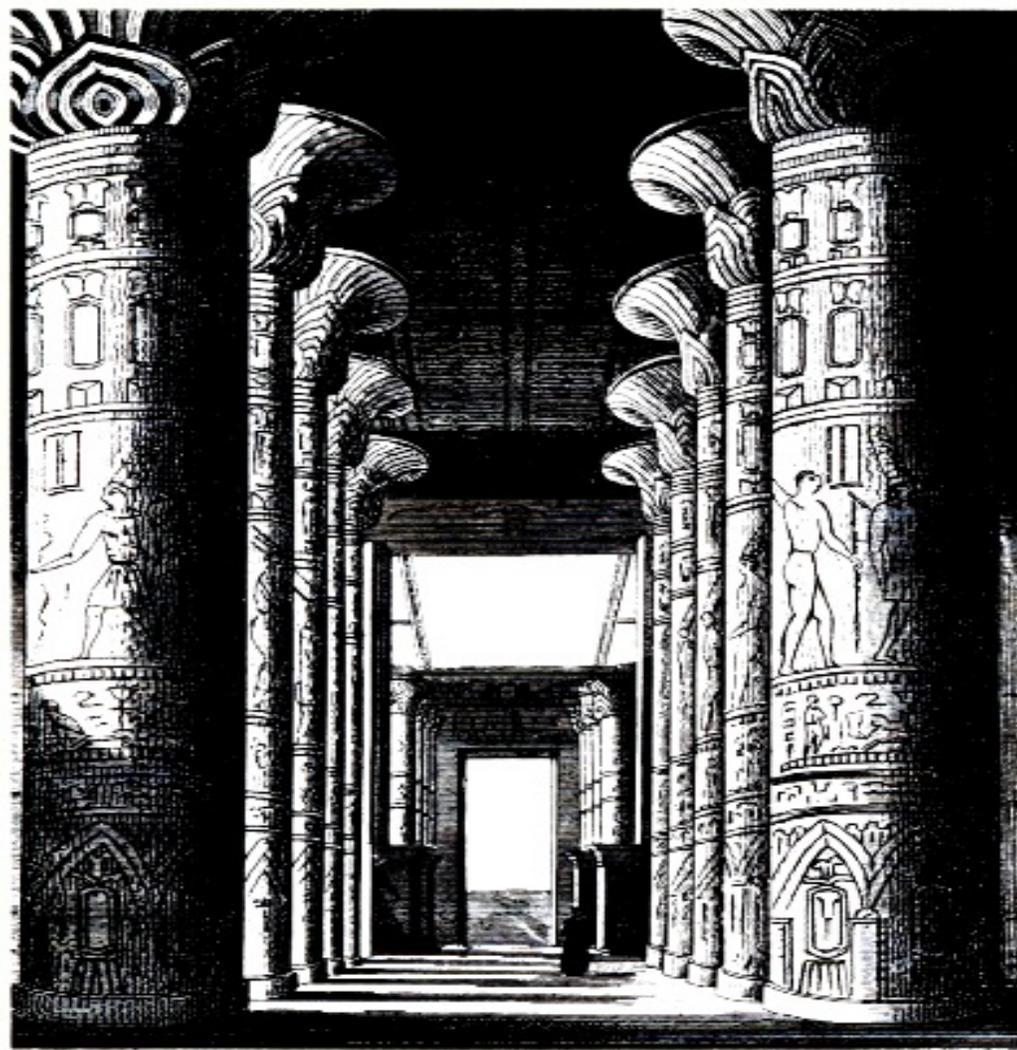


Luciano Canfora
**A BIBLIOTECA
DESAPARECIDA**

HISTÓRIAS DA
BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA



COMPANHIA DAS LETRAS

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

A Biblioteca Desaparecida
Histórias da Biblioteca de
Alexandria

Luciano Canfora

Tradução: FEDERICO CAROTTI

1989

COMPANHIA DAS LETRAS

Orelha

A grande biblioteca de Alexandria, fundada por Ptolomeu Filadelfo no início do século III a.C., é para nossa cultura mito e modelo. Foi com ela que o livro, até então mero instrumento auxiliar do ensino oral, foi promovido a objeto de autoridade e prestígio, valioso em si. Somente em Alexandria saber e livro se tornariam sinônimos.

A história da biblioteca alexandrina, que existiu por mais de mil anos, porém, é ainda hoje obscura, não por falta de dados, mas, ao contrário, pelo excesso de fontes contraditórias. Até mesmo os documentos relativos à sua destruição, que a tradição sustenta ser obra dos árabes, no século VII d.C., dão margem a dúvidas.

Mais do que uma história sistemática, *A Biblioteca Desaparecida* é a análise de inúmeros mistérios ligados a uma enorme coleção de livros, histórias de volumes perdidos e reencontrados, de furtos e falsificações, brigas entre bibliotecários e disputas entre colecionadores.

Através desse mosaico de acontecimentos delinea-se pouco a pouco a imagem de uma cultura que fez da conservação do passado seu principal dever e que, graças ao empenho de gerações de estudiosos, conseguiu reconstruir o pensamento de Aristóteles (que em vida publicara apenas alguns diálogos secundários); traduzir a Bíblia para o grego, divulgando-a em todo o Ocidente; preparar edições dos poetas gregos — ainda hoje a base do nosso conhecimento do mundo clássico —, mas que, em sua tentativa de unificar e tornar universalmente conhecidos todos os livros do mundo, foi constantemente frustrada pelas recorrentes destruições.

Tendo por base um sólido trabalho filológico, que lhe permite dominar um campo extremamente vasto de pesquisa, Canfora contrapõe à narração história a análise das fontes. Desse procedimento resulta um livro que é, como era costume em Alexandria, criação original e resumo de infinitos livros.

*Nunc adeamus bibliothecam, non illam quidem multis
instructam libris, sed exquisitis.*

*Agora chegamos à biblioteca, não aquela composta
de muitos livros, mas de livros escolhidos.*

Erasmus

Sumário

[A TUMBA DO FARAÓ](#)

[A BIBLIOTECA SAGRADA](#)

[A CIDADE PROIBIDA](#)

[O FUGITIVO](#)

[A BIBLIOTECA UNIVERSAL](#)

["DEIXO OS LIVROS PARA NELEU"](#)

[O BANQUETE DOS SÁBIOS](#)

[NA GAIOLA DAS MUSAS](#)

[A BIBLIOTECA RIVAL](#)

[ARISTÓTELES REAPARECE, E SE PERDE](#)

[O SEGUNDO VISITANTE](#)

[A GUERRA](#)

[O TERCEIRO VISITANTE](#)

[A BIBLIOTECA](#)

[O INCÊNDIO](#)

[DIÁLOGO DE JOÃO FILOPÃO COM O EMIR AMR IBN AL-AS](#)

[PRESTES A INCENDIAR A BIBLIOTECA](#)

[FONTES](#)

[GIBBON](#)

[OS DIÁLOGOS DE AMR](#)

[ARISTEU ATUALIZADO](#)

[GÉLIO](#)

[ISIDORO DE SEVILHA](#)

[LÍVIO](#)

[CONJETURAS](#)

[HECATEU](#)

[A BIBLIOTECA INENCONTRÁVEL](#)

[O SOMA DE RAMSÉS](#)

[QADES](#)

[ESTRABÃO E A HISTÓRIA DE NELEU](#)

[A VULGATA BIBLIOTECÁRIA](#)

[OS INCÊNDIOS](#)

EPÍLOGO
SOBRE ALGUMAS PERSONAGENS HISTÓRICAS
Contra capa
Sobre o Autor

A TUMBA DO FARAÓ

Sob o reinado de Ptolomeu Sóter, Hecateu de Abdera esteve no Egito. Subiu o Nilo até Tebas, a antiga capital das cem portas, cada uma delas tão ampla — segundo o que constava a Homero — que permitia a passagem de duzentos soldados, incluídos carros e cavalos. Ainda existiam, bem visíveis, os muros do templo de Amon. Muros com 24 pés de espessura, 405 cúbitos de altura, com um perímetro de dezenas e dezenas de estádios. Por dentro, tudo fora saqueado, desde que sobre o Egito abatera-se Cambises, o louco rei dos persas, um verdadeiro flagelo, que até deportara para a Pérsia os artesãos egípcios, pensando em utilizá-los para os palácios de Susa e Persépolis. Um pouco mais adiante, estavam as tumbas reais. Delas restavam apenas dezessete. No vale das rainhas, os sacerdotes mostraram-lhe a tumba das concubinas de Zeus, as nobres princesas consagradas à prostituição antes do matrimônio, em devoção ao deus. Mais além, deparou com um imponente mausoléu. Era a tumba de Ramsés II, o faraó que combatera na Síria contra os hititas. Helenizado, seu nome seria Osimandias. Hecateu entrou. O ingresso era um portal de sessenta metros de comprimento e vinte de altura. Atravessou-o e se encontrou num peristilo com a forma de um quadrado, tendo cada lado cerca de vinte metros de comprimento: o teto era um bloco único de pedra num azul profundo cravejado de estrelas. Esse céu estrelado era sustentado por colunas de aproximadamente oito metros. Mais que colunas, eram, na realidade, figuras esculpidas, uma diferente da outra, todas extraídas de blocos monolíticos. À medida que prosseguia, Hecateu ia anotando a planta do edifício. Agora estava novamente diante de um portal: semelhante ao da entrada, mas totalmente decorado com relevos e dominado por três estátuas, todas elas extraídas de blocos de pedra negra.

Entre as três, a maior (a maior estátua existente no Egito, garantiram-lhe os sacerdotes) a tal ponto ultrapassava as outras duas que estas chegavam-lhe aos joelhos. A estátua gigantesca, cujos pés mediam quase quatro metros, representava Ramsés. Aos seus joelhos, de um lado a mãe, de outro a filha. Na sala do céu estrelado, o teto tinha oito metros de altura; aqui, quase se perdia de vista, e a inesperada mudança da altura do céu, de sala para sala, desconcertava ainda mais o visitante. O que particularmente impressionou Hecateu foi que a enorme estátua de Ramsés era extraída de um bloco único, não apresentando sequer um arranhão ou mancha. "Esta obra", anotou, "é admirável não só pelas dimensões, mas principalmente pela técnica com que foi trabalhada e pela natureza da pedra." Na base, havia uma inscrição que Hecateu fez com que traduzissem para o grego: "Sou Ramsés, rei dos reis", dizia ela. E prosseguia um tanto obscuramente: "Se alguém quiser conhecer quão grande sou e onde me encontro, que supere uma de minhas obras". A frase não era unívoca. "Quão grande", obviamente, podia referir-se às dimensões. Tal interpretação podia ser corroborada pelo fato de que aquelas palavras se encontravam justamente aos pés da gigantesca estátua, e de qualquer maneira não destoavam muito da outra curiosidade que o faraó prometia satisfazer: "onde me encontro". Mas "quão grande" também podia ter um valor metafórico, isto é, não se referir à estatura, mas, por exemplo, às "obras" mencionadas logo a seguir. E também a outra expressão, "onde me encontro", exatamente como convite ou desafio a descobrir o sarcófago, dava a entender que sua localização era oculta e permitida apenas sob certas condições. Em todo caso, o visitante curioso, a partir daí, era desafiado, convidado a uma prova. Ela também formulada de maneira ambígua: "que supere uma de minhas obras" (*nikāto ti tōn emōn ergōn*), isto é, realize — ao que parece — empreendimentos ainda maiores do que os meus. Se tal era a interpretação correta, trata-se essencialmente de uma proibição. A enorme estátua se apresentava ao visitante ainda no início de seu caminho, e o desencorajava na busca do sarcófago. Mas seria a única interpretação possível? Contudo, Hecateu e seus acompanhantes

continuaram. Isolada na enorme sala, sobressaía-se uma outra estátua, com cerca de dez metros de altura, representando uma mulher com três coroas. Aqui, o enigma foi-lhe imediatamente esclarecido: era — disseram-lhe os sacerdotes — a mãe do soberano, e as três coroas significavam que fora filha, mulher e mãe de um faraó.

Da sala das estátuas passava-se para um peristilo ornamentado de baixos-relevos representando a campanha do rei na Bactriana. Ali, os sacerdotes também deram informações histórico-militares: naquela campanha — disseram eles —, o exército do rei contava com 400 mil infantes e 20 mil cavaleiros, divididos em quatro formações, cada uma delas comandada por um dos filhos do rei. A seguir, elucidaram os baixos-relevos. Mas nem sempre concordavam nas explicações. Por exemplo, diante da parede onde se representava Ramsés empenhado num cerco, tendo ao lado um leão, "uma parte dos intérpretes", anotou Hecateu, "declarou se tratar de um verdadeiro leão, que, domesticado e criado pelo rei, enfrentava a seu lado os perigos nas batalhas; outros, pelo contrário, consideravam que o rei, inquestionavelmente corajoso, mas ao mesmo tempo ávido por louvores a ponto de beirar a vulgaridade, fizera-se representar com o leão para indicar a audácia de sua alma". Hecateu se dirigiu à parede seguinte, onde estavam os inimigos vencidos e os prisioneiros, todos representados sem mãos e sem órgãos genitais: pois efeminados — explicaram-lhe — e sem força perante os perigos da guerra. Na terceira parede estava representado o triunfo do rei retornado da guerra e os sacrifícios por ele realizados em agradecimento aos deuses. Ao longo da quarta parede, por sua vez, destacavam-se duas grandes estátuas sentadas, que a recobriam parcialmente. Lá, bem junto às estátuas, havia três passagens.

Este é o único caso em que Hecateu indica explícita e pormenorizadamente o tipo de acesso de um aposento ao seguinte. Por essas três passagens entrava-se numa outra ala do edifício, onde se celebravam, não mais as gestas guerreiras, e sim as obras de paz do faraó.

II

A BIBLIOTECA SAGRADA

Hecateu contou terem lhe explicado o complicado percurso que levava até o sarcófago de Ramsés. Conseguira eludir a proibição do faraó, ou vencera a prova implícita naquela frase aparentemente esconjuratória? Ou será que agora a frase já perdera sua eficácia, e era exposta apenas como curiosidade aos visitantes do mausoléu?

Eis seu relato:

As três passagens conduziam a uma sala com colunas, construída em forma de odeão, tendo sessenta metros de comprimento. Essa sala estava repleta de estátuas de madeira, representando alguns litigantes com o olhar voltado para os juízes. Os juízes estavam esculpidos ao longo de uma das paredes, em número de trinta, e sem mãos; no meio, estava o juiz supremo com a verdade pendendo do pescoço e os olhos fechados, e no chão, a seu lado, um monte de rolos. Explicaram que essas figuras pretendiam significar com sua postura que os juízes não devem receber doações, e que o juiz supremo só deve ter olhos para a verdade.

Prosseguindo, entrava-se num perípatos circundado por todos os tipos de vãos, ornamentados com relevos representando a maior variedade de finos alimentos. Ao longo do perípatos distribuíam-se baixos-relevos coloridos, num dos quais aparecia o rei oferecendo à divindade, ouro e prata extraídos das minas durante o ano em todo o Egito. Sob esse relevo estava indicado o rendimento total, expresso em minas de prata: 32 milhões. Em seguida havia a biblioteca sagrada, por cima da qual estava escrito LUGAR DE CURA DA ALMA. Seguiam-se as imagens de todas as divindades egípcias, a cada uma das quais o rei oferecia dádivas apropriadas, como se quisesse demonstrar a Osíris e aos deuses inferiores que vivera toda a vida de modo piedoso e justo em relação aos homens e aos deuses.

Havia também uma sala, construída suntuosamente, com uma parede que coincidia com a biblioteca. Nessa sala havia um conjunto de mesas com vinte triclinios e as estátuas de Zeus e Hera, e ainda a do rei. Parece que ali estivera sepulto o corpo do rei. Disseram que essa sala possuía, por toda a volta, uma notável série de vãos, onde estavam admiravelmente pintados todos os animais sagrados do Egito. Quem subisse por esses vãos ver-se-ia diante da entrada da tumba. Ela se encontrava no teto do edifício. Nele, podia-se observar um círculo de ouro com 365 cúbitos de comprimento e um cúbito de altura. Nesse círculo, estavam descritos e dispostos os dias do ano, um para cada cúbito: para cada dia, estavam indicados o nascer e o pôr dos astros e os sinais que, segundo os astrólogos egípcios, derivam de tais movimentos. Disseram que esse friso fora depredado por Cambises na época em que se apoderou do Egito.

Esta é a descrição de Hecateu na transcrição feita, dois séculos mais tarde, pelo siciliano Diodoro. Portanto, Hecateu, no decorrer da visita, parece ter chegado até a biblioteca. A partir daí, seus acompanhantes apenas descreveram ou fizeram imaginar o restante. De fato, após a biblioteca, suas indicações tornam-se menos precisas. Por exemplo, não se esclarece como é a passagem da biblioteca para a grande sala dos triclinios; diz-se apenas que há uma parede em comum. Mas é a própria natureza da biblioteca que não fica imediatamente evidente: digno de atenção é o detalhe, narrado com grande precisão, de que um relevo — o dos deuses egípcios e do faraó que oferece dádivas — "segue-se" à biblioteca.

Tudo isso foi narrado por Hecateu num livro quase romanesco, intitulado *Histórias do Egito*, que escreveu ao final de sua viagem. Visto que não chegou até nós, temos de nos contentar com aquilo que foi transcrito por Diodoro. Hecateu, em seu livro, mesclou o antigo e o moderno, colocou no mesmo plano a antiga realidade egípcia e a nova realidade ptolomaica, as antigas e as novas normas, vigentes em sua época sob o primeiro Ptolomeu. Numa longa digressão, falou também dos hebreus no Egito e de Moisés, assim tocando num assunto da atualidade na vida do novo reino greco-egípcio. E, para que tudo ficasse ainda mais claro, incluiu em seu relato uma seção inteiramente dedicada a mostrar como os melhores

legisladores gregos vieram ao Egito para trazer inspiração e doutrina. Que melhor garantia, pois, da efetiva continuidade entre o antigo e o novo Egito? Seu trabalho foi muito apreciado pelo soberano, que lhe confiou uma missão diplomática. Por conta de Ptolomeu, Hecateu foi a Esparta.

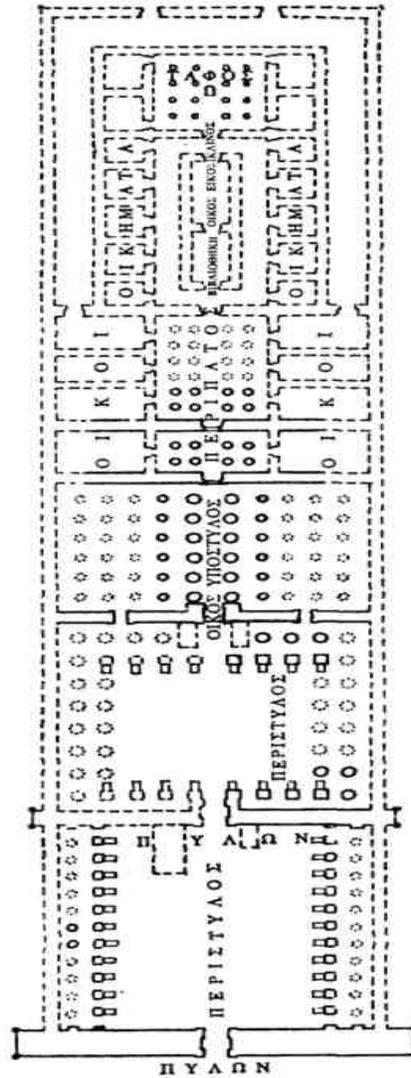


Fig. 1. Ramesseum de Tebas, reconstrução baseada em Diodoro; segundo Jollois e Devilliers

Nesse ínterim, seu livro se tornava uma espécie de "guia" de viagem. Em sua época, Diodoro ainda o tratava como tal. Um guia que não deixava de ter algumas surpresas. Numa visita ao mausoléu

de Ramsés, nem tudo na descrição de Hecateu ficaria claro. Por exemplo, na explicação dos relevos do segundo peristilo, uma observação poderia parecer um pouco estranha, a menos que se quisesse acreditar num autêntico exagero: como Ramsés poderia ter combatido na Bactriana? E o que seria aquele conjunto constituído por um perípatos, uma biblioteca e um refeitório coletivo, que parecia quase um corpo em si na planta do mausoléu? O visitante escrupuloso que ali entrasse teria uma desilusão: não encontraria a sala da biblioteca.

III

A CIDADE PROIBIDA

"Teu marido está no Egito." A velha alcoviteira atormentava, por encargo de um apaixonado, o sossego de uma jovem, bela e temporariamente única senhora de Cós, e não encontrava melhor arma do que acenar-lhe a imagem do país mais tentacular do mundo: "Egito!", espicaçava ela, "não há no mundo coisa que não esteja entre os tesouros daquele país: ginásios, espetáculos, filósofos, dinheiro, rapazes, o recinto sagrado dos deuses irmãos, o rei, homem muito generoso, e mais o Museu, vinho, e toda a abundância que se pode desejar, e mulheres, mais numerosas do que as estrelas que estão no céu, e belas, belas como as deusas que foram a Paris para o famoso julgamento".

Antes de citar o último e decisivo fator, aquele que deveria vencer as resistências e induzir a mulher a se entregar, ela também, a uma distração, a vulgar alcoviteira parece perder-se numa enumeração quase desvairada, apenas aqui e ali pontilhada de elementos alarmantes: assim, dos ginásios passa para os filósofos e, logo a seguir, conseqüência quase natural após ter nomeado esses ambíguos freqüentadores de adolescentes, menciona os "rapazes"; mas depois passa, divagando, para o templo de Ptolomeu e Arsinoé, para o rei Ptolomeu, até o Museu, para assestar, por fim, o golpe que crê definitivo: o vinho e as mulheres; mulheres tão numerosas e belas que não resta margem de dúvidas quanto ao recreativo emprego do tempo desse marido distante, que há dez meses não envia notícias.

Nas festas de Adônis, em Alexandria, abria-se ao público o palácio real e uma torrente humana era admitida em alguns parques do imenso bairro. E os cantos que as mulheres, naquela ocasião, entoavam em honra a Adônis ("com as cabeleiras soltas, as vestes desalinhas e os seios descobertos, levá-lo-emos às ondas que espumam na praia"), se conhecidos pela senhora de Cós, talvez a

tivessem preocupado ainda mais. Aquela festa era uma das raras ocasiões em que se abria o palácio.

"A cidade tem a forma de uma clâmide", dizem os antigos viajantes a respeito de Alexandria. Nesse retângulo quase perfeito, entre o mar e o lago Mareótis, o bairro do palácio ocupa um quarto, talvez até um terço, do total. E um palácio que veio se ampliando com o tempo: já Alexandre o quisera grandioso, e, a seguir, cada soberano lhe acrescentou um novo edifício ou um novo monumento.

Todo o bairro de Brúquion foi progressivamente ocupado pelo palácio em expansão. O palácio se projetava sobre o mar, protegido por um dique. Era uma autêntica fortaleza, concebida também como defesa extrema em casos de excepcional perigo. Foi o que se viu na "guerra de Alexandria", quando César, com poucos homens, por vários dias, conseguiu resistir ao assédio das armadas egípcias, entrincheirado no palácio. O modelo persa do palácio inacessível (exceto, por privilégio hereditário, aos descendentes das sete famílias que haviam vencido a conjura dos magos) passara, através de Alexandre, para a realeza helênica. No Egito, na corte ptolomaica, a ele se somava o remoto modelo faraônico.

O que quer que houvesse nos palácios do bairro real devia ser vagamente conhecido no exterior. Por exemplo, sabia-se que lá também devia estar o "Museu", arrolado pela alcoviteira de Cós entre as maravilhas de Alexandria, talvez ignorando o que seria ele. Lá ainda se encontravam preciosas coleções de livros de propriedade do rei, os "livros régios", como os chamava Aristeu, um escritor judeu com uma certa familiaridade com o palácio e a biblioteca.

IV

O FUGITIVO

Teria preferido encontrar qualquer um, menos o mordaz Crates. Ainda mais naquela miserável situação, e numa cidade pouco amistosa como Tebas. Todavia, não podendo evitá-lo, foi ao seu encontro. Crates, porém, surpreendeu-o com amável tratamento. Começou falando-lhe, em geral, sobre a condição do exilado: uma condição — disse-lhe ele — isenta de qualquer dificuldade, uma verdadeira ocasião para se libertar de tantos aborrecimentos e imprevistos da política; coragem, Demétrio — concluiu ele —, tem confiança em ti mesmo e nessa nova condição em que vieste a te encontrar.

Demétrio, que governara Atenas por dez anos e deixara que a cidade fosse ocupada por centenas de estátuas em sua honra, agora tivera de se esconder em nada menos que Tebas, para não cair nas mãos do "cerca-cidades", o novo senhor de Atenas, assim chamado numa irônica alusão à sua obstinada e freqüentemente inútil atividade poliorcética. Ficou quase incrédulo diante da insólita cortesia de seu interlocutor. Tranqüilizou-se por um instante e, dirigindo-se aos amigos, um pouco por gracejo e um pouco a sério: "maldita política", exclamou, "que até hoje me impediu de conhecer esse homem!". Evidentemente, absteve-se de seguir seu conselho, que, no entanto, como ficou claro muitos anos depois aos que ainda se lembravam do estranho encontro, tivera o significado de uma autêntica advertência divina. Deixou Tebas tão logo lhe foi possível, e se apresentou em Alexandria. E aqui, na corte de Ptolomeu, viveu sua última estação como conselheiro do rei.

Já em sua época, Filipe da Macedônia quisera Aristóteles como preceptor de Alexandre. Ptolomeu, primeiro monarca do Egito, para seu filho predileto queria Teofrasto, o sucessor de Aristóteles. Mas Teofrasto não saía de Atenas; mandara-lhe um estudante razoavelmente bom, Estrabão, que depois (mas isso ele não podia

prever) se tornaria seu sucessor. Portanto, para a dinastia macedônia dos Lágidas, que, mais do que qualquer outra, gabava-se de uma descendência direta de Filipe (Ptolomeu deixava que dissessem que seu verdadeiro pai era Filipe, e Teócrito chega a tecer detalhes sobre essa insinuação no *Encômio a Ptolomeu*), a relação com a escola de Aristóteles era, em certo sentido, hereditária. O próprio pai de Aristóteles havia sido o médico pessoal do rei macedônio.

Isso explica por que Demétrio optou sem hesitação por Alexandria. Ele também havia pertencido à escola: fora aluno de Aristóteles e amigo de Teofrasto, e quando governou Atenas favoreceu sob todas as formas aquela associação fechada, um tanto malvista, de metecos. Agora que seu protetor Cassandro sofrera uma derrota que comprometia também a ele, Demétrio refugiava-se junto aos Ptolomeus, que, ademais, eram parentes de Cassandro e seu pai Antipater, "regente" da Macedônia desde a morte de Alexandre. Levou ao Egito o modelo aristotélico, e foi esta a chave de seu sucesso. Esse modelo, que havia colocado o Perípatos na vanguarda da ciência ocidental, era agora adotado em grande estilo e sob proteção real em Alexandria. A tal ponto que se disse posteriormente, num anacronismo apenas aparente, que "Aristóteles ensinara aos reis do Egito como se organiza uma biblioteca". Disse-se também que Demétrio havia recomendado a Ptolomeu "constituir uma coleção dos livros sobre a realeza e o exercício do mando e lê-los", e que até fora ele a dar início — tendo se tornado íntimo do soberano a ponto de ser definido como "o primeiro de seus amigos" — à legislação lançada por Ptolomeu.

Intrigante como era, porém, não resistiu, tendo chegado a tais alturas, ao impulso de dirigir pessoalmente a política dinástica do soberano. Ptolomeu tinha filhos de primeiras núpcias com Eurídice, e quatro filhos de Berenice, uma viúva experiente e de grande fascínio, originária de Cirene. Berenice chegara a Alexandria junto com Eurídice. A convivência dos três na corte fora excelente. Mas Ptolomeu começou a preferir um de seus quatro filhos com Berenice, a ponto de querer associá-lo ao trono. Era isso que preocupava Eurídice. Demétrio se intrometeu nessa questão delicada, tomando o

partido de Eurídice — talvez também por ser Eurídice filha de Antipater. Talvez tivesse pensado que dificilmente Ptolomeu acabaria por se ligar dinasticamente a uma família de senhores locais, em vez dos donos do reino macedônio. E começou a alertar o soberano, tocando numa tecla que lhe parecia eficaz: "Se deres a um outro", repetia-lhe, "depois ficarás sem nada". Mas não conseguiu chegar a lugar algum com seus argumentos um pouco mesquinhos. Ptolomeu já estava decidido a associar-se ao filho predileto. Eurídice compreendeu que não havia mais nada que pudesse fazer e, desesperançada, deixou o Egito.

Pouco depois, no início do ano 285 a.C., o jovem Ptolomeu foi oficialmente colocado ao lado do pai, e dividiu com ele o reinado por três anos, até a morte do Sóter. Tornando-se o único soberano, pensou em se livrar de Demétrio: mandou prendê-lo, ou talvez apenas mantê-lo sob vigilância, antes de tomar uma resolução definitiva sobre ele. Assim, Demétrio estava novamente por baixo, como no tempo de sua miserável estada em Tebas, quando as palavras inutilmente previdentes de Crates apenas divertiam, mas não o afetavam.

Isolado, sob estrita vigilância, num vilarejo do interior, um dia estava cochilando. Sentiu de repente uma dor lancinante na mão direita, que, durante o sono, pendia ao lado. Quando percebeu que fora mordido por uma serpente, já era tarde demais. Evidentemente, o incidente fora arquitetado por Ptolomeu.

V

A BIBLIOTECA UNIVERSAL

Demétrio havia sido o plenipotenciário da biblioteca. Por vezes o rei passava os rolos em revista, como manípulos de soldados. "Quantos rolos temos?", perguntava. E Demétrio o atualizava sobre os números. Tinham-se proposto um objetivo, haviam feito cálculos. Havia estabelecido que, para recolher em Alexandria "os livros de todos os povos da terra", seria necessário um total de 500 mil rolos. Ptolomeu elaborou uma carta "a todos os soberanos e governantes da terra", na qual pedia que "não hesitassem em lhe enviar" as obras de todos os gêneros de autores: "poetas e prosadores, retóricos e sofistas, médicos e adivinhos, historiadores e todos os outros mais". Ordenou que fossem copiados todos os livros que por acaso se encontrassem nos navios que faziam escala em Alexandria, que os originais fossem retidos e aos proprietários fossem entregues as cópias; esse fundo foi posteriormente chamado de "o fundo dos navios".

Veza por outra, Demétrio fazia uma exposição escrita ao soberano, que começava assim: "Demétrio ao grande rei. Em obediência à tua ordem de acrescentar às coleções da biblioteca, para completá-la, os livros que ainda faltam, e de restaurar adequadamente os defeituosos, dediquei grande cuidado, e agora faço-te um relatório etc."

Num desses relatórios, Demétrio ilustrava a conveniência de adquirir também "os livros da lei judaica". "É necessário", prosseguia, "que esses livros, sob forma correta, tenham lugar em tua biblioteca." E, seguro de recorrer a um nome bem-vindo ao soberano, invocava a autoridade de Hecateu de Abdera, que em suas *Histórias do Egito* tanto espaço dedicara à história judaica. O argumento de Hecateu, conforme é citado por Demétrio, era um tanto curioso. Soava mais ou menos assim: "Não admira que, em sua maioria, os autores, poetas e a multidão de historiadores não tenham mencionado

aqueles livros e os homens que viveram e vivem de acordo com eles; não por acaso se abstiveram, devido ao elemento sagrado neles contido".

Quando já se contavam 200 mil rolos, Demétrio voltou ao assunto durante uma visita do rei à biblioteca. "Dizem-me", assim se dirigindo ao soberano, "que as leis dos judeus também são livros dignos de transcrição e inclusão em tua biblioteca." "Está bem", respondeu Ptolomeu, "e o que te impede de providenciar essa aquisição? Como sabes, tens à tua disposição tudo o que é necessário, homens e meios." "Mas é preciso traduzi-los", observou Demétrio, "estão escritos em hebraico, não em siríaco, como geralmente se crê; é uma língua totalmente diferente."

Quem menciona este diálogo garante tê-lo presenciado pessoalmente. Era um judeu da comunidade de Alexandria, a grande e laboriosa comunidade radicada no palácio, instalada no mais belo bairro — lamentava um anti-semita empedernido como o gramático Apião —, um bairro destinado aos judeus, dizia-se, pelo próprio Alexandre. Perfeitamente helenizada na língua e na cultura, essa empreendedora personagem soubera aproveitar-se de uma mimetização perfeita para entrar na corte e aí conquistar crédito e amizades. Um problema de sua comunidade, que lhe parecia muito agudo, era a utilização, então dominante, mas sempre combatida pelos ortodoxos, da língua grega nos ofícios da sinagoga. Podemos supor que conseguiu ser contratado, gozando na corte da proteção de correligionários ou simpatizantes, como adido à biblioteca. Do que escreve, deduzimos que soube manter oculta sua ligação com a comunidade judaica, e que continuou a falar e escrever sobre os judeus como um povo interessante, mas diferente.

Dos materiais de escrita e da confecção dos rolos fala com tal perícia e propriedade de linguagem que nos leva a imaginá-lo como zeloso e estimado "diaskeuastés" (curador de textos); portanto, sempre subindo na confiança de Demétrio e inspirador, junto a ele, da proposta respeitosamente insistente de também abrir as prateleiras da biblioteca do rei à lei judaica.

Mas é exatamente isso: temos de *imaginar*, pelo menos em parte, na medida em que nosso autor fala muito pouco de si. Diz que seu

nome é Aristeu e tem um irmão chamado Filócrates: dois nomes genuinamente gregos, mas que também serão usuais entre os judeus da diáspora, cada vez mais impregnados daquilo que os ortodoxos desdenhosamente chamavam de "helenismo"; que é amigo dos dois chefes da guarda pessoal de Ptolomeu, Sosíbio de Tarento e André; que presenciou, nas dependências da biblioteca, o diálogo entre Demétrio e o soberano (diálogo, do qual acima mencionamos apenas o início); por fim, que participou da missão enviada por Ptolomeu a Jerusalém, para conseguir bons tradutores. Dá também a entender que era aquele Aristeu autor de um livro chamado *Quem são os judeus*, então em circulação, totalmente baseado — assegura ele — em informações de sacerdotes egípcios, exatamente como o excuro das *Histórias do Egito* de Hecateu de Abdera. E, enfim, também tenta dessa maneira — mas aqui é realmente difícil dar-lhe crédito — fazer-se passar por um "gentio". Em casos do gênero, como se sabe, é difícil avaliar se as expressões que falam em "colaboracionismo" são exageradas e injustas ou se, pelo contrário, contêm uma parcela de verdade. Evidentemente, se se raciocinasse pelo critério, que a alguns parece útil, dos resultados obtidos, teríamos de dizer que a iniciativa então amadurecida foi, para os judeus, das mais favoráveis. Mas também não se pode ocultar a vantagem que os dominadores acabavam tendo, por conhecerem melhor seus súditos.

Ao dizer que "também" os livros da lei hebraica mereciam ser traduzidos para o grego, Demétrio estava implicitamente afirmando que este não era o primeiro trabalho do gênero que se faria na biblioteca. "De cada povo", informa um tratadista bizantino, "recrutaram-se doutos que, além do domínio sobre sua língua, conheciam profundamente o grego; a cada grupo foram confiados os respectivos textos, e assim preparou-se "uma tradução grega de tudo." A tradução dos textos persas atribuídos a Zoroastro, com mais de 2 milhões de versos, era lembrada, mesmo séculos depois, como um empreendimento memorável. Na época de Calímaco, que compilava os catálogos dos autores gregos divididos por armários, Hermipo, seu aluno, pensou em imitá-lo, e talvez intimamente quisesse superá-lo, preparando os índices desses 2 milhões de

versos, diante dos quais as poucas dezenas de milhares de hexâmetros da *Ilíada* e da *Odisséia* pareciam minúsculos breviários. Esses doutos foram os únicos, num certo período da história da biblioteca, a usufruir da visão deslumbrante, que viria a ser o sonho de escritores fantásticos, dos livros de todo o mundo. Ânsia de totalidade e vontade de domínio, não diversas do impulso que, segundo as palavras de um antigo retórico, levava Alexandre a tentar "ultrapassar os confins do mundo". E também se dizia que ele pretendia uma biblioteca de dimensões imponentes em Nínive, para a qual mandara preparar traduções dos textos caldeus.

Portanto, o objetivo almejado pelos Ptolomeus e executado pelos seus bibliotecários não era apenas a aquisição dos livros do mundo inteiro, mas também sua tradução para o grego. Naturalmente, podiam ser reelaborações e compêndios em grego, como, por exemplo, as *Histórias egípcias* de Maneton, um sacerdote oriundo de Sebenito (uma região do Delta) e atuante em Heliópolis. Maneton reelaborou dezenas e dezenas de fontes, rolos conservados nos templos, listas de soberanos e suas proezas, tal como fizera Megástenes, embaixador do rei Seleuco da Síria na corte indiana de Pataliputra, com tantas fontes indianas.

Com as armas dos macedônios, em poucos anos os gregos tornaram-se a casta dominante em todo o mundo conhecido: da Sicília à África do Norte, da península balcânica à Ásia Menor, do Irã à Índia e ao Afeganistão, onde se detivera Alexandre. Os gregos não aprenderam a língua de seus novos súditos, mas compreenderam que, para dominá-los, era preciso entendê-los, e que para entendê-los era necessário traduzir e reunir seus livros. Assim nasceram bibliotecas reais em todas as capitais helênicas: não apenas como fator de prestígio, mas também como instrumento de dominação. Nessa obra sistemática de tradução e aquisição, coube um lugar de destaque aos livros sagrados dos povos dominados, por ser a religião, para quem pretendia governá-los, como que a porta de suas almas.

VI

“DEIXO OS LIVROS PARA NELEU”

Quando morreu Teofrasto, num ano entre 288 e 284 a.C., descobriu-se em seu testamento uma cláusula bastante estranha: "Deixo todos os livros para Neleu". Aos outros alunos deixava como herança "o jardim e a alameda coberta, e os edifícios próximos ao jardim". (Isso lhe era possível graças a Demétrio, que, como senhor de Atenas, conseguira que Teofrasto, mesmo não sendo cidadão ateniense, entrasse finalmente em posse do terreno onde se situava a escola). Os livros, pelo contrário, destinavam-se apenas a Neleu. Por que esse privilégio, e que livros eram?

Neleu, natural da cidadezinha asiática de Scepsi, na Tróade, então era provavelmente o último aluno vivo de Aristóteles. Era filho daquele Corisco freqüentemente citado por Aristóteles em suas aulas, quando queria indicar, com um nome próprio, um sujeito concreto. Quando morreu Platão, Corisco deixara a Academia junto com Aristóteles, e com ele se retirara para Axo, não distante de Scepsi, junto a um dinasta local, ex-escravo e eunuco, tendo depois se tornado influente devido às ligações estabelecidas com Filipe da Macedônia, de quem era a quinta-coluna no império persa. Mas alguém o traía; o rei da Pérsia, capturando-o, massacrou-o sem conseguir arrancar-lhe uma única informação útil. Em honra de sua morte, Aristóteles compôs um hino que exprime emoção e admiração: o hino à virtude. O próprio Aristóteles tivera uma forte ligação com esse ambiente: o tutor que se encarregara dele após a morte do pai Nicômaco, Próximo de Atarneu, era um conterrâneo de Hérnia e Corisco. Em suma, Neleu podia se gabar de laços hereditários de amizade com Aristóteles e com um ambiente que fora muito importante para ele. Portanto, Teofrasto tinha boas razões para supor que seu sucessor na direção da escola seria justamente Neleu. Foi por isso que decidiu legar-lhe pessoalmente aqueles bens inestimáveis que eram "os livros de Aristóteles".

Ao que parece, eram aqueles livros que foram se formando nas aulas de Aristóteles, com a ativa participação dos alunos, a partir de — e durante — seus ensinamentos. Eram exemplares únicos, testemunho, reelaborado e enriquecido ao longo do tempo, de uma reflexão em andamento, nunca confiada a livros destinados ao exterior. Preciosos exemplares reservados ao uso da escola, sendo justo que fossem confiados a um único e honrado responsável, o provável futuro escolarca.

Mas Neleu não foi eleito escolarca. Muitas coisas tinham mudado na escola desde que Demétrio fugira para o Egito. Com o governo parademocrático do "Poliorceta", a vida para os antigos protegidos de Falereu não deve ter sido muito fácil. Tanto que, para dirigir a escola, o escolhido foi o próprio Estrabão, que na corte ptolomaica havia sido preceptor do herdeiro ao trono — uma ligação que deve ter pesado no momento da eleição. Neleu, ofendido, retirou-se para sua cidade natal, Scepsi, com seu precioso carregamento de livros. A escola sofreu muito com isso. Era um empobrecimento irreparável. Não que ignorassem, os princípios gerais do pensamento do mestre; pelo contrário, paráfrases havia de sobra, começando pelas bastante prolixas do próprio Teofrasto, que sempre envolvia em muitos véus aristotélicos aquilo que trazia de novo e próprio. Mas já não possuíam, devido à abrupta decisão de Neleu, os desenvolvimentos específicos, o encadeamento das deduções como viera se construindo em anos e anos de reflexão: devido àquele procedimento característico de Aristóteles que consistia em recommençar, algum tempo depois, a partir de um mesmo assunto, uma nova reflexão que a rigor deveria minar a anterior, mas que por escrúpulo, devoção ou talvez até prudência os ouvintes e participantes do incessante trabalho haviam preferido justapor às camadas anteriores, criando uma devota confusão cujo deslindamento coube a outros, séculos depois. Por ora, os peripatéticos estavam reduzidos a "formular proposições gerais", restritos, como disse gracejando um especialista como o gramático Tiranião, a uma repetitiva pomposidade tão genérica quanto vazia. Razão pela qual homens como Epicuro — que aos vinte anos chegou a Atenas, no ano da morte de Aristóteles — e Zenão só encontraram

pela frente a obra menos original do mestre, que ele próprio publicara em vida sob a forma canonicamente platônica do diálogo. Mas não poderia passar despercebida a desdenhosa retirada de Neleu para a Tróade, seqüestrando a palavra viva do mestre: principalmente porque se firmara na mente do Filadelfo o projeto da biblioteca universal. Ele tinha todos os motivos para esperar, para seu projeto, a colaboração do homem que havia sido seu preceptor e agora era o escolarca do Perípatos. Mas ao excelente Estrabão não restou senão remeter o antigo pupilo, agora soberano, ao intratável Neleu. Foi imediatamente enviada uma missão em sua busca, na esperança de obter por dinheiro aquilo que os colegas de escola não tinham conseguido em nome da fé. Mas Neleu fez pouco dos emissários do rei do Egito. Vendeu-lhes algumas cópias de tratados de menor importância, diversos tratados de Teofrasto, que por certo não eram grande coisa, e principalmente livros que haviam sido *de propriedade* de Aristóteles. Jogou com as palavras, afirmando ter possuído de fato "a biblioteca de Aristóteles" — como sustentavam os enviados do rei —, mas, precisamente, sua biblioteca pessoal, os livros que o mestre possuía; dos quais, de qualquer maneira — acrescentou ele —, estava pronto, mesmo que dolorosamente, a se separar.

Em Alexandria não se percebeu imediatamente o engano, e nos catálogos da biblioteca real fez-se o registro: "Reinante Ptolomeu Filadelfo, adquiridos de Neleu de Scepsi os livros de Aristóteles e Teofrasto".

VII

O BANQUETE DOS SÁBIOS

Aristeu se aproveitara das circunstâncias. Ptolomeu mal acabara de autorizar a solicitação de efetuar a tradução da lei hebraica, e ele já lhe colocava uma questão premente: "A lei hebraica", disse, "que estamos prontos não só a mandar copiar, mas até a traduzir, é válida para todos os judeus; e agora, como vamos explicar que se proceda a um tal empreendimento bem no momento em que, no teu reinado, tantos judeus se encontram na prisão?". O momento fora bem escolhido, visto que também estavam presentes Sosíbio de Tarento e André, os dois chefes da guarda pessoal do rei, aos quais Aristeu expusera essa solicitação havia algum tempo, tendo obtido a concordância de ambos. A manobra pareceu tão hábil que se chegou a supor que Aristeu até provocara a iniciativa da tradução (de êxito certo, dadas as ambições do soberano) com o único fito de poder levantar imediatamente a questão da incoerência com o tratamento infligido aos judeus deportados.

Aristeu não deixou de apelar à generosidade do soberano, calando-se a seguir, à espera de uma reação. O diálogo que se seguiu por um instante pareceu reproduzir aquele que se desenrolara um pouco antes, a respeito dos rolos. "Quantos milhares julgas que são?", perguntou Ptolomeu dirigindo-se a André (referindo-se aos judeus, não aos rolos). E este, prontamente, pois nada indiferente à questão: "Pouco mais de 100 mil". "Pede pouco o bom Aristeu!", comentou Ptolomeu com ironia, dispondo-se por outro lado ao consentimento, em vista da disposição favorável de seus dois fidelíssimos. Os prisioneiros foram libertados sob indenização, paga aos senhores pelo "banco real". E foram contemplados não só os prisioneiros capturados pelo Sóter na campanha da Síria, mas todos os judeus já antes residentes ou deportados para o Egito antes ou depois dessa campanha. "E nossa convicção", determinava o édito de libertação, "que estes foram reduzidos à escravidão contra a

vontade de nosso pai e contra qualquer conveniência, apenas pelo descomedimento da soldadesca." Dessa forma, a providência evitava censurar a conduta do soberano anterior.

A libertação dos judeus deportados foi, para Ptolomeu, como que uma credencial junto a Eleazar, sumo-sacerdote de Jerusalém. "Restituímos a liberdade a mais de 100 mil judeus", anuncia ele na mensagem em que solicita o envio de tradutores especializados; "os mais válidos recrutamos para o exército; os aptos a tomarem lugar ao nosso lado, demonstrando-se dignos da confiança que se exige em homens da corte, colocamo-los na burocracia". "Resolvemos fazer algo de bom a esses e a todos os outros judeus", prosseguia, "nas diversas partes do mundo, e a todos os que virão depois, e por isso decidimos mandar traduzir vossa lei do hebraico para o grego, para que tenha lugar em nossa biblioteca ao lado dos outros livros do rei." Eleazar respondeu com entusiasmo à oferta do rei, augurando bons votos a ele e à rainha Arsinoé, sua irmã e esposa, e a seus filhos, e saudando-o como "sincero amigo". A carta de Ptolomeu foi lida em público, informa Aristeu, que com o amigo André dirigia a delegação saída de Alexandria.

Com sua visita a Jerusalém, Aristeu teve interessantíssimas impressões, como, por exemplo, a visão do sumo sacerdote no esplendor do seu solene aparato. Judeu da diáspora, deve ter retirado do encontro com suas raízes motivos para uma autêntica emoção. Impressionaram-no as pequenas dimensões de Jerusalém, comparadas à enormidade de Alexandria, a cidade onde sempre vivera. Prudente e sensato como sempre, nisso se inspirou para uma reflexão até demasiado complacente para com a política interna dos Ptolomeus: se no Egito — pensou ele — o povo do campo, isto é, os locais, não tinha permissão de permanecer na cidade por mais de vinte dias, isso se compreende e se justifica pelo fato de que ao soberano interessa que não decaia a agricultura em consequência de um êxodo excessivo dos camponeses. Sua idéia é que judeus e gregos, juntos, estão destinados a governar, ao passo que os egípcios devem ser mantidos em seu lugar: exatamente como pensava Ptolomeu, ao escrever a Eleazar que muitos judeus haviam

sido postos no comando de guarnições, com soldos mais altos "para incutir temor á raça egípcia".

O encontro dos dois povos dirigentes foi como que selado pela acolhida reservada por Ptolomeu à delegação dos 72 eruditíssimos judeus, escolhidos em número de seis para cada tribo de Israel. Por sete dias prolongou-se o banquete em honra deles, e para o soberano foi a ocasião para refinar sua educação política, através de uma sutilíssima casuística que não negligenciou nenhum, nem mesmo o mais negligenciável, problema relativo à realeza. Sinal de que o conselho de Demétrio de "providenciar os livros sobre a realeza e lê-los" não fora de forma alguma, infrutífero.

O rei atormentava os sábios comensais com torrentes de perguntas, na base de dez por dia. "Como conservar o reino?", Perguntava. "Como ter o assentimento dos amigos?" "Como conseguir aprovação, nos processos, justamente dos que se viam frustrados?" "Como transmitir o reino intacto aos herdeiros?" "Como enfrentar com equilíbrio, os imprevistos?" E assim por diante. E eles, a cada vez, excogitavam uma resposta que fosse simultaneamente respeitosa, original e em conformidade com sua idéia da manifestação da onipotência divina até mesmo no menor recôndito da existência humana. No primeiro dia encontrava-se no banquete um filósofo grego, Mnedemo de Erétria, um dialético que também freqüentara a Academia platônica antes de se ligar à escola megárica de seu mestre Estilpão. Mnedemo, que estava ali por parte do soberano de Chipre, não tinha nenhuma intenção de se juntar àqueles debates na verdade um pouco extravagantes. "Qual é o cúmulo da coragem?" Insistia Ptolomeu, e ainda: "Como ter um sono não agitado?" "E como conseguir pensar somente em coisas boas"? "Como escapar à dor"? "E como conseguir dar ouvidos aos outros"? "Qual é a maior negligência"? "E como se dar bem com a própria esposa"? Nem diante desta pergunta os velhos sábios desanimaram. "Sabendo que o sexo feminino é veemente e audaz", respondeu um deles, "e sobretudo irrefreavelmente inclinado ao que deseja, mas pronto a se deixar desviar por um raciocínio errado, é preciso tratar a mulher com mente fria e jamais enfrentá-la de forma que provoque uma disputa com ela. Então o caminho segue reto, quando

o piloto sabe o que quer. Mas invocando Deus dirige-se bem a vida em cada um de seus aspectos." "E como empregar o tempo livre?" "Deves ler", respondeu-lhe um dos velhos, talvez ignorando que falava com o possuidor dos livros do mundo inteiro, "principalmente relatos de viagem referentes aos vários reinos da terra. Dessa forma saberás cuidar melhor da segurança dos teus súditos; assim fazendo, alcançarás glória e Deus atenderá a teus desejos."

"Vê", disse Ptolomeu dirigindo-se a Mnedemo, curioso por uma opinião sua, "cercados de improviso por todos os tipos de perguntas, responderam como exige a razão, todos baseando-se em Deus para seus argumentos." "Sim, Majestade", respondeu Mnedemo com muito oportunismo, evitando discordar, "posto que tudo dependa de uma força providencial e assumindo-se como premissa que o homem é criatura de Deus, efetivamente daí decorre que todo o vigor e a beleza de um argumento encontram seu princípio em Deus." "Exatamente isso", comentou Ptolomeu, sem entender que Mnedemo, no fundo, evitara expressar sua opinião. Então cessou a discussão — assim dizia a fonte que informou Aristeu —, "e todos se voltaram para a alegria".

Nesse ínterim, nos teatros de Alexandria (havia cerca de quatrocentos ainda na época em que lá se instalaram os árabes) sucediam-se em alegre promiscuidade dramalhões históricos, adaptados ao gosto dos diversos povos que se misturavam na variegada metrópole. Entre os gregos, muitos deles provenientes das cidades da Ásia, fazia sucesso um drama extraído da história de Giges, narrada por Heródoto. E é quase supérfluo lembrar que o elemento picante da história — quando Candaules, arrebatado pela beleza da esposa, obrigava o seu ministro a se esconder na alcova para observar a rainha se despir — garantia ao medíocre pastiche uma sucessão de réplicas. Não faltava quem por diversão imitasse alguma cena. Nos teatros freqüentados pelos judeus, faziam furor as chamadas "tragédias" de um bom encenador, um tal Ezequiel, que, numa série de quadros recitados por coros, dramatizavam os episódios mais famosos e comoventes do Antigo Testamento: a história de Moisés, a fuga do Egito, o cativo babilônico. O fascínio desses temas era muito diferente do das histórias de harém

recolhidas por Heródoto, e mesmo alguns autores gregos ousavam encená-los. Por exemplo, Teodetes de Fasélides tentou, mas foi censurado.

Mas agora que os sábios de Jerusalém, a fina flor da doutrina rabínica, estavam em Alexandria, e além do mais pareciam não apreciar essa mistura de sagrado e profano, tentou-se impedir que os teatros encenassem a história sagrada. Além do mais, é claro que era recitada em grego, língua a que também estavam habituados os judeus que freqüentavam tais espetáculos. E parecia quase ofensivo que, enquanto se iniciava com tamanha solenidade sacra a desejada tradução grega do Pentateuco, circulassem pelos palcos essas sub-reptícias traduções pouco confiáveis. Não seria bom mostrar-se indulgente com a confusão reinante, acentuada pelo fato — como apontara Demétrio num relatório ao soberano — de já circularem traduções gregas não autorizadas, e de pouco valor, da "sagrada" escritura.

Contudo, ao contrário do que poderia se esperar, os 72 não foram levados ao Museu para executarem sua obra, e sim acomodados na ilhota de Faro, a sete estádios da cidade. A cada passo que avançava o trabalho, era Demétrio que ia até eles, com um pessoal adequado, para levar a cabo a transcrição definitiva das partes traduzidas e acordadas. Em 72 dias, os 72 intérpretes concluíram a tradução.

VIII

NA GAIOLA DAS MUSAS

Dentro do Museu, porém, a vida não era nada tranqüila. "Na populosa terra do Egito", escarnecia um poeta satírico da época, "são criados uns garatujadores livrescos que se bicam eternamente na gaiola das Musas." Timão, o filósofo cético a que se devem tais palavras, sabia que em Alexandria — diz ele vagamente "no Egito" — encontrava-se o fabuloso Museu: chama-o de "gaiola das Musas", referindo-se justamente à aparência de pássaros raros, distantes, preciosos, de seus moradores. Deles diz que "são criados", referindo-se também aos privilégios materiais concedidos pelo rei: o direito às refeições gratuitas, o salário, a isenção de impostos.

Chamava-os de *charakitai*, querendo dizer "que fazem garatujas" em rolos de papiro, com um deliberado jogo de palavras com *charax*, "o recinto", onde aqueles pássaros de viveiro de luxo viviam escondidos. E para demonstrar que eram dispensáveis, que todo o mistério e a reserva que os circundava na realidade encobriam o vazio, o nada, Timão desdenhosamente dizia a Arato, o poeta dos *Fenômenos* que costumava freqüentá-lo, que usava "as velhas cópias" de Homero, não aquelas "agora corrigidas", referindo-se ao esforço dedicado por Zenódoto de Éfeso, o primeiro bibliotecário do Museu, ao texto da *Ilíada* e da *Odisséia*. Por exemplo, no verso 88 do livro quarto da *Ilíada*, Zenódoto mudava o texto no ponto em que fala de Atenas misturando-se aos heróis troianos — "Pândaro igual aos deuses procurando, se jamais viesse a encontrar" — por lhe parecer impossível falar de uma deusa que "se esforça em encontrar o objeto que procura". No livro primeiro, propusera eliminar os versos 4 e 5, os famosos versos da "medonha refeição de cães e pássaros", por alguma outra razão que, por sorte, não pareceu convincente a ninguém além dele. Timão não estava totalmente errado em se sentir enfastiado com tudo isso.

Naturalmente, não era só esse tipo de excêntricas intervenções que os ocupava. Classificavam, dividiam em livros, copiavam, anotavam, enquanto o material crescia incessantemente, e eles próprios, com seus volumosos comentários, contribuíam para aumentá-lo. Poucos conheciam a fundo a biblioteca em todas as suas partes e artérias. Num dos periódicos concursos poéticos promovidos pelos Ptolomeus — já se estava na época do Evergeta —, foi preciso acrescentar um sétimo juiz ao júri; o soberano recorreu aos expoentes máximos do Museu, e eles lhe revelaram a existência de um douto chamado Aristófanes, originário de Bizâncio, que — disseram-lhe — "todo dia, o dia inteiro, não fazia outra coisa além de ler e reler atentamente todos os livros da biblioteca, seguindo pela ordem". Ordem que, portanto, Aristófanes conhecia perfeitamente. O que se viu logo depois, quando, para desmascarar alguns poetas plagiadores que estavam prestes a conquistar os melhores prêmios, abandonou a sessão do júri e, "confiando em sua memória" (assim explica Vitruvius, ao narrar o episódio), foi diretamente a algumas estantes "bem conhecidas a ele", e pouco depois reapareceu, brandindo os textos originais que aqueles plagiadores haviam tentado impingir como seus.

Calímaco tentou uma classificação geral, com seus *Catálogos* subdivididos por gêneros, correspondentes aos outros tantos setores da biblioteca: *Catálogos dos autores que brilharam em cada disciplina*, tal era o título do enorme catálogo, que sozinho ocupava uns 120 rolos. Esse catálogo dava uma idéia da ordenação dos rolos. Mas certamente não era uma planta ou um guia, que só muito mais tarde, na época de Dídimo, seriam compilados. Os *Catálogos* de Calímaco serviam apenas a quem já tivesse prática. E, mesmo assim, por se basear no critério de arrolar somente os autores que haviam "brilhado" nos diversos gêneros, o repertório de Calímaco devia representar uma seleção, ainda que imensa, do catálogo completo. Épicos, trágicos, cômicos, historiadores, médicos, retóricos, leis, miscelâneas são algumas das categorias: seis seções para a poesia e cinco para a prosa.

Aristóteles pairava entre aquelas estantes, entre aqueles rolos bem-ordenados, desde que Demétrio ali transplantara a idéia do mestre:

uma comunidade de doutos isolados do mundo exterior, guarnecida de uma biblioteca completa e um local de culto às Musas. A ligação se fortalecera com a longa permanência de Estrabão na corte. "O método e o gênio do Estagirita", escreveu um douto francês, "presidiam a distância à organização da biblioteca." Mas eram justamente as estantes destinadas a conter suas obras que davam pena de ver: praticamente apenas as obras divulgadas por Aristóteles em vida, se é que simplesmente não se insinuava alguma falsificação que depois seria difícil desalojar. Por outro lado, nada ou quase nada dos fundamentais *Tratados*, como eram chamadas na escola. Tratados cuja falta se fazia notar cada vez mais, agora que começavam a circular as listas, meras relações de títulos, redigidas no âmbito da escola, que evidenciavam, para além de qualquer dúvida ou ilusão, a burla de Neleu. Ou melhor, a própria profusão de listas aumentava o risco de conter falsificações, na medida em que — notava séculos depois um conhecedor inigualável como João Filopão — não faltavam obras homônimas, mas de outros autores (Eudemo, Fania, o próprio Teofrasto, para citar apenas os mais conhecidos), ou até obras de outros Aristóteles apressadamente confundidos com o Estagirita. Sem falar na ânsia do Evergeta em recolher todo o Aristóteles, rivalizando, ao que se dizia, com o rei da Líbia, apaixonado colecionador das obras de Pitágoras.

Mas a doutrina aristotélica, principalmente a crítico-literária, para não falar da técnica biográfica, inventada, pode-se dizer, pelos peripatéticos, era bastante conhecida — mesmo que pelas reelaborações de escola, a começar pelos tratados do próprio Demétrio, *Sobre a Ilíada*, *Sobre a Odisséia*, *Sobre Homero*. Ou melhor, nesse campo, a de Aristóteles era, a rigor, a única sistematização teórica, baseada — o que a tornava respeitável — não mais em nebulosas intuições, e sim numa coletânea de textos. Evidentemente, daqueles que puderam ser recolhidos. Totalmente diferente, em todo caso, do extravagante método de seu mestre Platão, que sem dúvida falava mal da poesia, mas não estava claro o quanto lera, pois, só para dispor dos poemas de Antímaco, tivera de esperar meses e meses até que lhe trouxessem um exemplar da Ásia Menor.

Aristóteles não se entregara a esses expedientes pueris e extremistas, tais como banir Homero da "cidade ideal". Sensatamente, classificara, de um lado, a *Ilíada* e a *Odisséia* e, de outro, os poetas do *Ciclo épico*, explicando de modo persuasivo por que aqueles dois poemas, construídos em torno de um único episódio, mostravam-se superiores em relação aos outros, meros encadeamentos de fatos sem um centro. Essa distinção fundamental, de que Demétrio certamente se apropriou em seus tratados homéricos, tornou-se um dogma para os doutos do Museu. Zenódoto a aceitava sem sequer discuti-la; e, portanto, deduzia que o único autor dos dois celebrados poemas era Homero, e todo o restante cabia a outros. O mesmo valia, um século mais tarde, para Aristarco, o hipercrítico, que definia como simples "paradoxo" a teoria dos que — como Senão — "separavam" o autor da *Ilíada* do da *Odisséia*. E Calímaco, que, no entanto, como artista, não tolerava certas teorias de Aristóteles, apressava-se em ostentar num epigrama sua fé nesse ponto da doutrina: "odeio o poema cíclico, não suporto um caminho que me leva daqui e dali". Era, em versos, a teorização aristotélica sobre a ausência de uma verdadeira unidade naquela miscelânea puramente acumulativa em que consistiam os poemas cíclicos.

Por outro lado, por trás desse zelo doutrinai um pouco ostensivo, havia a intolerância. A intolerância em relação à doutrina do "uno e contínuo": "os Telquínios", escrevia Calímaco numa composição polêmica, "chiam contra mim como cigarras, porque não compus um único poema contínuo de milhares e milhares de versos". "Telquínios", "raça boa de roer o fígado", maléficos demônios: são impropérios contra rivais e adversários também atuantes no Museu. Não mencionado, mas muito presente, aquele Apolônio diretor da biblioteca até a morte do Filadelfo, autor de um grande poema em quatro livros, com milhares de versos cada um, concentrado em torno da história de Jasão e Medéia, mas dotado de todo o necessário pano de fundo narrativo, incluindo de ponta a ponta a viagem completa dos Argonautas em busca do velocino. Embora Calímaco não tivesse regateado mostras de devoção ao Filadelfo — cantara suas núpcias com a irmã Arsinoé e, posteriormente, a

apoteose da rainha —, Apolônio continuara a gozar da confiança do soberano, preservando o prestigioso cargo de "bibliotecário". Ocupando-se dos *Catálogos*, Calímaco, em certo sentido, trabalhava sob suas ordens, o que certamente não aumentava seu bom humor. Como erudito, era aceito (ainda que, mais tarde, Aristófanes tenha precisado escrever um tratado inteiro de crítica a seus *Catálogos*, e que algumas idéias suas no campo minado das atribuições de tragédias ou orações às vezes parecessem realmente arbitrárias), mas como poeta era moderno demais, por vezes desnecessariamente sensual, como ao escolher para tema do hino a Palas justamente o episódio de Tirésias, vendo-a banhar-se: mais próximo, dir-se-ia, de certa poesia erótica dos judeus do que da cansativa moderação da Medéia de Apolônio. Tampouco se recusava, por um gosto quase ostensivo pela novidade, a se inspirar em certa literatura hebraica recentemente traduzida para o grego: versículos de *Isaiás* cravejados num epigrama em dísticos elegíacos.

A resolução de todas essas tensões, em todo caso, vinha de cima. O senhor do viveiro das Musas, de qualquer forma, era o soberano. Quando o sofista Zoilo, segundo Vitruvius, foi a Alexandria para recitar seus indignos ataques contra os poemas de Homero (vangloriando-se de ser seu "fustigador"), foi o próprio Ptolomeu em pessoa que o condenou à morte "por parricídio". O Museu, incluídos os doutos que lá viviam e os livros que aí se acumulavam, era seu, era um dos instrumentos de seu prestígio. A mudança do soberano, portanto, podia significar transformações profundas na gaiola. Com a ascensão do terceiro Ptolomeu ao trono, cuja esposa, Berenice, era uma princesa de Cirene, iniciou-se uma nova fase para Calímaco, conterrâneo da nova rainha e cantor da sua beleza. De Cirene foi chamado à corte o onisciente Eratóstenes, muito ligado a Calímaco; foi-lhe atribuída, além da educação do herdeiro ao trono, a direção da biblioteca. Tendo rompido com a corte, Apolônio abandonara o cargo, retirando-se para Rodes. A separação certamente não foi pacífica, pois Calímaco se inspirou na fuga de Apolônio para insultá-lo com um poema virulento, "cheio de veneno e sujeira".

Rigorosamente selecionados pelo soberano, protegidos por ele, livres de preocupações materiais: tal era a condição dos doutos do Museu.

Quando saíam do Museu, continuavam no palácio. Por razões que permaneceram obscuras, Aristófanes de Bizâncio, que durante anos vivera entre aquelas prateleiras, lendo e relendo rolos, organizou uma fuga. Disseram que para chegar a Pérgamo, onde nesse ínterim surgira um centro rival. Mas o plano foi descoberto, e o grandioso erudito foi preso.

IX

A BIBLIOTECA RIVAL

Entrementes, os herdeiros de Neleu tinham de se precaver diante de perigo mais sério e mais próximo: a biblioteca de Pérgamo. Desde que ao trono subira Eumenes, o filho de Atalo, iniciara-se a caça aos livros, com métodos semelhantes aos praticados, já havia um século, pelos Ptolomeus. A rivalidade entre os dois centros teve conseqüências deletérias. Multidões de falsários entraram em cena. Ofereciam rolos de falsos textos antigos remendados ou até falsificados, que se hesitava recusar (quando a falsificação não era imediatamente visível), com o receio de que a biblioteca rival se aproveitasse disso. Não raro, tratava-se de hábeis manipulações, nas quais se misturavam o genuíno e o espúrio, não sem uma certa qualidade por parte dos solertes falsários.

Em Pérgamo, por exemplo, foi adquirida uma coleção completa de Demóstenes, aparentemente mais completa do que a reunida em Alexandria. Entre outras coisas, continha uma preciosidade: uma nova *Filípica*, que vinha preencher uma lacuna desagradável da coletânea corrente. Era a *Filípica* que Demóstenes pronunciara não propriamente na iminência da célebre e infeliz batalha de Queroneia (No verão de 338 a.C., em Queroneia, na Beócia, Filipe derrotou as forças aliadas de Tebas e Atenas), mas poucos meses antes: era a declaração de guerra, o último rugido do leão da liberdade grega antes da derrota. Uma aquisição extraordinária, portanto, que diminuía o valor das coletâneas correntes, ainda mais que se haviam conservado apenas doze discursos políticos de Demóstenes. Ou talvez apenas onze, se fosse válida a teoria de alguns críticos de Calímaco, segundo os quais o discurso *Sobre Aloneso* não era de Demóstenes, e sim de um certo Egesipo, amigo de confiança do orador. Em suma, era como encontrar um novo canto de Homero ou uma outra tragédia de Ésquilo.

O sucesso foi grande. Quem quisesse um Demóstenes recorria, desde então, à edição de Pérgamo, que afinal acabou permanecendo a canônica. Além do mais, a nova Filípica era acompanhada por um documento, uma *Carta de Filipe* dirigida aos atenienses: coisa insólita, na verdade, mas que não preocupou os doutos de Pérgamo exultantes com a admirável aquisição; pelo contrário, alegrou-os ainda mais, pois assim os novos textos eram, na realidade, dois. Não tardou a reação de Alexandria. Assim como o bom Aristófanes bizantino não fizera senão ir às suas estantes para desmascarar o poeta falsário, da mesma forma houve agora quem julgou que essa Filípica não lhe parecia totalmente nova, e nos tesouros da biblioteca localizou a fonte. Esse pretense novo discurso de Demóstenes encontrava-se "ao pé da letra" no sétimo livro das *Histórias filípicas* de Anaxímenes de Lâmpsaco. Mas a descoberta da falsificação não afetou o sucesso da edição "completa" de Pérgamo. Até em Alexandria foi levada em consideração, procurava-se por essa edição, e os doutos do Museu, ainda na época de Augusto, ao comentarem Demóstenes, também comentavam a pseudo-Filípica, mas ressaltando previamente que não era autêntica. Um deles, que brilhava pela produtividade, mas não pela inteligência, o famoso Dídimos, dito "entranhas de bronze", escreveu um tanto comicamente: "alguns sustentam que o discurso não é autêntico porque se encontra tal e qual nas *Filípicas* de Anaxímenes"! Dificilmente a vitória de uma reconhecida falsificação poderia ser mais completa.

Outras vezes, os próprios eruditos se divertiam em forjar falsificações. O que, aliás, continuaram a fazer por divertimento, até épocas muito recentes. Um certo Cratipo escreveu uma obra histórico-erudita na qual se fazia passar por ateniense, contemporâneo e íntimo de Tucídides; uma obra estranha que, com juízos e conhecimentos posteriores, propunha-se narrar, como anunciava o título, *Tudo o que Tucídides não disse*. O livro não foi levado a sério em Alexandria; além do mais, Cratipo, que não deixou de abordar, apoiando-se nas descobertas arqueológicas de Polêmones de Ilio, o problema da tumba de Tucídides, citava um autor recente, um certo Zópiro. Assim se traía, ou talvez

intencionalmente destruía a ficção. E Dídimos, que fizera um estudo específico sobre a questão, tratou a ambos — Zópiro e Cratipo — como eruditos, a seu dizer, "delirantes". Mas isso não impediu que Diôniges de Halicarnasso (cuja erudição era de matriz pergamense) e, mais tarde, Plutarco utilizassem Cratipo como se fosse realmente o que pretendia ser: um contemporâneo de Tucídides, informado das razões secretas pelas quais o historiador ateniense se cansara, a certa altura, de incluir discursos diretos em suas *Histórias*.

Mas, para desacreditar os rivais, não existiam apenas essas armas. Inventavam-se histórias inverossímeis: como, por exemplo, a posta em circulação em Pérgamo, segundo a qual o Evergeta teria roubado dos atenienses os "originais" dos três trágicos com um vulgaríssimo ardil. História incrível, visto que indubitavelmente não podiam ser os originais, e sim o texto "oficial" que o orador Licurgo mandara preparar na época de Demóstenes; um texto que Aristóteles, estudioso do teatro, certamente conhecia e que, por conseguinte, devido à relação privilegiada com os peripatéticos, devia ter chegado a Alexandria muito antes que Ptolomeu Evergeta viesse ao mundo. O conflito se exacerbou quando o Egito interrompeu a exportação de papiro. Pretendia ser um modo rápido, ainda que deselegante, de dobrar a biblioteca rival, tirando-lhe o mais cômodo e usual material de escrita. A reação em Pérgamo foi o aperfeiçoamento da técnica, de origem oriental, do tratamento do couro (por isso chamado de "pergaminho"): material destinado a prevalecer séculos mais tarde, quando mudou a forma do livro. Mas o conflito era bem mais profundo. A orientação dos estudos em Pérgamo era muito diferente da de Alexandria. Influenciados pelo pensamento estóico, os eruditos de Pérgamo colocavam perguntas aos textos antigos — e desenvoltamente davam respostas — de arrepiar os cabelos dos eruditos de Alexandria. Com sua teoria da anomalia, os pergamenses deixavam no texto qualquer esquisitice. Critério laxista, mas, a bem da verdade, menos nocivo do que o arbítrio de quem condenava frases inteiras de textos célebres, por exemplo da *Coroa demostênica*, com o argumento de serem "vulgares" demais para se poder realmente atribuí-los ao grande orador. Enquanto os alexandrinos, estudando o léxico e fazendo cuidadosos cotejos,

havam penosamente chegado a conclusões que julgavam irrefutáveis (como quando Aristarco, depois de tanto trabalho, concluíra que Saicanão podia significar "refeição" no quinto verso da *Ilíada*, por ser um termo usualmente relativo aos homens, não às feras), os doutos de Pérgamo não se incomodavam com sutilezas e tudo justificavam invocando a panacéia da anomalia. A eles interessava o saber "oculto", o que estava "dentro" dos antigos textos, principalmente em Homero: a "alegoria", como diziam, encerrada naqueles poemas, que os alexandrinos, pelo seu lado, tinham se esforçado pacientemente em explicar verso por verso, palavra por palavra, obstinando-se a cada vez que julgavam não fazer sentido.

É claro que, em alguns casos, seria difícil tomar partido: entre o implacável Zenódoto, que considerara uma falsificação em bloco os 125 versos da *Ilíada* que descrevem o escudo de Aquiles, com o argumento desarmante de que no poema não existem casos semelhantes, e o fantasioso Crates, principal expoente da escola de Pérgamo, que julgava demonstrar que, na verdade, com aquele escudo, Homero pretendia algo totalmente diferente, nada menos que a descrição dos dez círculos celestes. Tudo isso, evidentemente, agradava muito aos estóicos, cujo pensamento se difundia cada vez mais entre os cultos. Mesmo um gênio como Possidônio raciocinava sobre Homero nesses termos, e acreditava ter descoberto no andamento dos dois poemas a teoria das marés.

Portanto, ao contrário do que acontecia em Alexandria, em Pérgamo não se preocupavam muito com o autêntico Aristóteles. Nem nas minúcias. Assim, na disputa sobre o local de nascimento do poeta Alcman, os pergamenses inclinavam-se por Sarde (aliás, Aristarco também), contra a tese da origem espartana; mas o fato de terem a própria autoridade de Aristóteles a seu lado deixava-os totalmente indiferentes. A cobiça de seus soberanos e bibliotecários quanto aos cimélios que se dizia estarem em Scepsi, nas mãos dos descendentes de Neleu, nascia mais por uma razão de prestígio: o fato de ter por perto esse tesouro, e principalmente o desejo de pôr as mãos no espólio que escapara aos Ptolomeus.

Mas os herdeiros de Neleu, que — dizia Tiranião desconsolado — "eram uns ignorantes", pensaram que bastaria esconder seu tesouro para salvá-lo e evitar vê-lo acabar na biblioteca do palácio. Assim, escavaram um buraco muito profundo sob a casa, lá depositaram os valiosos rolos e não se preocuparam mais com eles. Consideravam-nos bens a serem entesourados, e não livros para serem estudados. Não previram os efeitos da umidade e das traças.

X

ARISTÓTELES REAPARECE, E SE PERDE

O último soberano de Pérgamo, ao morrer, deixou seu reino em herança para o Senado e o povo romano. Daí resultou uma revolução que pôs o reino em estado de guerra e dificultou aos romanos a aquisição da inesperada herança. Os revoltosos, chefiados por um tal Andrônico que se pretendia um rebento ilegítimo da família real, souberam escolher um momento no mínimo oportuno: em Roma, o Senado tinha de enfrentar Tibério Graco, e na Sicília não se conseguia aplacar a revolta de centenas de milhares de escravos. Quando finalmente cessara a tempestade e o ex-reino de Pérgamo enfim se tornara a "província romana da Ásia", um descendente de Neleu (não sabemos quem) desenterrou os rolos e vendeu por muito ouro a um bibliófilo originário de Téos, um tal Apeliconte, esses livros que em sua época haviam sido negados aos mais generosos soberanos helenistas.

Apeliconte, que também era cidadão honorário de Atenas, ufanava-se de ser ainda filósofo, evidentemente peripatético (embora a escola não mais existisse em Atenas). Na realidade, um maníaco por antigüidades, e também um tanto desonesto. Em Atenas, por exemplo, ele havia roubado, sempre para atender a essa sua mania, alguns manuscritos autógrafos de decretos áticos depositados no arquivo do Estado. Por esse furto, pouco faltou para que fosse condenado à pena capital. Mas a grande história freqüentemente se encarrega de imprimir desenvolvimentos inesperados às pequenas vicissitudes dos indivíduos. Para sorte de Apeliconte, instalou-se no poder em Atenas uma personagem que também havia freqüentado os peripatéticos, o "tirano" Atenião, e foi-lhe fácil cair em suas boas graças. Entre outras coisas, utilizando com serena imperícia os rolos que adquirira, ele remendara uma edição, a primeira edição, do Aristóteles que se julgava perdido: uma edição deplorável — lembrava Tiranião, que a tivera nas mãos —, na qual o estulto

bibliófilo supriria com a fantasia tudo o que as traças haviam roído no papiro e apagado no texto. Mas ganhara prestígio com a infeliz empreitada, especialmente junto a Atenião, que aprendera filosofia com o pobre Erimneu, última sombra do finado Perípatos.

Atenião provavelmente não tinha direito à cidadania, visto que — dizia-se — sua mãe era escrava. Mas era também um bom demagogo. Quando Mitrídates, o último grande soberano helenista capaz de enfrentar os romanos, demoliu as defesas romanas na Ásia e invadiu a Grécia, Atenião prontamente ofereceu-se a ele. Enviava constantes mensagens a Atenas, prometendo que Mitrídates restauraria a democracia; garantia que o domínio romano na Ásia agora terminara. Quando a situação lhe pareceu madura e segura, decidiu voltar a Atenas. Mas uma tempestade arremessou seu navio contra a ponta sul de Eubéia, perto de Caristo. Espalhou-se a notícia do desastre, e de Atenas saiu um cortejo de navios para resgatar o herói, por cuja vida se temera, com uma liteira com pés de ouro para acolher o novo Alcibíades. A sua chegada no Pireu, repetiu-se a cena, muitas vezes lembrada pelos historiadores, do retorno do Alcmeônida: uma imensa multidão — escreveu uma testemunha excepcional como Possidônio — afluía ao molhe, "para admirar o paradoxo do destino: Atenião, o cidadão sem direitos, levado à cidade numa liteira de luxo, com os pés apoiados em tapetes de púrpura, ele que antes não vira púrpura nem nos mantos".

Aumentava a multidão atrás do séquito: todos se empenhavam em tocar o novo chefe, mesmo que apenas em seu traje. Finalmente, chegaram ao pórtico de Atalo. Ele subiu à tribuna diante de uma multidão extraordinária. Começou correndo a vista ao redor e depois, com o olhar fixo à frente, quando agora se fazia o máximo silêncio em volta, por fim disse: "Atenienses! Sinto que deveria revelar-vos aquilo de que tenho conhecimento, mas a enormidade da revelação me impede...". Um estrondo se elevou da praça. Todos os presentes gritavam em uníssono e imploravam que ousasse, que finalmente falasse. Não se fez de rogado. "Pois bem", disse ele, "anuncio-vos aquilo que nunca teríeis esperado, nem mesmo em sonhos: neste momento, o rei Mitrídates é senhor de toda a Ásia, da Capadócia à Cilícia. Os reis da Pérsia e da Armênia como sicários o

seguem." A seguir a notícia mais • saborosa: "O pretor romano Quinto Ópio se rendeu, segue acorrentado ao carro do rei. Mânio Aquílio, o cônsul que chacinou os escravos da Sicília, é arrastado a pé sob forte escolta; ao seu lado, na mesma corrente, foi amarrado um enorme bárbaro danubiano. Os romanos estão tomados pelo pânico: alguns se disfarçam de gregos, outros se jogam súplices por terra, outros simplesmente negam ser romanos. Do mundo inteiro chegam mensageiros a Mitrídates para pedir-lhe a destruição de Roma! Aqui fez uma pausa, para que os presentes pudessem dar vazão ao entusiasmo.

Quando retornou o silêncio, Atenião desferiu o golpe que havia reservado, a proposta conclusiva: "Qual é, pois", perguntou para seduzir ainda mais o público, "a minha proposta, atenienses?". Reconhecia-se Demóstenes, de quem realmente se apropriava, com aquelas palavras, de uma famosa expressão. "Eis", respondeu a si mesmo, "a minha proposta. Chega de templos fechados! E de ginásios abandonados! E do teatro deserto! Mudos tribunais e a Pnix deserta." E prosseguiu — garante Possidônio — por um bom tempo nesse tom, até a multidão aclamá-lo ali mesmo, imediatamente, como "comandante supremo". Então se regozijou, mas lembrando-se da inveterada cultura democrática dos seus ouvintes: "Agradeço-vos", disse, "aceito. Mas sabeis que de agora em diante sois vós que governais a vós mesmos. Sou apenas vosso guia. Se me sustentardes, minha força será vossa força". E imediatamente propôs uma lista de arcontes (Colina de Atenas onde se reunia a assembléia do povo), aprovada antes mesmo que terminasse de lê-la. Porém, poucos dias depois — observa Possidônio —, esse peripatético que parecia um ator no palco proclamou-se "tirano", nas barbas dos ensinamentos de Aristóteles e de Teofrasto: máxima demonstração — observa o filósofo — do princípio jamais refutado de não se dar uma espada a crianças. De fato, logo ficou clara a natureza do regime. "As pessoas de bem" — assim se expressa Possidônio — fugiam descendo pelos muros da cidade. Mas Atenião lançava a cavalaria ao encalço delas, e quem não fosse trucidado no local era reconduzido acorrentado para a cidade. O novo "tirano" confiava missões ao fiel Apeliconte. Enviou-o a Delos, mantendo-o

como conselheiro. A conduta de Apeliconte em Delos foi catastrófica: o comandante romano pegou-o de surpresa, e ele teve de fugir às pressas, enquanto seus homens eram aniquilados. Nesse meio tempo, a situação se precipitava. Silas apertou o cerco a Atenas e venceu-a em 19 de março de 86 a.C.

Embora os derrotados invocassem seu grandioso passado, quis puni-los exemplarmente com um saque que, diante dos protestos de alguns, assim justificou friamente: "Não estou aqui para aprender história antiga". Entre as primeiras vítimas estava Apeliconte. Quando sua casa foi invadida pelos legionários e ele compreendeu que era o fim, sentindo-se um dos últimos mártires do pensamento grego, esperou dignamente a morte entre seus livros. Sua rica biblioteca — que, segundo Possidônio, compreendia não só Aristóteles, mas também muitos outros autores — passou a fazer parte do espólio pessoal de Silas.

Anos depois, numa das *villae* do ditador, os poucos íntimos a que era permitido entrar podiam admirar uma autêntica raridade: os velhos e esfarrapados rolos de Neleu de Scepsi. Ao bibliotecário pessoal de Silas cabia a tarefa de desenrolá-los sob os olhos dos visitantes, e ficava ali olhando enquanto se faziam, talvez, algumas cópias. Mas esse bibliotecário não era incorruptível. Sabe-se, por outro lado, que os estudiosos estão dispostos a mais de uma baixeza para deitar as mãos sobre o livro desejado.

Em Roma vivia Tiranião, que chegara à capital como prisioneiro de guerra, sendo libertado e logo se tornando, graças à sua elevada cultura, amigo de Ático, Cícero e seu círculo. Estudioso sério e bibliófilo (constituía uma biblioteca particular com milhares de rolos), era um devoto do pensamento aristotélico e bastante ciente de que, muito ao contrário do que fizera o imprudente Apeliconte, poderia tornar frutíferos aqueles preciosos originais. Aparecia freqüentemente na *villa*, conversava com o bibliotecário (Silas já morrera havia um bom tempo), falava com ele sobre filosofia e gramática. Começou a fazer ofertas; acabaram por lhe emprestar os rolos e pôde dedicar-se ao que tanto almejava. Era calmo, não tinha pressa. Não podia imaginar que o venal bibliotecário já prestara serviço semelhante a muitas outras pessoas, especialmente a alguns

livreiros inescrupulosos que passaram a vender desenfreadamente cópias e cópias, servindo-se de péssimos copistas. Em Roma, entre os ricos, estourara a mania de encher a casa de livros. "Para que servem", trovejava um filósofo estóico, "coleções inteiras de livros se ao longo da vida o dono mal consegue ler os títulos? Dedicá-te a poucos autores, não vagueies entre muitos!

Tiranião estava desconsolado. Deixou de lado e confiou todo o trabalho às mãos do mais respeitável peripatético em circulação, o grande lógico Andrônico de Rodes, a quem coube também a ingrata tarefa de subdividir em livros os *Tratados* do mestre. Nesse ínterim, os originais haviam voltado à biblioteca de Silas, havia algum tempo nas mãos de seu filho Fausto, genro de Pompeu. Eram consultados em sua casa, freqüentada pela elite cultural de Roma. Há uma carta de Cícero a Ático, escrita na *villa* de Fausto Silas: "Estou na biblioteca de Fausto", escreve com ímpeto singelo, "e me deleito", e vem-lhe à mente o gabinete de Ático, onde há um banquinho exatamente sob o busto de Aristóteles, e gostaria de ali estar naquele momento, sentado no banquinho à sombra do Estagirita, e de passear com o amigo na casa dele, em vez de [estar sentado] in istorum sella curuli [numa cadeira curial].

Mas Fausto era um megalomaniaco (em Jerusalém, quando Pompeu violou o Templo, quis ser o primeiro a irromper) e também um perdulário. Afundado em dívidas, teve de vender tudo, inclusive a biblioteca paterna. E assim os rolos de Aristóteles desapareceram para sempre. Não consta que, de Alexandria, tivessem-nos procurado alguma outra vez. Lá pairavam outras inquietações, enquanto o país se via transtornado pela crescente desordem dinástica. Na mesma carta a Ático, escrita na *villa* de Fausto, Cícero mencionava notícias sobre uma volta do rei egípcio ao trono e pedia confirmação.

XI

O SEGUNDO VISITANTE

Um cidadão romano matou um gato numa rua de Alexandria — talvez tivesse perdido a cabeça. Depois retirou-se para casa, não sem certa inquietação. Passadas algumas horas, a casa estava cercada. Se não conseguisse fugir — coisa, aliás, impossível no momento —, a morte seria inevitável: a praxe dispensava qualquer formalidade. Diodoro, que presenciou a cena, viu chegarem, coisa inaudita, oficiais enviados pessoalmente por Ptolomeu, e implorarem à multidão que poupassem a vida do romano. Mas tudo foi inútil. A calma só voltou quando o cadáver, irreconhecível, jazia, único sinal humano, na rua deserta.

Diodoro não ignorava as razões do súbito acesso de loucura. Estava em Alexandria havia um bom tempo. Observara o culto do povo por aqueles animais semíferos que também começavam a aparecer na Sicília (ele era de Agírio) e na Itália meridional, mas eram mantidos a distância dos animais domésticos, sendo o terror destes. Agora sabia, e sabia se orientar: por exemplo, gritar "Já estava morto!" se por acaso se deparasse pela rua com a carcaça de um gato, não rir se visse alguém se inclinar à passagem do felino, e assim por diante. Não era o que mais o perturbava. O que lhe parecia incrível era a cegueira dos assassinos. Linchar um cidadão romano (e ainda por cima por um motivo desses), enquanto em Alexandria encontravam-se os representantes de Roma, finalmente dignando-se em tratar com Ptolomeu, "o flautista" [Aulete] (como era chamado pelo povo), a concessão de um reconhecimento oficial e o título de "amigo e aliado" do povo romano.

Fazia vinte anos, desde que subira ao trono, que pendia sobre a cabeça do "flautista" a ameaça de perder o trono por culpa daquele idiota criminoso que fora seu predecessor. Cujo único gesto, em seu curtíssimo reinado, fora, após a tentativa de profanação da tumba de Alexandre, deixar o reino do Egito como herança aos romanos. O

louco, que pelos alexandrinos fora estigmatizado como "o clandestino", em Roma gozava de uma boa imagem: por ter sido prisioneiro de Mitrídates e em 86 a.C. ter conseguido fugir para o campo de Silas, com o qual chegara a Roma. Ali sempre deram mostras de levar o seu testamento muito a sério: um expediente para chantagear o "Aulete" e extorquir-lhe dinheiro, do que muitos se aproveitaram, personagens miúdas e menos miúdas também (que, em todo caso, trabalhavam para os graúdos). E agora que finalmente tinham-se dignado a reconhecer seu direito, além do caráter infundado daquele absurdo testamento, só faltava aquele gato, com o triste e inevitável epílogo do incômodo incidente.

Mas, por sorte, César era homem de palavra, palavra corroborada pelos 6 mil talentos pagos por Ptolomeu. Entretanto, agora eram os alexandrinos que começavam a não suportar mais aquele soberano incompleto e acabaram por expulsá-lo. E foram necessários três anos para que Gabínio, com a permissão de Pompeu, o reconduzisse ao trono, bem naquela época em que Cícero pedia a Ático a confirmação do que se passara.

Diodoro, que era de Agírio, no centro da Sicília, fora ao Egito para compilar uma grande obra histórica. Bem sabia que, como dizia Políbio, os historiadores se dividem em duas categorias: os que mergulham na experiência concreta e dela extraem o material para suas obras (era para eles que Políbio reservava todo o seu apreço) e os que, mais comodamente, mudam-se "para uma cidade bem guarnecida de biblioteca", e lá, numa mesa, diria Ariosto, viajam "com Ptolomeu". Diodoro pertencia a estes últimos. Entende-se que, em vista do prestígio das idéias de Políbio entre o público grego e romano, era preciso mostrar um pouco de experiência. E, com efeito, Diodoro inventa uma série de viagens jamais realizadas: "Viajamos", escreve o filósofo na introdução, "por grande parte da Ásia e da Europa, enfrentando todos os tipos de sofrimentos e perigos, com o propósito de sermos testemunhas de tudo ou da maior parte do que narramos. Bem sabemos", continua ele, "quantos erros de geografia cometeu grande parte dos historiadores, certamente não os primeiros que aparecem, mas alguns dos de primeira grandeza". Na verdade, essas palavras duras e rigorosas,

ele as retoma integralmente de Políbio. Viagens, fizera uma só: a para o Egito.

E sem dúvida, para quem procurava uma cidade com bibliotecas, Alexandria era uma escolha mais do que sensata. Naturalmente, havia Roma, muito mais próxima, mas lá era preciso entrar nas graças de algum grande senhor ou de algum erudito que tivesse a casa cheia de livros, como Silas, ou Lúculo, Varrão ou Tiranião. Mas o Egito o atraía também por outras razões. Formara uma opinião própria sobre a importância desse país. Dos livros com que se nutrira, tirara a conclusão de que lá começara a história. Lá nasceram os deuses, lá se originara a vida e se fizeram as mais antigas observações dos astros. Para um apaixonado pela astrologia estoicizante, como ele, o Egito de Nequepso e Petosíris ou de Hermes Trismegisto era a terra ideal. Portanto, que melhor decisão senão a de ir exatamente para lá, onde havia profusão não só de livros, mas também de sacerdotes prontos a narrar e mostrar, aos curiosos como ele, os antiquíssimos anais conservados nos templos? Alexandria o fascinou com sua riqueza: pareceu-lhe que nessa cidade tão populosa havia mais ricos do que em todas as outras metrópoles. É claro que também teve de ir a Roma, familiarizando-se com a língua, para a parte romana de sua obra. Que devia ser universal e, por isso — segundo sua visão do mundo —, tripartite: Grécia, Roma, Sicília. A estada em Roma — garante ele — foi longa e confortável, como era de se esperar na cidade "excelsa", "que estendeu seu domínio até os confins do mundo". E assim se desincumbe da convencional homenagem.

Sua maneira de trabalhar era muito elementar. Não fazia outra coisa senão resumir e, em alguns casos — quando, por exemplo, o assunto já lhe parecia muito explorado na fonte -, copiar livros já conhecidos. Dessa forma, reuniu quarenta grandes rolos, ou melhor, 42, visto que o I e o XVII, dadas suas dimensões, tiveram de ser divididos em dois. Concluiu o trabalho na volta, vários anos mais tarde, e deu-lhe o título de "Estante de história" — *Biblioteca histórica* —, merecendo o divertidíssimo elogio póstumo de um cientista como Plínio, para quem esse título representava quase que uma guinada na história da historiografia: "Entre os gregos",

escreveu, "foi Diodoro que deixou as extravagâncias de lado e intitulou sua história de *Biblioteca*'.

Utilizou obras bastante comuns, ou até óbvias, como Éforo para a história grega e Megástenes para a indiana. Para suas necessidades, bastava uma biblioteca como a que surgira fora do palácio, a dita "filha", concebida justamente para os estudiosos estranhos ao Museu, ou — como pomposamente dizia o reitor Aftônio — "para pôr toda a cidade em condições de filosofar". Fora montada, parece que já pelo Filadelfo, no recinto do templo de Serápis, no primitivo bairro egípcio de Rhakotis onde nascera Alexandria, e lá foram colocadas duplicatas vindas do Museu. Na época de Calímaco, a "filha" já dispunha de 42 800 rolos. Ao contrário do Museu, para lá não afluíam de todas as partes dezenas e dezenas de milhares de rolos, dos quais, a seguir, pelo trabalho dos doutos e copistas, brotavam os selecionadíssimos exemplares definitivos: possuía apenas cópias, ótimas cópias, das boas edições elaboradas no Museu.

O Museu, Diodoro sequer o cita. Nem quando descreve a planta de Alexandria, especialmente o palácio, usando as mesmas expressões (coisa singular) — e dispostas na mesma seqüência — depois empregadas por Estrabão (que, pelo contrário, também falou do Museu). Suas leituras prediletas foram de um gênero específico, no mínimo abundante no Egito da época: romances histórico-utópicos como a *Escritura sagrada* de Evêmero, o "romance" de Tróia e o das Amazonas de Dioniges "braço de couro", e ainda os relatos misteriosóficos sobre Osíris, sincreticamente identificado com o benévolo Dioniso dos gregos, e principalmente as *Histórias do Egito* de Hecateu de Abdera. Gostava muito de Hecateu. Quase todo o primeiro livro da *Biblioteca* é calcado nele, e Hecateu reaparece no último livro, o quadragésimo, como fonte rica de informações, não isenta de admiração, sobre Moisés e o povo judeu. A leitura de Hecateu fortaleceu sua convicção sobre a maior antigüidade dos egípcios (embora seu Éforo pensasse de outra forma a esse respeito). Dele extraiu a idéia da identidade profunda e essencial, no campo da justiça, entre gregos e egípcios, e ainda mais o mito da antiga sabedoria egípcia que depois veio a inspirar os legisladores das outras nações — idéia que também era uma réplica ao

predomínio greco-macedônio sobre o Egito. E muitas outras idéias singulares: entre elas, a da estreita relação entre o número dos habitantes e as dimensões dos edifícios, de onde — concluía ele — bom político será, como Moisés, quem souber promover o aumento demográfico do seu povo.

Diodoro foi também a Tebas. Seguindo as indicações do livro de Hecateu, dirigiu-se aos vales das tumbas reais. Mas, constatou que, "na época" — como escreve — "em que chegamos a esses lugares", as dezessete tumbas remanescentes vistas por Hecateu também "estavam em grande parte arruinadas". O mausoléu de Ramsés ainda existia, e Diodoro quis descrevê-lo. Não podendo entrar nele, limitou-se a retomar, o mais fielmente possível, a descrição de Hecateu. Copiou-a cuidadosamente, sem se incomodar com as extravagâncias e obscuridades. E o único caso, o do mausoléu de Ramsés, em que Diodoro, que mesmo no livro egípcio a cada passo recorre a Hecateu, cita explicitamente o nome de seu autor. Sinal talvez da relevância que Hecateu, em seu livro, mostrava atribuir à visita a Tebas, e particularmente à planta daquele mausoléu.

-

XII

A GUERRA

Ao anoitecer, uma pequena embarcação aproximara-se despercebida do palácio. Pouco depois, um homem, com a aparência de um mercador de tapetes, pedira para ser levado à presença de César. Disse chamar-se Apolodoro e vir da Sicília. Ao ser recebido, desenrolou seu fardo sob os olhos divertidos do general romano. Dele, estirada em todo seu comprimento, aliás, não excessivo, surgiu Cleópatra, que, para se disfarçar, vestira justamente um "saco de linho, daqueles usados para transportar tapetes. Quando o saco se abriu, narra Plutarco, César ficou fascinado "com a desfaçatez da mulher", que de fato, sem constrangimento, entabulou com ele uma *charmante* conversa em grego.

Embora hóspede do rei Ptolomeu, César assumiu de bom grado o papel de mediador na disputa que se desenrolava entre os dois régios irmãos, filhos daquele "Aulete" que tanto o ajudara no início de sua não fácil carreira. E, embora não propriamente tranqüilo, visto o destino que pouco antes coubera a Pompeu, aceitou que o acordo restabelecido fosse sancionado por um faustoso festim. Durante o festim, porém, nem tudo estava tranqüilo no imenso palácio. Áquila, o influentíssimo general de Ptolomeu que já havia arquitetado a fatal armadilha contra Pompeu, tramava numa sala afastada, junto ao eunuco Potino, o pérfido tutor do rei, com o fito de aproveitar a confusão e a excitação do festim para liquidar também a César. Mas o barbeiro de César, seu fidelíssimo escravo, o homem mais medroso do mundo, não se sentia tranqüilo. Toda aquela festa montada para despertar a admiração do hóspede não o agradava de forma alguma. Começou a escutar deslizando pelos corredores e salas, até chegar atrás da porta que escondia Áquila e Potino. Entendeu imediatamente, correu para avisar César. César mandou cercar aquela ala do palácio e tentou surpreender os dois

em flagrante. Potino foi pego e morto, mas Áquila conseguiu fugir e inflamar, tão logo saiu, a insurreição de Alexandria contra o hóspede preso no palácio com suas poucas tropas.

Talvez César nunca tenha se encontrado numa situação estrategicamente mais infeliz. "Não confiando nos muros da cidade", escreveu Lucano no poema sobre a guerra civil, "entrincheira-se por trás das portas do palácio: assim rugem uma nobre fera em estreita jaula e raivosa quebra os dentes mordendo as barras." "O audaz", prossegue Lucano, "que pouco antes na Tessália não temera o exército do Senado e Pompeu, agora tremia por um complô de escravos, deixando-se cobrir de dardos no recinto de um palácio."

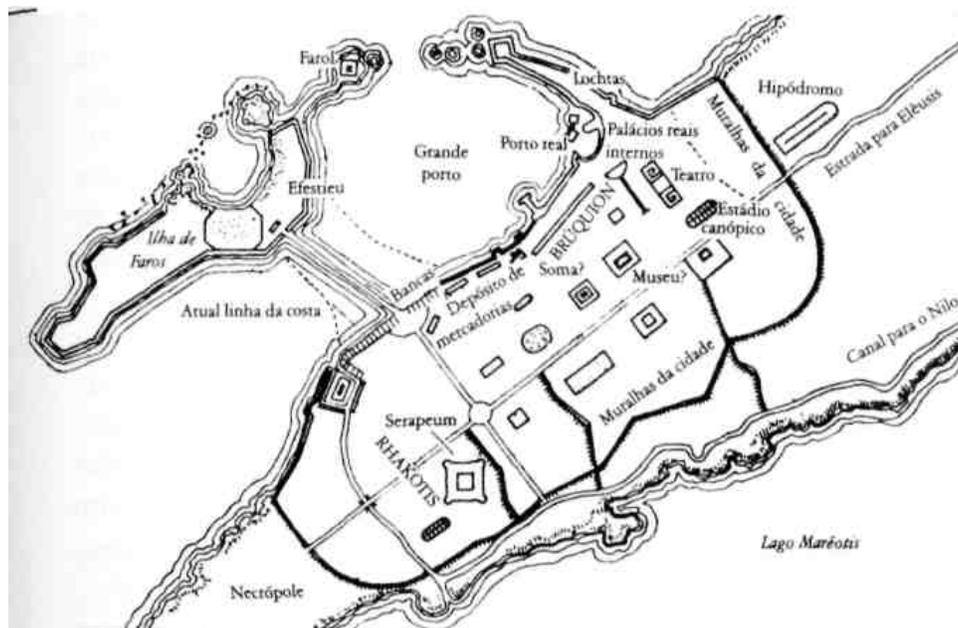
Na verdade, como primeira manobra para conquistar o palácio, Áquila mandara cortar as adutoras de água. A seguir, com seu exército *sui generis*, cheio de desertores romanos da época de Gabínio, que combatiam como leões por muito valorizarem a sobrevivência de uma zona franca e hospitaleira como o reino do Egito, tentou um ataque de tropas também pelo mar. Mas César, apesar da escassez de homens, conseguiu deter o ataque: "mesmo sitiado", escreve Lucano, "lutou como um sitiador". Depois disso, um incêndio, atado pelos homens de César aos sessenta navios ptolomaicos ancorados no porto e que se espalhou para outras zonas da cidade, afrouxou o torniquete do cerco ao palácio e obrigou os assediadores a acorrerem para onde se propagava o incêndio.

A única descrição disponível da dinâmica do incêndio é a de Lucano. Sitiado no palácio, César "ordena que se joguem tochas embebidas em piche sobre os navios prontos para o ataque". Como o palácio dispõe de um paredão sobre o mar (contra o qual Áquila inutilmente lançava seus navios), é de se imaginar que as tochas embebidas em piche foram atiradas contra os navios exatamente desse lado do palácio. "O fogo não tarda a se alastrar", prossegue Lucano, "sobre as amarras e os tabuados gotejando cera". Enquanto os primeiros navios começam a afundar, envolvidos pelas chamas, "o fogo se espalha para além dos navios. As casas próximas às águas também se incendiaram. O vento "favorece o desastre; as chamas, impelidas pelas lufadas, correm pelos tetos com a velocidade de um meteoro".

"A desgraça chama de volta a massa dos sitiados do palácio para a defesa da cidade." César aproveita a pausa oferecida pelo incêndio, e segue para Faros. Assim dominará o acesso marítimo à cidade, enquanto aguarda os desejados reforços.

Desenvolvendo-se a distância do palácio, o incêndio, portanto, arrastou os sitiados para longe. O fogo, evidentemente, atingiu em primeiro lugar a zona do porto: os arsenais, e ainda os armazéns-depósitos "do trigo e dos livros". Nesses edifícios, imediatamente vizinhos às instalações portuárias, encontravam-se "por acaso", no momento do incêndio, cerca de 40 mil rolos de livros de ótima qualidade. As duas detalhadas informações devem-se, respectivamente, a Dião Cássio e a Orósio, dois autores que — como, aliás, também Lucano — retiram o seu material de Tito Lívio. César, pelo contrário, no relatório por ele mesmo redigido sobre as fases iniciais da guerra de Alexandria, embora relembre o incêndio dos navios e estenda-se sobre sua relevância estratégica, não menciona em momento algum a destruição de mercadorias (trigo, livros) guardadas nos depósitos do porto. E um lugar-tenente seu, que continuou os *Comentários* após a morte de César, chega a exaltar o valor do material de construção usado em Alexandria, justamente por ser refratário aos incêndios.

Por estar fora de hipótese que os depósitos do Museu se encontrassem no exterior do palácio e estivessem guardados no porto junto aos armazéns de trigo, é quase supérfluo observar que, por conseguinte, os rolos incendiados não tinham relação alguma com a biblioteca real. Quanto a rolos do Museu, Orósio certamente não diria, parafraseando Lívio, que se encontravam ali "por acaso". Portanto, eram mercadorias. Mercadorias destinadas ao rico e exigente mercado exterior: Roma, por exemplo, e outras metrópoles cultas, para as quais trabalhavam os impudentes livreiros de Alexandria, que Tiranião, em seu pouco apreço por eles, equiparava aos de Roma.



2. Planta da Alexandria ptolomaica, reconstrução de Gustav Parthey.

XIII

O TERCEIRO VISITANTE

Assim, a biblioteca permaneceu incólume durante o conflito, o primeiro que se consumou nas ruas da capital ptolomaica. Não houve um "saque" de Alexandria. César obteve a vitória definitiva quando finalmente lhe chegaram os reforços, fora dos muros da cidade. Liquidado Ptolomeu, afogado no Nilo, no trono colocou Cleópatra, e ao lado, em trajes de marido oficial, o outro irmão, Ptolomeu XIV. Na verdade, o príncipe consorte era ele mesmo, ao qual Cleópatra prudentemente deu um filho, jocosamente chamado pelos alexandrinos de "Cesarzinho" (*Kaisarion*). Ou, pelo menos, convenceu-o de que era dele.

Sabe-se quanto essa estranha idéia de César de querer ser o rei do Egito, não podendo fazê-lo abertamente em Roma, inquietou seus inconformados inimigos, assim como a uma parte de seus próprios seguidores. Na verdade, se se olham as coisas de um ponto de vista que não o dos senadores e cavaleiros romanos, para os quais o resto do mundo era apenas uma vaca a ser ordenhada e o capricho de César por Cleópatra um incidente aborrecido, é preciso reconhecer que havia séculos o Egito não tinha tanta importância e prestígio como agora com a rainha. A qual, justamente por isso, alguns anos depois, quando César foi tirado do caminho, precisou aparecer igualmente *charmante* a Antônio. Ele, como se sabe, era intelectualmente muito menos exigente e complicado do que César; mesmo assim, empenhou-se em fazer boa figura junto a ela. As más línguas diziam que decidira presenteá-la, entre outras coisas, com 200 mil rolos da biblioteca de Pérgamo. E a calúnia (pois o era) queria talvez ridicularizar o ignorante em letras, que doava livros (a rigor, do Estado romano) à rainha em cujas terras se encontrava a maior e mais celebrada biblioteca do mundo.

Quando Cleópatra foi derrotada, justamente em razão do risco que se correria, percebido e expresso por Horácio num poema de franca e

autêntica exaltação, o Egito recebeu um estatuto especial, sob dependência direta de Otaviano. O príncipe restaurador da *república* quis assegurar que o palácio de Alexandria nunca mais viria a se tornar o centro de um perigoso poder pessoal para alguém. Por outro lado, dizia-se que César, temendo o mesmo risco, teria preferido transformar o Egito não numa província, mas em seu protetorado pessoal. E a experiência posterior, na verdade, dera-lhe razão. O primeiro prefeito do Egito, aquele Cornélio Galo que vencera Antônio na escaramuça final fora de Alexandria, mal havia se instalado na nova província e já recobria pirâmides e obeliscos com epígrafes trilingües louvando suas glórias. Uma, enorme, quis simplesmente inscrevê-la na ilha sagrada de Elefantina, de simbólica relevância, na primeira comporta do Nilo, onde os faraós reuniam os exércitos para suas campanhas. Afinal, logo foi preciso convencê-lo a matar-se voluntariamente. O que fez em 26 a.C.

No ano seguinte, no séquito do novo prefeito do Egito — Hélio Galo —, um visitante excepcional iniciava uma longa permanência egípcia, que durou quase cinco anos. Era o estóico Estrabão, já conhecido entre os doutos pela sua *Continuação de Políbio*, publicada havia pouco.

Originário de Amasséia no Ponto, a cidade natal de Mitrídates, com quem sua família mantinha antigas ligações, quando muito jovem estudara em Alexandria sob a orientação do peripatético Senarco, e depois em Roma, onde esteve próximo a Tiranião (que lhe relatara a complicada odisséia dos textos de Aristóteles). Agora que, como bom estóico, dispunha-se a complementar a história com a geografia, à qual pretendia dedicar um amplo tratamento, começava, ele também, pelo Egito, reservando sua descrição não ao primeiro livro (como Diodoro), mas ao último. Ainda estava em Alexandria no ano 20, quando por ali passou uma embaixada indiana trazendo como presente a Augusto, naquele momento em Samos, uma serpente gigante. O que Estrabão não deixou de anotar em sua *Geografia*.

Na biblioteca do Museu estudou — consultando obras que não se encontravam em nenhum outro lugar — o complexo problema da corrente do Nilo que preocupara a ciência grega desde a época de

Tales e Heródoto, e sobre o qual Diodoro limitara-se a transcrever alguns capítulos de Agatárquides de Cnido. Sem dúvida, a biblioteca de Alexandria não era mais o epicentro da cultura científica mundial. Contudo, com o fim da monarquia e o abrandamento das últimas convulsões dinásticas, ocorrera uma espécie de renascimento. A imponente obra de Dídimos era, à sua maneira, uma prova disso. Dídimos nascera em Alexandria e lá vivera: não sentiu necessidade de ir a Roma, e praticamente ignorou a doutrina de Pérgamo. Foi em Alexandria, na "grande biblioteca", como ainda era chamada, que encontrou e explorou os infinitos materiais eruditos necessários para compilar cerca de 4 mil rolos de comentários, que, segundo Sêneca, estavam enrolados sob seu nome. Inúmeros e prolixos comentários de Homero a Demóstenes, dos líricos aos cênicos, historiadores e oradores. Na verdade, epítomes de muitos outros autores, que, ao deles beber, o incansável "Calquêntero" julgava, não sem razão, cumprir sua tarefa de exegeta. Mais ou menos contemporâneos de Dídimos também foram Trifão e Abrão. E ainda Teão, que compunha comentários não mais apenas sobre os antigos, mas também sobre os modernos (Calímaco, Licofrão, Teócrito, Apolônio de Rodes etc.): um fenômeno que permite entender como as dimensões da biblioteca, a esse ritmo, estavam destinadas a crescer indefinidamente. O filho de Dídimos, Apião, também tinha a mesma profissão do pai e contava com um admirador de alto nível como o imperador Tibério, que o chamava de "címbalo do mundo", querendo dizer que sua fama ressoava por toda parte. Sinal da mudança dos tempos, Apião compôs não só as *Histórias egípcias* à maneira de Hecateu e Maneton, como também um virulento *Contra os judeus*, no qual já se respirava o clima anti-semita denunciado por Filão que depois desembocou na destruição do bairro judaico. Com a nova ordem do Estado, a biblioteca, ao contrário de outras épocas, já não era propriedade particular da casa reinante, e sim uma instituição pública da província romana (agora, o "sacerdote do Museu" era indicado diretamente por Augusto). Um rival de Dídimos, que Estrabão conhecera em Roma, Aristônico de Alexandria, até viria a compor mais tarde um tratado ilustrativo *Sobre o Museu de Alexandria*.

Na descrição de Alexandria, Estrabão incluiu uma descrição precisa do Museu. Ei-la: "Do palácio também faz parte o Museu. Este inclui o perípto, a êxedra e uma grande sala, onde os doutos que são membros do Museu fazem as refeições em conjunto. Nessa comunidade, o dinheiro também entra num fundo comum; têm um sacerdote que é chefe do Museu, numa época indicado pelos soberanos, agora por Augusto". A seguir, Estrabão cita e descreve "o chamado Soma": um recinto circular onde o primeiro Ptolomeu havia colocado a tumba de Alexandre, à qual foram sucessivamente acrescentadas as tumbas dos vários Ptolomeus. "Parte do palácio é também o chamado Soma ('o corpo'): é um recinto circular, onde se encontram as tumbas dos reis e a de Alexandre." Parece claro que, para Estrabão, o Museu e o Soma são contíguos. Detém-se bastante sobre o Soma. Conta como Ptolomeu foi o primeiro a conseguir pôr as mãos no cadáver de Alexandre e lhe deu sepultura em Alexandria: lá — especifica ele — ainda se encontra o corpo do rei macedônio (mas não diz exatamente onde), não no sarcófago original de ouro, mas num de alabastro, após a tentativa de profanação de Ptolomeu "clandestino".

A biblioteca não é mencionada por Estrabão, pela simples razão de não ser um edifício ou uma sala em si.

XIV

A BIBLIOTECA

A chave está na tumba de Ramsés. Nem ali os escavadores modernos encontraram a biblioteca. Mas Hecateu não mentiu: foi apenas entendido mal. Embora o leiamos no compêndio de Diodoro, uma indicação era reveladora: "depois da biblioteca estão as imagens de todos os deuses egípcios". Como poderia uma sala estar "depois" de um relevo? "Biblioteca" (*bibliothéke*), porém, significa antes de mais nada "estante": estante em cujas prateleiras se colocam os rolos, e, portanto, evidentemente, o conjunto dos rolos, e apenas por extensão a sala (quando começaram a ser construídas) em que eram colocadas "as bibliotecas". Assim, a "biblioteca sagrada" do mausoléu não é uma sala, mas uma estante, ou mais de uma estante, escavada ao longo de um dos lados do perípto.

Ela se encontra precisamente entre o baixo-relevo pintado que representa o rei oferecendo aos deuses o fruto das minas e as figuras dos deuses egípcios. Assim como no rodapé do relevo com a oferenda minerária está marcada a cifra que indica o montante da oferenda, da mesma forma sobre a "biblioteca" há uma inscrição: "Local de cura da alma".

Assim se compreende a indicação relativa à suntuosa sala com os triclinios. Nela, que é circular, diz-se que, num certo ponto, "há a parede em comum com a biblioteca". Especificação aparentemente estranha, já que é evidente que todos os ambientes que se sucedem no mausoléu têm uma parede em comum com aqueles imediatamente próximos. Mas, uma vez entendido o gênero de "biblioteca" de que se trata, a especificação dada só agora adquire sentido, ou melhor, mostra-se necessária: a suntuosa sala tem a parede em comum com o perípto *no ponto em que se escavou a biblioteca*.

Recapitulando. Ao longo do perípto do mausoléu de Ramsés existem muitos vãos ornamentados com representações de todos os

tipos de alimentos finos. Avançando pelo perípato, "encontra-se" o baixo-relevo com o rei oferecendo os produtos das minas; em seguida está a biblioteca, e então as imagens dos deuses egípcios com o rei prestando homenagem a Osíris. Enfim, na sala suntuosa contígua ao perípato correspondente à biblioteca, está sepultado, num local um tanto anômalo, o corpo do soberano.

Portanto, a misteriosa frase do faraó ("se alguém quiser saber onde estou etc.") — que os sacerdotes haviam traduzido para Hecateu — desafiava o visitante a descobrir o acesso para a sala que continha o sarcófago. Lá se entrava, pode-se imaginar, através de uma passagem aberta na parede divisória que Diodoro chama de "parede em comum". Assim, o desafio lançado ao visitante não era o de superar os *empreendimentos* bélicos do faraó, mas vencer a dificuldade posta pelo seu complexo *edifício* (*ergon* também significa isso, desde a primeira linha do prefácio de Heródoto) e se orientar no desvendamento de seu segredo. E, como o sarcófago se encontrava a uma grande altura, no teto da sala, o faraó não dizia apenas "onde eu jazo", mas também "como eu sou alto".

O perípato e o refeitório coletivo também são elementos constitutivos do Museu. Nos arredores do Museu está o *Soma* de Alexandre; na sala do mausoléu está o *Soma* de Ramsés. E clara a identidade entre os dois edifícios.

Assim, não foi por acaso que Hecateu dedicou tanta atenção ao mausoléu de Ramsés. Mas não se limitou a descrevê-lo. Em sua descrição, espalhou aqui e ali alusões à moderna realidade ptolomaica. Por exemplo, quando falava da representação do soberano lutando na "Bactriana". Aqui, o faraó — que nunca combateu na Bactriana e cuja vitoriosa batalha figurada no baixo-relevo é a de Qades, na Síria — parece de súbito identificar-se com os reis ptolomaicos e suas pretensões de domínio até o Indo e a Bactriana, ou mesmo com o próprio Alexandre. Ao qual bem se adaptam as palavras dos sacerdotes sobre a extraordinária coragem somada à ânsia de louvores "nos limites da vulgaridade". Outro sinal é a distinção entre as divindades egípcias e as outras divindades. Num mausoléu egípcio do século XIII a.C. tal distinção não teria sentido. Esse sincretismo, simbolizado pela genérica "divindade" a

que o soberano oferece os proventos das minas, condiz mais com os novos soberanos gregos do Egito. Em alguns casos, Hecateu chega a permitir, com sua descrição do mausoléu de Ramsés, que se complete a lacônica topografia do Museu de Alexandria traçada por Estrabão. Por exemplo, as salas que no mausoléu contornam a grande sala circular também deverão ser incluídas na planta do Museu: são as residências de seus "componentes".

O caminho quase iniciático permitido a Hecateu na tumba do faraó começou sob o céu estrelado do primeiro peristilo; continuou, através de um adensamento de imagens e símbolos, até as palavras ambíguas do faraó apostas na base do colosso; culminou na revelação dos sacerdotes sobre o que se ocultava nelas, isto é, o local do sarcófago. Descrevendo seu percurso, Hecateu, o íntimo de Ptolomeu, quis talvez revelar, ou insinuar, a fonte da planta da cidade "proibida". Assim como a Aristeu parecera ter revelado o caráter inefável dos livros hebraicos da lei.

XV

O INCÊNDIO

Portanto, nada falta na planta do Museu de Alexandria esboçada por Estrabão. As estantes (*bibliothékai*), evidentemente, estavam dispostas — como a "biblioteca sagrada" de Ramsés — ao longo do perípatos, nos vãos que o flanqueavam.

É o que também se deduz da comparação com um edifício cujo modelo só poderia ser o Museu de Alexandria: a biblioteca de Pérgamo — aí tampouco a "biblioteca" consistia numa sala propriamente dita. E, na mesma Alexandria, a biblioteca "filha", a do Serapeum (Templo de Serápis, deus inventado para unir gregos e egípcios num culto comum; introduzido no Egito por Ptolomeu I), também tinha as prateleiras dos livros sob os pórticos, em livre consulta — esclarecia Aftônio — "para os amantes da leitura".

De resto, o perípatos não era uma ruela, mas um grande passeio coberto. Cada cavidade deve ter abrigado um determinado gênero de autores, anunciado por inscrições adequadas, como as que especificavam as divisões dos *Catálogos* de Calímaco. Com o tempo, colocar-se-iam rolos em outros ambientes, construídos ao redor dos dois edifícios principais do Museu.

Por isso, um incêndio que destruísse aqueles rolos também reduziria os dois edifícios a cinzas. Mas não há a mínima notícia de tal catástrofe. Estrabão os visitou, trabalhou lá e os descreveu, mal haviam se passado vinte anos desde a campanha de César em Alexandria.

XVI

DIÁLOGO DE JOÃO FILOPÃO COM O EMIR AMR IBN AL-AS PRESTES A INCENDIAR A BIBLIOTECA

"Conquistei a grande cidade do Ocidente", escrevia Amr ibn al-As ao califa Omar, depois de içar a bandeira de Maomé sobre os muros de Alexandria, "e não me é fácil enumerar suas riquezas e belezas. Limitar-me-ei a lembrar que conta com 4 mil palácios, 4 mil banhos públicos, quatrocentos teatros ou locais de diversão, 12 mil lojas de frutas e 40 mil judeus tributários. A cidade foi conquistada pela força das armas e sem tratado. Os muçulmanos estão impacientes em saborear o fruto da vitória.

Era a sexta-feira da lua nova de Moharram, no vigésimo ano da Hégira, correspondente a 22 de dezembro de 640 da era cristã. De Constantinopla, o imperador Heráclio, que poucos anos antes tivera de reconquistar a cidade dos persas, agora com o físico debilitado, ordenava desesperadas contra-ofensivas para recuperar a metrópole. Segundo o cronista Teófanos, morreu de hidropisia poucas semanas mais tarde, em fevereiro de 641. Por duas vezes os generais bizantinos chegaram a pisar de novo no porto de Alexandria, e por outras tantas foram expulsos por Amr. O qual, embora o califa tivesse rejeitado qualquer idéia de destruição e saque, exasperado pelos repetidos ataques do inimigo, manteve a promessa de tornar Alexandria "acessível por qualquer lado como a casa de uma prostituta" e mandou destruir as torres e uma boa parte dos muros. Mas deteve o saque a que tendiam seus homens e, no mesmo lugar em que os acalmara com palavras, ergueu a mesquita da Clemência. Amr não era um guerreiro inculto. Ao ocupar a Síria, quatro anos antes, convocou o patriarca e colocou-lhe questões sutis, quando não embaraçosas, sobre as sagradas escrituras e a suposta natureza divina de Cristo. Chegara a pedir que se verificasse no original hebraico a exatidão da tradução grega de uma passagem do

Gênese, à qual o patriarca recorrera na intenção de sustentar seus pontos de vista.

Na época em que ocupou Alexandria, ainda vivia, segundo Ibn al-Qifti na *História dos sábios* (mas, por outro lado, há quem duvide), o velhíssimo João Filopão, o infatigável — como é conhecido pelo seu belo cognome — comentador de Aristóteles. João era cristão (pertencia à irmandade cristã dos "filopões"), mas aristotélico, pelo que escorregara com extrema facilidade para a heresia. Compôs um tratado *Sobre a gnosi*, no qual pretendia que as três pessoas da trindade fossem apenas uma única natureza, ainda que — dizia ele — em tripla hipóstase. Até os ignorantes compreendiam o caráter monofisista dessa hipótese, mal encoberta pela terminologia aristotélica; e de fato, ao acabar sustentando que em Cristo havia apenas a natureza divina, João, por assim dizer, se via sem saída. Vivia isolado havia anos, como convém aos hereges, cultivando estudos de gramática e matemática, mas nunca descurando os infindáveis comentários sobre Aristóteles.

Amr começou a freqüentar esse velho, deliciando-se principalmente com suas argumentações contra a incrível confusão cristã da trindade. Era para ele como uma continuação (mas com um interlocutor que lhe parecia quase que de seu lado) da cerrada discussão mantida com o patriarca da Síria. A disputa cristológica o seduzia, e talvez o divertisse, a julgar pela pergunta que colocara ao patriarca, isto é, se o Cristo que os cristãos pretendiam divino havia, quando se encontrava no ventre de Maria, governado o mundo dali dentro, tal como se esperaria de um deus. Pergunta a que o venerável jacobita (Cristão monofisista da Igreja copta do Egito), posto na defensiva, dera uma resposta frágil, lembrando que mesmo Deus (o pai) não havia perdido suas funções dirigentes nem ao se empenhar com Moisés, na conhecida conversa que durou quarenta dias e quarenta noites. (Conversa de cuja garantida historicidade nem um muçulmano como Amr poderia duvidar, visto ser citada no Pentateuco, livro sagrado também para ele.) Mas, a seguir, o próprio patriarca tivera de admitir que o Pentateuco não menciona a trindade, sequer indiretamente, e tentara explicar o embaraçoso silêncio daquele livro sumamente verídico com o argumento, na

verdade de dois gumes, de que teria sido imprudente falar nela na época, quando os povos ainda se inclinavam demasiado infantilmente ao politeísmo. (Imprudente reconhecimento do perigo politeísta implícito na crença da trindade.)

Evidentemente Amr estava bem protegido contra tais extravagâncias; a palavra do profeta advertia: "Deus não tem filhos", dizia, "Se tivesse um filho, seria o primeiro a adorá-lo", e ainda "Não digais que há uma trindade em Deus, ele é uno", e assim por diante. Mas é fácil imaginar como o deliciavam os argumentos de Filopão, entre outras coisas porque brotavam, por assim dizer, do próprio campo inimigo. Sua rigorosa lógica o atraía. Logo não lhe foi mais possível se separar de João.

Um dia, finalmente, João ousou abordar em sua conversa cotidiana o assunto que havia tempos aflorava-lhe aos lábios, mas sem nunca ser formulado. "Tu selaste", disse-lhe, "todos os depósitos de Alexandria, e justamente todas as mercadorias da cidade são tuas. Não faço objeções. Mas existem coisas que nem tu nem teus homens saberiam usar: eu gostaria de pedir que as deixasses aqui." Amr perguntou quais eram, e ele respondeu: "Os livros do tesouro real. Vós pusestes as mãos neles, mas sei que não sabereis usá-los". Surpreso, Amr indagou quem havia reunido aqueles livros, e João começou a lhe contar a história da biblioteca.

Quais eram e onde então se encontravam os livros de Alexandria são questões que requerem alguns esclarecimentos. Trezentos e cinqüenta anos antes, Alexandria fora conquistada e perdida pela rainha Zenóbia, árabe de Palmira, que se pretendia descendente de Cleópatra. Quando o imperador Aureliano reconquistou Alexandria, fora justamente o bairro de Brúquion que sofrerá os danos mais graves. Segundo Amiano, talvez exagerando, o bairro havia sido totalmente destruído. Poucos anos depois, Diocleciano procedeu a um verdadeiro saque da cidade. O Museu, que na primeira era imperial conhecera momentos de renovado esplendor, e ainda havia pouco recuperara o antigo brilho graças à insigne obra do matemático Diofanto, deve ter sofrido danos enormes. O Serapeum foi destruído em 391, durante o ataque aos templos pagãos. O último expoente conhecido do Museu foi Teão, o pai da Hipácia, a

estudiosa de crônicas e musicóloga massacrada em 415 pelos cristãos, convencidos em sua ignorância de que era uma herética. Mais recentemente, houve a década da ocupação persa, sob Cosroes, arduamente combatida por Heráclio. Os livros, evidentemente, também mudaram, e não só no conteúdo. Não eram mais os delicados rolos de antes, cujos restos tinham acabado no lixo ou estavam enterrados sob as areias, mas sim elegantes e sólidos pergaminhos encadernados em grandes códigos, enxameados de erros devido ao crescente esquecimento do grego. Agora predominavam os textos dos pais da Igreja, as atas dos concílios, as "sagradas escrituras" em geral.

Mas João, no arrebatamento das palavras, diminuía as distâncias, e acabava apresentando à imaginação de seu ouvinte a história daqueles livros como se ainda fossem aqueles originariamente recolhidos, mil anos antes, pelo rei Ptolomeu. "Deves saber", dizia-lhe, "que, quando Ptolomeu Filadelfo subiu ao trono, tornou-se adepto do conhecimento e homem bastante douto. Procurava livros e mandava que os conseguissem a qualquer preço, e oferecia aos mercadores as condições mais favoráveis para induzi-los a trazerem seus livros para cá. Fez-se tudo o que ele queria e logo foram adquiridos" (aqui João enunciou um montante que não parecesse muito exagerado ao interlocutor) "54 mil."

Nesse ponto, João se lembrou de um livro que conhecera um grande destino entre os escritores gregos — copiado, resumido, reorganizado inúmeras vezes, tanto pelos judeus como pelos cristãos: o relato de Aristeu. E também ele recorreu ao livro. Assim, dando retoques ao antigo relato, prosseguiu: "Quando o rei foi informado a respeito, disse a Demétrio" (Ibn al-Qifti, ao mencionar as palavras de João, chama-o sempre de Zamira), "*Crês que existam outros livros na terra que ainda não temos?* E Demétrio; *Sim, há uma grande quantidade deles na Índia, na Pérsia, na Geórgia, na Armênia, na Babilônia e também em outros lugares.* O rei se admirou ao ouvi-lo e respondeu: *Então continua a procurá-los.* E assim continuou até sua morte". (Nessa reelaboração árabe, o mundo aparece muito maior, e muito mais distante o objetivo da coleta total dos livros, do que no original de Aristeu.) "Pois bem,

esses livros", resumiu João passando para a conclusão, "continuaram a ser conservados e guardados pelos soberanos e seus sucessores até nossos dias." Amr compreendeu que João lhe dissera algo muito importante; calou-se por algum tempo, e então, depois de pensar na resposta, disse ao amigo: "Não posso dispor desses livros sem a permissão de Ornar. Mas posso escrever a ele e lhe contar as coisas extraordinárias que tu me disseste". E assim fez.

Uma carta levava em média doze dias de navio para ir de Alexandria a Constantinopla, um pouco mais, devido ao longo trajeto por terra, para chegar à Mesopotâmia, e outros tantos eram necessários para a resposta. Assim, por cerca de um mês, o destino da biblioteca ficou vinculado à resposta de Ornar, agora aguardada com ansiedade não só por João, mas também pelo próprio emir.

Naqueles dias de espera, João, autorizado por Amr, foi visitar a biblioteca na companhia do inseparável Filarete, um médico judeu seu aluno, autor do tratado *Sobre as pulsações* (que muitos, erroneamente, acreditavam escrito pelo próprio João). Sentia que, para ele, podia ser a última despedida, despedida que lhe pareceu ainda mais triste pelas condições a que o edifício estava reduzido: deserto e em avançado estado de abandono, com um grupo de soldados na porta. Enveredando pelas estantes, tocava os pergaminhos em silêncio; agora já lhe era impossível lê-los. Com a orientação táctil que, com o tempo, substitui o enfraquecimento da vista, encontrou um manuscrito e o estendeu a Filarete. Pediu-lhe que lesse o capítulo final. Era a *Explicação da criação* de Teodoro de Mopsuéstia, contra o qual, anos e anos antes, polemizara cerradamente nos sete livros *Sobre a cosmogonia*, tratado também conhecido pelos latinos como *De opificio mundi*. Considerou novamente seus argumentos contrários e se satisfez com eles. Reafirmou-se uma vez mais na convicção de que estava certo quando sustentara (como ainda sustentava) a conciliabilidade da ciência natural com o relato bíblico da criação. Finalmente, um pouco mais tranqüilo, pediu para voltar para casa.

Ao chegar, encontrou Amr à sua espera. O emir estava ali havia um bom tempo, impaciente em lhe colocar a pergunta que fazia vários dias vinha se formando em sua mente. Tentou formulá-la do modo

menos agressivo. Começou com frases de circunstância sobre a visita que, sabia, João fizera naquela mesma manhã. A seguir, chegou ao ponto. "Na tua explicação sobre os livros", disse, "falaste-me que sempre haviam permanecido no tesouro do palácio, desde os remotos tempos do rei Ptolomeu até nossos dias. Agora, um funcionário grego que abraçou lealmente nossa causa veio me visitar com grande discrição e declarou que não seria verdade, que pelo contrário, segundo ele, todo esse patrimônio de livros antigos de que me falaste teria sido queimado no incêndio de Alexandria, provocado pelo primeiro imperador romano, muitos séculos antes do nascimento do profeta. Disse ainda nosso leal servidor que em alguns templos de Alexandria ainda se conservam as estantes semiqueimadas que sobreviveram àquele terrível incêndio." Aqui se deteve, notando a perturbação de ambos. Mas o que diria, se prosseguisse, já estava claro sem necessidade de outras palavras, ou seja, que com um ardil, para chamar as coisas pelo nome certo, tinham-lhe pedido a salvação de livros na realidade sem o valor que lhe quiseram fazer crer.

Após um breve silêncio, penoso para os três, João pediu que saíssem e solicitou a Filarete que guiasse seus passos até o templo de Serápis, ou melhor, ao que dele ainda restava. Um insólito vigor parecia inflamar o corpo do velho, retesado para essa última e inesperada batalha, que quase lhe parecia ter desejado, mesmo que inconscientemente. A área para onde os três se dirigiam fora, tempos atrás, o coração do bairro egípcio de Rhakotis. Ali o patriarca Teófilo comandara o ataque dos fiéis de Cristo contra o templo de Serápis, que, garantia Amiano, só perdia em esplendor para o Capitólio: mármore, ouro, alabastro, marfim de primeira qualidade, tudo fora destruído, e o pergaminho dos livros se revelara um combustível incomparável. Agora havia muito tempo lá reinava o silêncio, e o bairro em torno não mais se recuperara das chamas devastadoras. Filarete, que rapidamente compreendera o propósito de João, guiou o grupo até os *armaria librorum*. E foi o primeiro a falar. Filarete sabia latim, e lera vários livros nessa língua quando esteve em Vivarium, na Calábria, na biblioteca fundada por Cassiodoro (ambiente mais respirável para um judeu do que o outro

renomado centro ocidental, Sevilha — mas que também gostaria de visitar —, onde se encontrava o bispo Isidoro, o autor do *Contra iudaeos*). "Essas estantes", disse citando uma passagem de Paulo Orósio, "foram esvaziadas por homens de nossa época, *exinanita a nostris hominibus nostris temporis*". Então enveredou por uma explicação pormenorizada, que tentou tornar a mais clara possível para a compreensão de Amr. Orósio, explicou ele, o historiador português devoto de santo Agostinho, mencionara sua visita ao Serapeum — onde se impressionara com a visão daqueles míseros restos de estantes — precisamente numa digressão incluída no relato da guerra de Júlio César contra Alexandria. E havia esclarecido, para além de qualquer dúvida, que não se tratava absolutamente dos vestígios do incêndio cesariano: fosse porque esses vestígios se referiam a acontecimentos muito mais recentes (e na época de Orósio bastante vivos na memória das testemunhas), fosse porque o Serapeum nada tinha a ver com o palácio, onde estavam as preciosas coleções dos Ptolomeus. Com isso, prosseguiu ele, Orósio refutava um erro grosseiro de Amiano, um siríaco presunçoso e obscuro, grego de nascimento, mas metido a escrever histórias num latim rebuscado, que, copiando suas fontes sem compreendê-las, acabara por atribuir a Júlio César o saque de Alexandria e a destruição do Serapeum.

Amr ouvia, admirado, as palavras claras e concretas do judeu, tão diferentes do tom insinuante e inconsistente de seu cioso informante. Enquanto isso, Filarete, que muito raramente podia dar vazão à sua doutrina e, portanto, dificilmente a interromperia por iniciativa própria, prosseguia com informações cada vez mais minuciosas. Disse ter visto, ao viajar pelo Ocidente, mais de um manuscrito das *Histórias* de Orósio, e ter notado que, quando Orósio fala dos livros casualmente depositados nas proximidades do porto, *proximis forte aedibus condita*, e, por isso, destruídos quando César mandara incendiar os navios, em alguns códigos lê-se o número de *40 mil*, e em outros de *400 mil*. Assim também em Aulo Gélio, que citava o episódio num fantasioso pequeno capítulo das *Noites áticas* sobre as bibliotecas antigas, alguns códigos registravam 60 mil, outros 700 mil. Acalorando-se na demonstração e esquecendo a

pouca familiaridade de Amr com o assunto que lhe apresentava, mencionou a prova que não hesitava em definir como definitiva: Orósio — prosseguiu — apenas reproduzira o relato indiscutivelmente respeitável de Tito Lívio, o historiador contemporâneo de César e de Augusto, cuja obra sozinha ocupava, quando completa, quase 150 rolos. Portanto, bastaria localizar o livro de Lívio sobre a guerra de Alexandria, e imediatamente se esclareceria se Orósio escrevera 40 ou 400 mil. Mas justamente esse livro parecia impossível de localizar (talvez ninguém mais tivesse um Lívio completo).

No entanto, um dia a solução subitamente lhe saltara aos olhos, ao ler Sêneca, no tratado *Sobre a tranqüilidade da alma*. Ali, o estóico cuja sabedoria freqüentemente beirava a loucura investia longamente contra a mania dos ricos de acumular por pura ostentação milhares de livros em suas casas; depois disso, prosseguia com essas palavras, que a Filarete, ao lê-las, pareceram reveladoras: "Para que servem inúmeros livros e coleções inteiras se ao longo da vida o dono mal consegue ler seus títulos? Queimaram em Alexandria 40 mil rolos. Pois bem, outros elogiam a admirável prova da opulência real, *pulcher-rimum regiae opulentiae monumentum*, como também faz Lívio, ao dizer que aqueles rolos eram o fruto refinado da nobreza e solicitude dos soberanos, *qui elegantias regum curaeque egregium id opus ait fuisse*. Todavia — protestava Sêneca nesse tratado —, aquilo não era nobreza nem solicitude, mas luxo cultural, ou melhor, sequer cultural, pois esses livros haviam sido adquiridos "não para o estudo, e sim por ostentação". Orósio — concluiu Filarete triunfante — lera e parafraseara a mesma passagem liviana visada por Sêneca: de fato, definia aqueles rolos com as mesmas palavras, *singulare profecto monumentum studii curaeque maiorum*. Portanto, em seu Lívio, Orósio teria lido, tal como Sêneca, *quadraginta milia librorum*, "40 mil rolos".

Amr deixara havia algum tempo de acompanhar a cerrada argumentação do apaixonado orador. João sugeriu que talvez já bastasse. No caminho de volta, ninguém retomou o inesgotável assunto.

Os dias transcorriam na espera da resposta de Ornar. Amr continuava a freqüentar seus doutos amigos com a costumeira assiduidade. E, contudo, parecia-lhes, apesar de seus esforços de cordialidade, menos espontaneamente afável do que antes. Havia como que uma sombra entre eles, sombra que João, certa vez, tentou dissipar. "Parece-me", disse ele, "que não estás totalmente convencido com as explicações do meu caro Filarete. Deixa, então, que eu retorne a um assunto que, como terás entendido, é-nos mais caro do que nossa própria vida." Amr não teve dificuldade em admitir que João, como se costuma dizer, lera seus pensamentos, e de bom grado apresentou sua dúvida: consistia em que, das complicadas e minuciosas exposições de Filarete, mesmo assim ficara claro que César, na guerra travada em Alexandria, havia provocado a destruição de 40 mil rolos de textos.

"Nós também", João respondeu com doçura, "freqüentemente nos perguntamos de que livros se trataria. Mas, na maioria das vezes, tivemos de lamentar o silêncio dos historiadores. Pensa que até Apião, nascido e vivido aqui em Alexandria na feliz época do imperador Adriano, não diz uma única palavra sobre o incêndio do Museu quando, nas *Guerras civis*, fala sobre a guerra alexandrina. O mesmo pode-se dizer de Ateneu, também ele egípcio, cujos intermináveis livros não passam de um amontoado de erudição extraída de milhares de obras (entre elas, até o texto de Ptolomeu, dito Fiscão, sobre o palácio de Alexandria). Somente Dião Cássio, testemunha em sua época da insana ameaça de Caracala de incendiar o Museu para vingar Alexandre Magno, envenenado (pensava ele) a mando de Aristóteles, diz alguma coisa mais precisa. Com efeito, ele afirma que durante o incêndio queimaram o arsenal e os depósitos de trigo e de livros." "O que", interveio Filarete, "coincide exatamente com o que, como te disse, narra Orósio: isto é, que os livros queimados se encontravam por acaso nos edifícios próximos ao porto, *proximis forte aedibus condita*", acrescentou, certo de que a citação latina aumentaria a eficácia do argumento, "e os edifícios próximos ao porto", deduziu, "devem ser justamente os depósitos de que fala Dião!"

Amr disse que estava impressionado com essas novas informações, mas — acrescentou —, a questão levantada por ele continuava sem resposta. "Então devo pensar", respondeu Filarete, "que não ouviste todo o meu raciocínio durante a visita aos restos do Serapeum." O tom petulante de Filarete irritava bastante Amr, que, mesmo assim, obrigou-se a não reagir, dizendo a si mesmo que no fundo fora ele a provocar a nova discussão. "Disse, portanto", prosseguiu Filarete, "que a melhor exposição do que narrava Lívio (e que, repito, se estivesse guardado e acessível resolveria todas as nossas dúvidas) está no tratado de Sêneca *De tranquillitate animi*. E não deve ter te escapado, espero eu, que, nas palavras de Sêneca a que me referi, nada leva a crer que aqueles livros fossem livros da biblioteca real. Parece claro, pelo contrário, que se trata de uma generosa doação dos Ptolomeus, destinada a algum dos grandes senhores romanos da época, contra cuja vã ostentação se lança o filósofo estóico. Por que, então, falaria de *nobreza* e *solicitude* por parte dos soberanos do Egito, e por que esclareceria que aqueles rolos foram recolhidos *não para fins de estudo, mas de ostentação*, se não se tratasse justamente de doações destinadas a pessoas ricas e incompetentes? E então, concluiu, "junta esses indícios, e ter ás a resposta à tua pergunta: aqueles livros estavam *por acaso* no porto, como diz Orósio, nos *depósitos* próximos aos de trigo, como diz Dião, porque eram doações dos soberanos do Egito a algum ricaço de Roma, como diz Sêneca, o qual afirma se basear em Lívio, fonte reconhecida tanto de Orósio como de Dião."

Isso disseram os dois amigos a Amr. Quase como se tivessem combinados antes, nenhum dos dois mencionou aquela passagem de Plutarco na *Vida de César*, na qual, não se sabe bem porquê, o biógrafo afirma que o fogo, "desenvolvendo-se a partir do arsenal", destruíra "a grande biblioteca". Não que quisessem esconder um argumento à primeira vista desfavorável a eles: bem sabiam que Plutarco era contestável, que a biblioteca, se assim se quiser chamar o Museu, não estava de forma alguma perto dos arsenais, que provavelmente Plutarco entendera mal uma fonte que falava — tal como faz Dião Cássio — em "depósitos de livros" (*bibliothékas*) e imaginara um apocalíptico incêndio do Museu. Já haviam exigido

muito da atenção e da paciência de Amr. Inútil, pensaram, confundir-lhe as idéias.

Enquanto se concediam uma pausa e Amr retraçava mentalmente, com absorta admiração, o rigoroso raciocínio, o enviado de Omar, que acabara de desembarcar em Alexandria, alcançou o emir na casa de João. Sua entrada despertou os três do diálogo interior que cada um havia prosseguido quase naturalmente. Ao longo de suas discussões, naqueles dias de espera, eles haviam, por assim dizer, voltado ao passado, arrastados pela própria busca a que se dedicavam. Agora, voltavam de súbito ao presente. Amr leu a mensagem: "Quanto aos livros que mencionaste", escrevia Omar, "eis a resposta: se seu conteúdo está de acordo com o livro de Alá, podemos dispensá-los, visto que, nesse caso, o livro de Alá é mais do que suficiente. Se, pelo contrário, contêm algo que não está de acordo com o livro de Alá, não há nenhuma necessidade de conservá-los. Prossegue e os destrói". É fácil imaginar a decepção e o desconforto dos dois, e talvez fosse melhor dizer dos três. Porém, o que mais podiam esperar de um devoto carola como Omar — pensava Amr —, de alguém que fora capaz, ao que parece, de impedir que o profeta, moribundo, ditasse um segundo livro, sempre em honra ao conceito de que tudo já estava no Corão?

Assim, a mesma intensidade da fé — pensava João por sua vez — pode levar a resultados opostos: no banquete dos sábios, como conta Aristeu, os 72 doutores judeus atenderam a todas as mais extravagantes perguntas do rei invocando a coerência da vontade divina; agora o califa, em sua esquemática resposta, tudo reduz à coerência com o livro de Deus (que ele chama de Alá); mas — constatava desolado —, aqueles ajudaram o desenvolvimento de uma biblioteca já imensa, ao passo que este bárbaro aprova, em virtude de um grosseiro silogismo, a destruição daquele tesouro.

Não era possível, nem de bom gosto, continuar por mais tempo. Em silêncio, evitando formalidades inúteis, Amr deixou para sempre a casa de João. Fiel à resposta do califa, iniciou o trabalho de destruição. Distribuiu os livros entre todos os banhos de Alexandria, para que fossem usados como combustível das estufas que os tornavam tão confortáveis. "O número desses banhos", escreve Ibn

al-Qifti, "era bem conhecido, mas eu o esqueci." (Como sabemos por Eutíquio, eram 4 mil.) "Conta-se", continua ele, "que foram necessários uns seis meses para queimar todo aquele material."
Foram poupados apenas os livros de Aristóteles.

FONTES

1

GIBBON

"O fato é na verdade surpreendente", escreveu Edward Gibbon a propósito do relato do incêndio dos livros por ordem de Omar. A fonte usada por Gibbon era o *Specimen historiae arabum* de Gregório Abul-Faraj, médico judeu do século XIII, dito Bar Hebraeus na tradução latina do século XVII do grande orientalista do Corpus Christi College, Edward Pococke (1649). "A afirmação isolada de um forasteiro", prosseguia o autor de *Decline and fall*, "que seis séculos mais tarde escrevia nos fins da Idade Média, é amplamente contrabalançada, pelo silêncio de dois analistas anteriores, ambos cristãos e nascidos no Egito, sendo que o mais antigo deles, o patriarca Eutíquio [876-940], fez um extenso relato da conquista de Alexandria." Gibbon prosseguia observando o silêncio sobre os acontecimentos por parte "de Abulferde, Murtadi e uma multidão de muçulmanos". E comentava: "O rígido decreto de Ornar repugna aos sadios e ortodoxos preceitos dos casuístas muçulmanos, os quais declaram formalmente que nunca é lícito queimar os livros religiosos dos judeus e cristãos, adquiridos por direito de guerra", e recorria à autoridade de Hadrianus Reland, o eminente arabista holandês do final do século XVII, no *De jure militari Mohammedanorum*, segundo o qual "não se devem queimar os livros dos judeus e cristãos pelo respeito ao *nome* de Deus".

Gibbon não questionava a opinião, bastante arraigada nas fontes árabes — a começar pelo importante *índice* (al-Fihrist) do filho de "al-Warraq" ("o livreiro"), no qual são enumerados todos os livros árabes ou as traduções em árabe que passaram pelas mãos do autor até o ano de 988 —, de que João Filopão teria realmente vivido até

a época da conquista árabe. Essa datação coincide com a que parece deduzível de uma declaração do próprio Filopão no comentário ao livro IV da *Física* de Aristóteles: "Digo que agora estamos em 10 de maio do ano 333 desde o início do reinado de Diocleciano" (*Commentaria in Aristotelem Graeca*, vol. XVII, Berlim, 1888, p. 703). Infelizmente, porém, não se trata de uma indicação unívoca, visto que o número do ano é 333 em diversos códigos, até excelentes como o Laurenciano 87.6 do século XII, mas consta como 233 no manuscrito Marciano grego 230 do século XIV ou XV, escrito, segundo Vitelli, encarregado da edição berlinense, "de forma bastante negligente". No primeiro caso a data é 617, no segundo, 517 d.C. E, de fato, Fabricius — a cuja autoridade Gibbon se reportava — baseava-se justamente nessa passagem do comentário ao livro IV da *Física*, para concordar com as fontes árabes que apresentam Filopão em vida e dialogando com Amr no ano de 640 d.C. Em outra parte da sua obra, porém, e precisamente no XVI livro, entre os dezoito que compõem *Contra Proclo sobre a eternidade do mundo*, Filopão diz: "E agora, em nossa época, no ano 245 do reinado de Diocleciano". A esse respeito, Fabricius, invocando o sentido geral do trecho, observa que essa indicação temporal devia ser interpretada "paulo laxius" [com um pouco menos de rigor] e sugeria a tradução: "Nam et non longe a nostris temporibus anno 245 Diocletiani" [Com efeito, ainda não distante do nosso tempo, no ano 245 do reinado de Diocleciano] (*Bibliotheca graeca*, vol. X, p. 644, da edição atualizada por Harles). Realmente, as citações presentes em Simplício (comentário ao *De caelo* de Aristóteles) das *Répliques a Aristóteles sobre a eternidade do mundo* (obra não conservada, mas atribuída a Filopão) já no século XVIII levaram os estudiosos a preferir a data menos recente a considerar o encontro com Amr como fruto de uma confusão das fontes árabes. A obra de João Filopão, bastante conhecida pelos árabes, contribuiu muito para a difusão do pensamento de Aristóteles na cultura árabe dos primeiros séculos. Aqui deve se encontrar a raiz da conexão, instituída pelas fontes históricas árabes, entre Filopão e Amr. O diálogo em que João retoma sumariamente o episódio inicial da *Carta de Aristeu* (o encontro entre Ptolomeu e Demétrio nas

dependências da biblioteca) é citado por Ibn al-Qifti. (Uma tradução inglesa desse trecho, a cargo de Hussein Mones, foi publicada por Edward A. Parsons, *The Alexandrian library*, Nova York, 1952, pp. 389-92.) O nome de Filarete aparece em alguns manuscritos que contêm a tradução latina do *Livro de Filopão sobre as pulsações* (Fabricius, *Bibliotheca graeca*, X, p. 652).

O propósito do iluminista Gibbon era apologético. Ele justificava os árabes por um crime nunca cometido e atribuía a ruína da biblioteca às destruições causadas por César na guerra de Alexandria e principalmente pelo terrível bispo Teófilo, "eterno inimigo da paz e da virtude, homem audaz e perverso, cujas mãos foram alternadamente manchadas pelo sangue e pelo ouro" (trad. ital. Einaudi, p. 1032), o destruidor do Serapeum. Gibbon, na esteira de Tertuliano (*Apologético*, 18, 8) e principalmente de Amiano Marcelino (XXII, 16), na verdade confundia a biblioteca real com a do Serapeum: "Não repetirei aqui", escreve ele, "todos os danos sofridos pela biblioteca de Alexandria: o incêndio involuntariamente ateadado por César para se defender, ou pelo perigoso fanatismo dos cristãos que se empenhavam em destruir os monumentos da idolatria." "Mas", prossegue ele, "se os volumosos livros dos polemistas, arianos ou monofisistas, realmente foram aquecer os banhos públicos, o filósofo admitirá sorrindo que foram de fato consagrados ao benefício da humanidade."

É admirável como Gibbon imediatamente relaciona a consideração sobre o destino das grandes bibliotecas antigas com a história da tradição dos textos clássicos; e como o espírito voltairiano o leva, mesmo perante o triste espetáculo dos estragos do fanatismo e da loucura humana, a concluir com um balanço ao final positivo: estranho otimismo, que tem algo de teleológico no pouco apreço que demonstra pelo que se perdeu. Com efeito, ele prossegue: "Lamento sinceramente outras bibliotecas mais preciosas, que foram levadas no desmoronamento do império romano; mas, quando começo seriamente a calcular o decorrer dos séculos, os danos da ignorância e as calamidades da guerra, maravilho-me mais com os tesouros que restaram do que com as perdas sofridas". E aqui Gibbon esboça, em rápidos traços, um perfil do qual pretende

derivar o sentido da história da tradição, da natureza das perdas e dos critérios ou características que comandaram a preservação: "Muitos fatos curiosos e interessantes estão enterrados no esquecimento, as obras dos grandes historiadores de Roma só nos chegaram mutiladas, e não dispomos de uma série de belas passagens da poesia lírica, lãmbica e dramática dos gregos. Mesmo assim, deveríamos nos alegrar, ao lembrar que os estragos do tempo e dos homens pouparam as obras daqueles clássicos, os quais, pelo voto da antigüidade [e, em nota de rodapé, pensa nas listas classificatórias estabelecidas por Quintiliano], foi atribuído o primeiro lugar em gênio e glória". Assim, no âmbito da tradição remanescente, Gibbon valoriza em especial a sobrevivência de autores — como Aristóteles; Plínio, o Velho; Galeno — que também têm a função de repositório do saber anterior: "Leram e compararam", observa ele, "as obras de seus antecessores, e não temos motivo razoável para crer que alguma verdade importante ou descoberta útil na arte ou na natureza tenha sido subtraída à nossa curiosidade" (p. 2112).

2

OS DIÁLOGOS DE AMR

O emir dos Agareus, Amr ibn al-As, é protagonista, na tradição oriental e árabe, de diversos diálogos com personagens notáveis: com o imperador bizantino, que lhe contestava a pretensão árabe de ocupar a Síria; com o patriarca jacobita do Egito, Benjamim, cuja amizade soube astutamente conquistar; como João I, patriarca jacobita da Síria; e com João Filopão. As informações referentes ao encontro com o patriarca egípcio podem ser encontradas no primeiro volume (1903) da *Patrologia orientalis* (pp. 494-8). O diálogo com o patriarca siríaco João (mencionado no início do capítulo XVI) foi extraído de um manuscrito siríaco do British Museum (Additional 17193), cuja transcrição foi concluída no ano de 874, descoberto e

apresentado pelo abade François Nau, o co-editor da *Patrologia orientalis*, que publicou o texto, a tradução e os comentários no *Journal Asiatique* de março-abril de 1915 (série XI, volume 5, pp. 225-79). O abade Nau demonstrou que o patriarca João mencionado no cabeçalho do diálogo deve ser João I, que ocupou o cargo de 635 até dezembro de 648, ou seja, na época em que Amr conquistava a Síria, encontrando o apoio dos exasperados súditos do império (a queda de Antioquia se dá em 638).

O texto encontrado no código misto Additional 17 193 se apresenta como um relatório do diálogo, redigido pelo próprio João poucos dias depois do encontro com Amr. No início, vem indicada a data, que corresponde a 9 de maio do ano de 639. (Portanto, o manuscrito foi escrito pouco mais de duzentos anos após o diálogo nele apresentado.) O caráter histórico do encontro de Amr com o patriarca jacobita da Síria é prontamente admitido por Nau, que aí vê uma hábil manobra do emir, em 639, ainda empenhado na conquista da Mesopotâmia, onde as comunidades jacobitas (monofisistas de observância siríaca) tinham grande influência; Amr, portanto, queria contar com o apoio de seu líder espiritual.

Além do tema cristológico, Amr também colocava no diálogo a questão da "unicidade" do livro, segundo uma orientação que foi considerada análoga à expressiva e dogmática sentença de Ornar. "O ilustre emir", narra em seu texto, "perguntou-nos se um único evangelho é considerado verdadeiro por todos os que se declaram cristãos e portam tal nome pelo mundo"; à resposta afirmativa do patriarca, Amr havia objetado que, nesse caso, não eram concebíveis as diversas "fés" entre as quais se dividiam os cristãos; a resposta do patriarca mostrara uma visão de grande tolerância: o Pentateuco também é considerado um livro sagrado por homens que professam religiões diferentes, como os judeus, os cristãos e os muçulmanos. Depois disso, Amr abordara a questão de outro ponto de vista: colocou a seu interlocutor, questões concretas e empíricas (por exemplo: como dividir a herança de um homem que deixa muitos herdeiros?) e perguntou se no Evangelho dos cristãos havia uma resposta a perguntas do gênero. Recebendo a resposta de que o Evangelho trata apenas de "doutrinas celestes e preceitos

vivificantes", aconselhou paternalmente: "Então fazei assim: ou me demonstrai que vossas leis estão contidas no Evangelho e que, portanto, vós vos governais baseados nele, ou aderi imediatamente à lei muçulmana". A resposta do patriarca foi uma defesa da *pluralidade*: "Nós cristãos também temos leis [entenda-se, além do Evangelho], que, aliás, concordam com os preceitos do Evangelho e os cânones dos apóstolos e as leis da Igreja".

A exigência de Amr, porém, não renunciava a alternativa destrutiva de Ornar, como sugere Nau. Pelo contrário, pelo que conta o historiador Miguel Siríaco, o emir, logo após o diálogo, dispôs-se a pedir ao patriarca que mandasse traduzir o Evangelho dos cristãos para o árabe, talvez eliminando aquelas extravagâncias sobre a divindade de Cristo; aos protestos de João, rendeu-se amavelmente dizendo: "Vai, e escreve-o como quiseres" (*Chronique ecclésiastique*, II, pp. 431-2). Portanto, não surpreende que, num tal clima conciliador, o Evangelho "muçulmano" de Barnabás apresente a variante de que foi Judas a ser crucificado, em lugar de Cristo, ou seja, de acordo com o *Corão*, que diz: "Eles não o crucificaram, um homem que se assemelhava a ele foi posto em seu lugar" (sura IV, 156).

Do diálogo entre Amr e o patriarca da Síria participa também um erudito judeu, convocado por Amr, que queria conferir no original hebraico uma passagem do *Gênese* (19, 24), na qual aparece duas vezes a palavra "o Senhor" ("Fez, pois, o Senhor da parte do Senhor chover sobre Sodoma e Gomorra enxofre e fogo"). Um prato cheio para a disputa cristológica. Indagado se o texto se apresentava na Lei exatamente dessa forma, o erudito judeu teria respondido, segundo o relato do patriarca: "Não sei exatamente".

3

ARISTEU ATUALIZADO

No diálogo entre João Filopão e Amr, o historiador árabe de origem egípcia Ibn al-Qifti (1172-248) atribui a João uma longa intervenção sobre a origem e a história da biblioteca de Alexandria. Boa parte dessa intervenção é tirada livremente da *Carta de Aristeu*. Com uma modificação importante. De fato, na *Carta de Aristeu* Demétrio tranqüiliza o soberano, comunica-lhe que "breve" (§ 10) será alcançada a quantidade prevista de 500 mil rolos, e coloca como problema digno de especial atenção apenas o caso da "lei hebraica"; no diálogo entre Ptolomeu e Zamira, conforme citado por Ibn al-Qifti, à pergunta do rei — que acaba de saber que os livros reunidos são 54 mil — "Quantos ainda faltam?" Zamira dá uma resposta muito mais alarmante: é considerável a lista dos povos cujos livros ainda têm de ser adquiridos pela biblioteca, para que fique "completa" (Índia setentrional, Pérsia, Geórgia, Armênia, Babilônia, Musil, território de Rum [= Bizâncio]).

A essa adaptação do relato de Aristeu corresponde, ponto por ponto, o início do *De mensuris et ponderibus* do bispo Epifânio, que em idade avançada tornou-se bispo metropolitano da ilha de Chipre, vivendo entre 315 e 403 d.C. Esse curioso texto, que foi definido como uma "biblische Realencyklopädie" (Altaner e Stuiber, *Patrologie*, Freiburg-Basiléia-Viena, 1966⁷, p. 316), apresenta no início um denso estudo sobre a tradução grega do Antigo Testamento, que, como muitas vezes acontece, permite-se uma digressão sobre a biblioteca de Alexandria. De fato, depois de lembrar Ptolomeu Filadelfo, sob cujo reinado os 72 tradutores realizaram sua obra, Epifânio continua:

O segundo soberano de Alexandria depois de Ptolomeu, isto é, o chamado Filadelfo, foi um amante do belo e da cultura. Fundou uma biblioteca na mesma cidade de Alexandre, no bairro chamado Brúquion (bairro agora completamente abandonado), e confiou sua direção a um tal Demétrio Falereu, com a ordem de reunir os livros de toda a terra. [...] Dando andamento ao trabalho e a partir de então recolhendo os livros de todas as regiões, um dia o rei perguntou ao responsável da biblioteca quantos livros haviam sido reunidos. Ele respondeu: "São mais ou menos 54.800. Mas ouvimos

dizer que existe uma grande quantidade deles entre os etíopes, indianos, persas, elamitas, babilônios, assírios, caldeus, romanos, fenícios, siríacos". [Aqui Epifânio insere um comentário seu entre as palavras de Demétrio, e esclarece que "naquela época os romanos ainda não se chamavam assim, mas latinos". A seguir continuam as palavras de Demétrio.] "Mas também em Jerusalém, na Judéia, existem livros sagrados que falam de Deus etc." (*Patrologia graeca*, vol. 43, col. 250 e 252).

O relato de Epifânio continua com a correspondência entre Ptolomeu e Eleazar. Essas cartas também estão alteradas em comparação com o texto de Aristeu: entre outras coisas, o cabeçalho da carta do rei não está endereçado diretamente a Eleazar, mas aos judeus em geral. Ibn al-Qifti, por sua vez, omite qualquer referência a eles.

As duas listas de povos merecem algumas considerações. Epifânio mistura lugares da tradição bíblica (elamitas, assírio-babilônios etc.) e lugares "efetivos" (Roma, Etiópia, Índia). O cronista árabe inclui na lista lugares relacionados com o mundo dominado ou em contato com os árabes (Geórgia, Armênia). A lista inicial é, assim, atualizada. Ibn al-Qifti utiliza o texto de Epifânio: é dele que retira a quantidade — absolutamente isolada mesmo na vasta tradição que remonta a Aristóteles — de 54 mil rolos para a biblioteca de Alexandria na época do Filadelfo. Em alguns casos modifica seu modelo, em outros o interpreta. Por exemplo, é o caso da referência aos "romanos". Para Epifânio, esses romanos são os habitantes do Lácio ou da Itália, e por isso observa que antigamente se chamavam "latinos". Esse esclarecimento não deve ter significado muita coisa para Ibn al-Qifti que interpretou no sentido corrente em sua época, isto é, "romeus", bizantinos (ou seja, gregos). E quase paradoxal que, ao final de um processo tão longo de reelaborações, essa última reencarnação da carta de Aristeu pelo cronista árabe medieval considere faltantes em Alexandria justamente os livros dos gregos.

O livro de Epifânio em grego sobreviveu apenas em parte; a obra completa foi conservada na tradução siríaca (Altaner e Stuiber, p. 316). É uma obra que teve prestígio e difusão na cultura árabe. Entre outras coisas, foi muito aproveitada pelo autor do prefácio à versão árabe do Pentateuco (cujo texto se encontra em tradução

latina no livro publicado em Oxford, em 1692, *Aristeae Historia LXX interpretum*, p. 131).

4

GÉLIO

Para os dados referentes à destruição da biblioteca de Alexandria, Gibbon, como muitos estudiosos depois dele, remetia ao testemunho de Amiano Marcelino (XXII, 16, 13), o historiador antioquense admirador de Juliano, o Apóstata. Mas Amiano, além da confusão — sobre a qual já falamos — entre a biblioteca do palácio e a biblioteca do Serapeum (consegue contornar esse problema falando de *várias bibliotecas* presentes no Serapeum: "bybliothecae inaestimabiles"), não pode ser considerado uma fonte independente. Ele transcreve uma referência que aparece nas *Noites áticas* de Aulo Gélio (VII, 17). Eis o que narra Gélio:

O primeiro a pôr à disposição da leitura pública os livros das artes liberais foi, diz-se, o tirano Pisístrato. Posteriormente, com dedicação e cuidado, os próprios atenienses os aumentaram. Mas, a seguir, toda aquela profusão de livros foi roubada e levada para a Pérsia por Xerxes, quando ocupou Atenas e incendiou toda a cidade, com a exceção da acrópole. Depois de muito tempo, todos aqueles livros foram devolvidos a Atenas pelo rei Seleuco, dito Nicanor.

Posteriormente, muitíssimos livros foram recolhidos ou confeccionados no Egito pelos soberanos Ptolomeus, até chegar a 700 mil rolos. Mas, no decorrer da primeira guerra de Alexandria, durante o saque da cidade, todos esses milhares de rolos foram queimados, com certeza não espontânea nem intencionalmente, mas por acaso, por obra dos soldados auxiliares.

Por seu lado, escreve Amiano que os "700 mil rolos, reunidos pelos soberanos Ptolomeus com incansável esforço, foram queimados na guerra de Alexandria, durante o saque da cidade, sob a ditadura de César". As palavras são iguais às de Gélio, só que Amiano modifica,

ou melhor, interpreta as palavras *bello priore Alexandrino dum diripitur ea civitas* [na primeira guerra de Alexandria, quando a cidade foi saqueada], que se tornam *bello Alexandrino dum diripitur civitas sub dictatore Caesare* [na guerra de Alexandria, quando a cidade foi saqueada, sob a ditadura de César].

Mas parece possível inferir do sumário no início do capítulo que Gélio, originalmente, não incluía a breve referência sobre a biblioteca de Alexandria. (São sumários do autor, que Gélio coloca no final do prefácio geral, todos juntos, para oferecer ao leitor um índice completo da sua obra, e que depois reaparecem progressivamente, cada qual no começo do respectivo capítulo.) Assim, o sumário promete discutir: "Quem foi o primeiro a instituir uma biblioteca pública e quantos livros havia em Atenas nas bibliotecas públicas antes das derrotas sofridas diante dos persas". Esse sumário prescinde, pois, da segunda parte do capítulo, referente a Alexandria, a qual está ligada à primeira de maneira canhestra, a ponto de dar a impressão ao leitor de que Ptolomeu é cronologicamente posterior a Seleuco.

O autor dessa segunda parte tinha também uma idéia singularmente precisa sobre os responsáveis pelo incêndio da biblioteca, sem dúvida identificando-os com alguns *milites auxiliarii*. Sabe-se — através do *Bellum Alexandrinum* — que, durante o conflito alexandrino, o príncipe Mitrídates Pergamense veio com suas tropas em defesa de César. O interpolador decidiu que a dolorosa destruição dos livros não poderia ser obra dos romanos.

É desnecessário repetir que ele também fala em um inexistente "saque de Alexandria". E, fato não menos desmerecedor, prescinde totalmente das informações exatas sobre as circunstâncias e o momento em que o incêndio se desenvolveu, facilmente deduzíveis do *Bellum Alexandrinum*, além das diversas fontes que retomam Lívio (acima, capítulo XII).

5

ISIDORO DE SEVILHA

Das duas partes que compõem o capítulo de Gélio — a primeira sobre Atenas e a segunda sobre Alexandria — Amiano utiliza, com ligeiras modificações, apenas a segunda.

Isidoro de Sevilha, pelo contrário, num capítulo de suas enciclopédicas *Etymologiae* justamente intitulado "De bibliothecis" (VI, 3), utiliza (VI, 3, 3) somente a primeira. Eis o texto:

Sobre as bibliotecas. Biblioteca é nome de origem grega; o termo deriva do fato de que ali se conservam livros. Efetivamente *biblion* se traduz como livros e *théke* como depósito. A biblioteca do Antigo Testamento, depois que os livros da Lei foram queimados pelos caldeus, foi reconstruída por Esdras, inspirado pelo Espírito Santo; corrigiu todos os volumes da Lei e dos Profetas, que haviam sido adulterados pelos gentios, e fixou todo o Antigo Testamento em 22 livros, de modo que o número dos livros correspondesse ao das letras. Entre os gregos, por sua vez, pensa-se que Pisístrato, o tirano de Atenas, foi o primeiro a instituir uma biblioteca; essa biblioteca, posteriormente ampliada pelos atenienses, Xerxes — após incendiar Atenas — levou-a para a Pérsia; muito tempo depois, Seleuco Nicanor trouxe-a de volta para a Grécia. Disso nasceu, em todos os soberanos e em todas as cidades, a mania de providenciar os livros dos diversos povos e, através de tradutores, de traduzi-los para o grego. Eis a razão pela qual Alexandre Magno ou talvez seus sucessores empenharam-se em construir bibliotecas que incluíssem todos os livros. E principalmente Ptolomeu, chamado Filadelfo, profundo conhecedor de literatura, competindo com Pisístrato na dedicação às bibliotecas, canalizou para a sua biblioteca não somente as obras dos gentios, mas também as sagradas escrituras. De fato, na Alexandria daquela época, encontravam-se 70 mil volumes. [Segue um capítulo "De interpretibus", que abre com a história, que remonta a Aristeu, de Eleazar e os 72 tradutores do Antigo Testamento.]

Assim, Isidoro, após discorrer, nas pegadas de Gélio, sobre Pisístrato e sua biblioteca, prosseguiu com Alexandria e seus rolos, mas já não reproduzindo a seqüência do capítulo de Gélio. Pode ser uma

casualidade. Mas não é improvável que o Gélio utilizado por Isidoro, no início do século VII, ainda não incluísse a parte sobre Alexandria, no capítulo 17 do VII livro.

Nesse caso, como Amiano já a conhece, três séculos antes de Isidoro? A rigor, Amiano poderia ter recorrido não a Gélio, mas simplesmente à fonte a que também recorreu o interpolador de Gélio.

Ainda que as duas passagens aqui tratadas, a de Gélio e a de Isidoro, apresentem um elemento comum tão visível (a história da biblioteca de Pisítrato), elas remontam, porém, segundo a visão moderna corrente, a duas fontes diversas (ambas desaparecidas): Gélio ao *De bibliothecis* de Varrão; Isidoro ao *De viris illustribus* de Suetônio. Isso é ainda mais surpreendente se se considerar que nem em Gélio nem em Isidoro aparecem referências às fontes utilizadas.

Mas a razão pela qual se procuram ascendentes tão nobres para os dois autores é razoavelmente clara: tende-se a aumentar o prestígio de seus testemunhos. Quanto à informação de Gélio sobre a biblioteca de Alexandria, por exemplo, um especialista como Carl Wendel comenta que "é a única que pode pretender validade histórica", assim assegurando que "no momento do incêndio a biblioteca do Museu chegara a 700 mil rolos" (em: Milkau-Leyh, *Handbuch der Bibliothekswissenschaft*, III, I, Wiesbaden, 1955, p. 69). Mais recentemente, porém, Peter Marshall Fraser — voz respeitável, mas isolada — afirmou que a quantidade mencionada por Gélio e Amiano é "certamente menos qualificada a receber crédito do que as outras" (*Ptolemaic Alexandria*, Oxford, 1972, II, p. 493, nota 224).

Wendel, simplificando sem discutir especificamente o ponto de vista atual, considerava que tanto Gélio como Isidoro se remetiam ao tratado de Varrão. Por que Varrão? Como se sabe, César confiara formalmente a ele uma "cura bibliothecarum" (Suetônio, *Vida de César*, 44). Varrão, erudito consciencioso e grande colecionador de livros, preparou-se para cumprir a tarefa que lhe fora confiada fazendo uma série de estudos sobre a questão, cujo fruto foi justamente o *De bibliothecis*. Os modernos se basearam nesse dado. Tais são as passagens, que dificilmente poderíamos considerar

lógicas. Plínio (*Naturalis historia*, XIII, 68-70) cita Varrão a respeito dos materiais de escrita em uso no mundo greco-romano; cita-o, a rigor, a propósito de uma teoria absurda (se é que foi corretamente transcrita) que, a seguir, contesta energicamente: a teoria segundo a qual se teria começado a utilizar a folha de papiro somente a partir "da época da vitória de Alexandre Magno"! Visto que o próprio Isidoro também dedica vários capítulos do VI livro (9-12) aos materiais de escrita (*de ceris, de cartis, de pergamenis, de libris conficiendis* [sobre a preparação de ceras, papéis, pergaminhos, livros]), deduziu-se que ele dependeria de Varrão por intermédio de Suetônio. (Isidoro, por razões muito diferentes, cita Suetônio em outras passagens.) Esta é a tese, por exemplo, de Dahlmann, no verbete "Marcus Terentius Varro" da enciclopédia *Pauly-Wissowa*, Suplemento VI, [1935], col. 1221. Reifferscheid, editor das *Reliquiae* de Suetônio (1860), chega a incluir esses capítulos entre os "restos" de Suetônio (p. 130).

Na realidade, num ponto essencial, Isidoro diz exatamente o contrário de Varrão: "Cartarum usum primum Aegyptus ministravit" [O Egito providenciou o primeiro uso do papel] (VI, 10, 1).

Procedendo-se com gulosa liberalidade para a recuperação, pelo menos parcial, do texto de Varrão, conclui-se que todas as informações relativas aos livros e bibliotecas recorrentes em escritores posteriores a Varrão devam ser remetidos a ele: portanto, também o capítulo de Isidoro intitulado "De bibliothecis" (VI, 3) (Dahlmann). Chega-se ao paradoxo de atribuir esse capítulo não a Isidoro, mas a "Suetônio segundo Isidoro": é o que faz Marshall na edição oxfordiana de Gélio (I, Oxford, 1968, p. 272).

Na realidade, a passagem de Isidoro apresenta pontos de contato com outros tipos de textos. Antes de mais nada com o *Apologético* de Tertuliano (18, 5), em que de fato se lê:

Ptolomeu, dito Filadelfo, profundo conhecedor de literatura, rivalizando, creio eu, com Pisístrato na dedicação às bibliotecas [até aqui o texto coincide com Isidoro VI, 3, 5], entre outros documentos cuja conservação fora recomendada pela antigüidade ou pela curiosidade, por sugestão de Demétrio Falereu, gramático estimadíssimo naquela época, a quem confiara uma tarefa formal,

também encomendou livros aos judeus etc. [e continua parafraseando a célebre passagem da *Carta de Aristeu*].

Da mesma forma, na carta XXXIV (*A Marcella*), Jerônimo reproduz o mesmo texto logo no início, ao tratar do beato Pânfilo, que queria constituir uma biblioteca sagrada: "cum Demetrium Phalereum et Pisistratum in sacrae bibliothecae studio vellet aequare" [querendo igualar Demétrio e Pisístrato no amor pela biblioteca sagrada].

Portanto, mais uma vez, o episódio central em torno do qual giram as outras referências às bibliotecas antigas é a tradução do Antigo Testamento, novamente evocada segundo o relato de Aristeu, aliás, bastante conhecido por Tertuliano. E exatamente o que observa também Isidoro (VI, 3 e 4: "De bibliothecis", "De interpretibus"). Assim como Tertuliano, Isidoro inclui a referência geliana a Pisístrato (não a da destruição do Museu, que desconhecia) num contexto cujo principal acontecimento é a tradução do Antigo Testamento, na esteira de Aristeu; reflete, portanto, uma tradição que parece dever muito pouco a Varrão e Suetônio.

No "De bibliothecis" de Isidoro (VI, 3) podem-se reconhecer pelo menos três paralelos: Gélio VII, 17, 1-2 (= VI, 3, 3); Tzetzes, *De comoedia*, p. 43, 11-3 Koster (= VI, 4: traduções de todos os outros povos, não apenas de livros hebraicos); Tertuliano, *Apologético* 18, 5 (= VI, 5: tradução do Antigo Testamento). A semelhança entre as três referências deve-se provavelmente à sua fonte imediata.

6

LÍVIO

Sêneca (*De tranquillitate animi*, 9, 5) atribui a Lívio uma expressão ("regiae opulentiae monumentum etc."), com que o historiador comentava a perda de 40 mil rolos no incêndio ateadado por César em Alexandria. Essa expressão também reaparece em Orósio, com poucas modificações, no relato do mesmo episódio (VI, 15, 31). Isso

permite reconhecer que a base do relato de Orósio sobre o incêndio (acima, cap. XVI) encontra-se em Lívio.

O número *40 mil* também coincide. Pretendeu-se indevidamente corrigir essa cifra na passagem de Sêneca, e a que foi proposta por Picianus parece ter gozado de excessivo crédito. Carl Wendel (*Handbuch der Bibliothekswissenschaft*, III, I, p. 69, nota 5) também a aprovou incondicionalmente. A correção se devia ao que se poderia ler em Orósio. Contudo, numerosas testemunhas das *Historiae adversus paganos*, entre elas o eminente Laurenciano 65.1 — que Carl Zangemeister coloca no alto da lista dos códigos orosianos a serem preferidos — apresentam "XL milia librorum".

Mas existem outras coincidências, que dizem respeito a outras formulações da mesma frase:

ORÓSIO: "Ea flamma cum partem quoque urbis invasisset quadraginta milia librorum *proximis* forte *aedibus* condita exussit" [Este fogo, tendo invadido também parte da cidade, queimou acidentalmente 40 mil livros que estavam guardados em construções vizinhas];

FLORO, *Epitoma de Tito Lívio*, II, 13, 59: "ac primum *proximorum aedificiorum* atque navalium incêndio infestorum hostium tela submovit" [e afastava as flechas dos inimigos assaltantes por meio do incêndio dos navios e dos edifícios próximos];

LUCANO, *Bellum civile*, X, 498-505: "Sed quae *vicina* fuere *tecta* mari, longis rapuere vaporibus ignem [...] Illa lues paulum clausa revocavit ab aula, urbis in auxilium, populos" [Mas os tetos vizinhos ao mar pegaram fogo devido às longas labaredas ... Essas calamidade aos poucos atraiu as pessoas da corte fechada para socorrer a cidade].

Proximae aedes, *próxima aedificia*, *vicina tecta* refletem, evidentemente, a expressão que devia aparecer em Lívio, fonte dos três autores. A dinâmica do incêndio, que afasta os sitiadores do palácio, também é apresentada de modo semelhante em Floro ("infestorum hostium tela submovit") e Lucano ("clausa revocavit ab aula populos").

O que eram os "vicina tecta mari" esclarece-nos Dião Cássio (XLII, 38, 2), que especifica que o incêndio atingiu "entre outras coisas, o

arsenal e os depósitos de trigo e livros"; a expressão coincide com a de Floro ("proximorum aedificiorum atque navalium incêndio") — se "navalia" é *xò vaúpiov*, os "próxima aedificia" são "os depósitos de trigo e livros". Essa coincidência adicional permite identificar melhor os "próxima aedificia" (e confirma ainda que, nessa passagem do relato das guerras civis, Dião também segue Lívio).

A expressão usada por Dião Cássio refere-se inequivocamente a alguns "depósitos"; é por isso, de fato, que o trigo e os livros são mencionados em conjunto, e é claro que são depósitos muito próximos. O fato de que em outras passagens (XLIX, 43, 8; LIII, 1, 3) Dião Cássio defina como as *bibliotecas* fundadas por Augusto não deve nos induzir em erro (Dziatzko, *Pauly-Wissowa*, verbete "Biliotheken", col. 411, 60); sabe-se que não designa um edifício, mas sim as estantes. (Daí ser evidente o uso do termo no plural: não se entende por que Wendel, p. 75, nota 6, atribui o uso de à um rebuscamento retórico de Dião.) Gustav Parthey, na dissertação berlinense de 1837, "premiada pela Academia das Ciências" (*Das alexandrinische Museum*, pp. 32-3), esclareceu rigorosamente o uso do termo "depósitos" em Dião, XLII, 38, 2. Parthey, que estudara longamente a topografia de Alexandria, além de ser um experiente arabista, compreendera que a biblioteca não podia ter sido afetada pelo incêndio de César. Por isso conclui que o Museu, durante a guerra de Alexandria, havia permanecido intacto e que os livros, por sua vez — por obscuras razões, transportados para os depósitos próximos ao porto —, tinham ficado à mercê das chamas. Sublinhava com razão de Orósio (VI, 15) e propunha, sem pretender de forma alguma resolver a questão, que César havia mandado evacuar o conteúdo do Museu e transportar os livros para o porto, a fim de transferi-los para Roma. Era uma hipótese apresentada com muitas ressalvas (Parthey a atenuava muito ao acrescentar: "ou por qualquer outra razão que outros queiram aventar"), mas na realidade muito frágil: a seqüência dos acontecimentos entre a chegada de César a Alexandria e o incêndio por ele ateados aos navios atracados no porto, tal como se apresenta nos últimos capítulos do III comentário *De bello civili*, parece excluir que César, bloqueado e em sério perigo, tivesse oportunidade de conceber tais

planos napoleônicos. (Parthey talvez também estivesse sugestionado pela devastação cultural efetuada por Napoleão no Egito.) Na verdade, não é necessário pensar que os rolos queimados nos depósitos próximos ao porto fossem do Museu: como sabemos (acima, capítulo XVI), o contexto em *De tranquillitate animi* 9, 5, de Sêneca, mostra claramente que se tratava de um gênero de livros totalmente diverso. E curioso observar — a respeito dos inúmeros equívocos surgidos na interpretação moderna desse fato — que, por exemplo, a hipótese apresentada por Parthey torna-se certeza em Dziatzko, que escreve: "No ano 47 a.C, foi queimada a maioria das coleções de livros. César queria transportá-los para Roma (Parthey, p. 32)" (col. 413,1-5).

A tradição remanescente, derivada de Lívio — a que também pertence Dião —, permite-nos formular uma idéia clara sobre o relato de Lívio acerca do fato. A coincidência Orósio-Floro-Lucano permite atribuir a Lívio a expressão *proximae aedes*; a coincidência Floro-Dião remete mais um detalhe a Lívio, qual seja, as *aedes* eram os arsenais e os depósitos portuários.

A identificação de uma parte dessas *aedes* como depósitos de livros condiz com o pormenor, apresentado por Orósio, de que os livros queimados encontravam-se ali *por acaso* ("forte") — estavam justamente dispostos em depósitos, da mesma forma que as outras mercadorias. Assim, esse detalhe essencial também deve ser atribuído a Lívio.

O encaixe dessas peças, portanto, leva a concluir que Lívio, ao falar de livros queimados durante o incêndio, não os apresentava como tesouros da biblioteca destruídos pelo fogo (que não houve) no Museu, e sim como rolos-mercadorias casualmente envolvidos no incêndio do porto e de suas proximidades. Assim, é com razão que a *periocha* [sumário] do livro CXII, tão densa de episódios egípcios, não menciona em absoluto uma destruição do Museu. E quase supérfluo acrescentar que a coincidência Floro-Lucano ("tela hostium submovit", "populos revo-cavit ab aula") também remonta a Lívio — o qual, por conseguinte, não enquadrava o incêndio num imaginário "saque" de Alexandria.

CONJETURAS

Na origem da multiplicidade de opiniões contraditórias sobre o destino dos livros de Alexandria, encontra-se a idéia não muito clara da topografia do Museu. Foram dois os pontos da discussão: a) a biblioteca era um edifício em si ou se identificava com o Museu? b) ficava ou não no interior do palácio real?

A rigor, poder-se-ia dizer que se trata de duas questões de fácil resposta, e que talvez nem devessem surgir, visto que: a) Estrabão (XVII, 1, 8) enumera os edifícios que constituíam o Museu e não menciona um edifício próprio para a biblioteca; b) não só Estrabão na passagem ora citada, mas também Tzetzes no *De comoedia* (p. 43 Koster) situam claramente a biblioteca do Museu "dentro do palácio", em oposição à do Serapeum, que estava "fora". Assim, se a discussão surgiu (não poderia ser resolvida com uma visita ao local, pois dele nada restou), é porque em algumas fontes (Gélio, Plutarco, Amiano Marcelino) aflora a referência a um "incêndio" da "grande biblioteca". A credibilidade atribuída a essas informações — na realidade discutíveis, como se disse — traz algumas conseqüências:

a) Visto que a propagação do incêndio é muito clara a partir das formas remanescentes e consta que ele foi ateado *no* porto e se desenvolveu *ao redor* do porto, tentou-se situar a biblioteca (contra as explícitas indicações de Estrabão e Tzetzes) *perto* do porto.

b) Visto que o Museu enquanto tal continuou tranqüilamente a prosperar, e uma série contínua de fontes literárias e documentais — a começar pelo próprio Estrabão — confirma sua feliz e ininterrupta existência, acabou-se por pensar numa biblioteca (tomada pelo fogo) *distinta* do edifício do Museu.

Naturalmente, era estranho que a biblioteca se incendiasse, e o Museu, não. Assim se desfazia, por outras vias, a "distância" entre o

Museu e a biblioteca! As tortuosas formulações que se lêem num belo ensaio do início do século, a introdução de John William White aos *Scholia on the Aves of Aristophanes* (Londres, 1914), que na realidade é uma história da biblioteca de Alexandria, são um sinal da confusão reinante sobre esse ponto: "A biblioteca, a mais importante entre todas as possíveis coleções", escreve White, "provavelmente se situava perto do Museu, se é que não fazia parte dele" (p. XIII); e um pouco adiante: "a grande biblioteca ligada ao Museu" (p. XXX). Na verdade, Gustav Parthey já indicara o caminho certo havia um bom tempo: observara que as descrições topográficas de Estrabão, onde era possível uma verificação *in loco*, se demonstravam muito precisas; percebera a tendência dos eruditos do século XVIII — especialmente Bonamy nas suas diversas intervenções nos *Mémoires de Académie des Inscriptions et Belles Lettres* de 1731 e 1732 — de "deslocar a biblioteca em direção ao mar" (justamente para facilitar o seu incêndio), e mostrara conclusivamente o quanto era insensato pensar "que os livros fossem conservados num edifício e os eruditos vivessem num outro lugar" (*Das alexandrinische Museum*, pp. 20-1). Apesar disso, a visão que veio se afirmando entre os modernos, e que foi estabelecida em obras que, por sua autoridade, acabam por desencorajar a crítica, é a de uma biblioteca bem distinta do Museu, destruída por um incêndio que, porém, não chegou a ele — destruição que, entre outras coisas, seria univocamente testemunhada por todas as fontes. Deve-se dizer ainda que esse dogma se consolidou mais entre os estudiosos de textos do que entre os arqueólogos. Assim, por exemplo, Christian Callmer, o arqueólogo sueco a quem se deve o trabalho mais completo sobre as bibliotecas antigas, cautelosamente observa que na realidade não sabemos nada sobre o "plano arquitetônico" da biblioteca de Alexandria, enquanto acrescenta numa nota que a única descrição remanescente é a de Estrabão ("Antike Bibliotheken", *Acta Instituti Romani Regni Sueciae*, 1944, p. 148). Pelo contrário, Carl Wendel apresenta, no *Handbuch*, a seguinte descrição: Quando César, na guerra de Alexandria (48-47), mandou incendiar os navios inimigos, o fogo também atacou partes da cidade e destruiu os canteiros navais, os depósitos do trigo e a grande

biblioteca. Se esse dado é mencionado tanto por Sêneca (que se remete a Lívio), como por Dião Cássio, Gélio e Plutarco, não pode ser posto em dúvida pelo fato de o próprio César no *Bellum civile* e seu colaborador que escreveu o *Bellum Alexandrinum* passarem em silêncio pelo penoso incidente, ou pelo fato de escritores posteriores como Orósio e Amiano Marcelino confundirem a biblioteca do Museu com a do Serapeum. Também é errôneo invocar o local do Museu, que — fazendo parte do palácio real — não estava nas proximidades do porto, como argumento contra a tese do incêndio; tampouco deve servir de inspiração para teorias infundadas como aquela (apresentada por Parthey), segundo a qual uma parte da biblioteca se encontrava naquele momento num depósito do porto, pois César pretendia transportá-la para Roma. É uma violência contra as fontes pensar em atribuir o incêndio não à biblioteca do Museu mas a algum outro depósito de livros situado numa outra parte da cidade ou no porto. A boa tradição menciona um fato que nada tem de impossível, e tem todo o direito de pretender que a consideremos boa (III, 1, pp. 75-6).

Evidentemente, a esse ponto é fácil contrapor que Sêneca, Dião, Gélio, Orósio e Amiano não falam num incêndio *da biblioteca* (esta palavra só se repete em Plutarco), mas sim de *rolos* (cuja quantidade é transmitida de várias formas: de 40 mil a 700 mil); que se pretende explicar o silêncio de César e do autor do *Bellum Alexandrinum* como um encobrimento de um episódio desagradável, por outro lado não se compreende por que Cícero também se tornou seu cúmplice (ao não falar nunca do incêndio, nem após a morte do ditador); que, uma vez "salvo" o Museu do incêndio (Wendel também admite que permaneceu intacto), é difícil afirmar que a biblioteca, pelo contrário, foi vítima do fogo sem sermos obrigados a deslocá-la para uma outra parte da cidade.

Fraser, o autor da monumental *Ptolomaic Alexandria* (Oxford, 1972), não por acaso um atento estudioso da topografia da cidade, trouxe bom senso a essa discussão. Ele reconduziu a questão ao ponto de partida, isto é, ao silêncio de Estrabão a respeito de um edifício-biblioteca distinto dos outros edifícios do Museu; observou que falta um edifício com essas características em Pérgamo (que se conservou

o suficiente para permitir reconstruir sua planta) e que a cidade só pode ter reproduzido Alexandria; por fim, manifestou, com a habitual cautela, uma preferência pela idéia de que a chamada "biblioteca" — segundo a primeira e predominante acepção do termo — era, na realidade, o conjunto das estantes situadas nas dependências do Museu (I, pp. 334-5; II, pp. 479-80 e 493-4).

Os textos documentais (Papiro Merton, 19, e Papiro de Oxirrinco 2192) e literários (Suetônio, *Vida de Cláudio* 42, 5) que atestam a ininterrupta vitalidade do Museu de Alexandria foram compilados e comentados por Bertrand Hemmerdinger. Este infere que, conseqüentemente, não ocorreu tal catastrófica perda de livros durante a campanha de César, e rejeita, sem discuti-las, as fontes que falam a respeito ("Que César n'a pas brûlé La bibliothèque d'Alexandrie", *Bolletino dei Classici*, III, 6, 1985, pp. 76-7).

Apesar do predomínio da idéia apresentada por Wendel, na verdade a opinião contrária nunca desapareceu totalmente; pelo contrário, afastaram-se da opinião dominante especialistas em helenismo e livros antigos como Schubart (*Das Buch bei den Griechen und Römern*, 1921), Pasquali (no verbete "Biblioteca" da *Enciclopédia Italiana*, VI, 1930), Pfeiffer (*Storia della filologia clássica*, 1968, trad. ital. Nápoles, 1973, p. 339). Entre outras coisas, sempre ressurgia a pergunta importuna: então como a atividade erudita continuou a florescer no Museu logo após a pretensa catástrofe? (Por exemplo, as atividades de Dídimos, concluídas na época de Augusto, provavelmente já haviam começado antes da chegada de César, e prosseguiram sem interrupções.) Para resolver a incômoda questão, apressava-se (Wendel) em dar crédito às referências de Plutarco sobre a doação de Antônio a Cleópatra dos livros de Pérgamo (*Vida de Antônio*, 58, 3), ainda que o próprio Plutarco (cap. 59) afirme imediatamente que não acredita absolutamente nela. Ao utilizar esse trecho de Plutarco, recorre-se a vários expedientes. Merece atenção o emprego feito por White (p. XXX). Plutarco diz que, segundo o libelo de Calvípio contra Antônio, o triunvirato depredou os livros de Pérgamo para doá-los a Cleópatra, mas acrescenta que a informação lhe parece pouco confiável; White a menciona da seguinte maneira: Antônio doou 200 mil rolos a Cleópatra, assim ressarcindo a

biblioteca de Alexandria, mas o fato foi tão escandaloso que Calvírio o atacou num libelo!

A contínua persistência de dúvidas quanto à confusa tradição sobre o incêndio de César também explica o tom polêmico de Wendel na página acima citada. A mais apaixonada defesa da tese contra o incêndio, mas pouco argumentada e pouco conclusiva, deve-se ao antiquário americano Edward Alexander Parsons, no livro *The Alexandrian library, glory of the Hellenistic world* (1952) (pp. 288-319).

A discussão está viciada desde a base. O ponto de partida deveria ser a coincidência entre Sêneca (*Tranquillitate anitni*, 9, 5) e os melhores códigos de Orósio quanto ao número de *40 mil* rolos. Em vez disso, contesta-se o próprio dado presente em Sêneca. White (p. XXXIV, nota) o liquida imaginando que Sêneca lançou um número casual que, "para qualquer romano de sua época, deveria parecer suficientemente grande como patrimônio de uma biblioteca", e invoca a esse respeito o estranho argumento de que existiam muitas bibliotecas em Roma, mas de pequenas dimensões. Wendel, que com acerto lembra que Sêneca depende de Lívio, mais expeditamente corrige o texto de Sêneca, pois de outra forma a memorável destruição da biblioteca acabaria por se invalidar. De fato, o que seriam esses até preciosos 40 mil rolos diante dos 490 mil que, segundo Tzetzes (p. 43 Koster), a biblioteca já possuía na época de Calímaco?

Por outro lado, é claro que, estabelecido o nexos Lívio-Sêneca-Orósio a respeito da "modesta" quantidade de 40 mil rolos, as hiperbólicas cifras de Gélio (e de seu derivado Amiano), que falam em 700 mil rolos queimados, perdem qualquer credibilidade. E revelam o que provavelmente são: uma conjectura que se desenvolveu segundo o seguinte esquema: a) a biblioteca foi destruída; b) os rolos eram 700 mil; c) portanto, foram queimados 700 mil rolos.

Se esses 40 mil rolos destruídos pelo incêndio (por se encontrarem "por acaso" nos depósitos do porto) também pertenciam à biblioteca real (ou porque, de fato, como sugeria Parthey, César mandara transportá-los, ou por qualquer outra razão que ignoramos), eles

constituíam apenas uma parcela mínima da enorme dotação da biblioteca de Alexandria.

Assim, convém afastar da história da tradição dos textos antigos a terrível ruptura que teria representado a perda de uma tal biblioteca, se realmente tivesse ocorrido.

8

HECATEU

Diodoro apresenta a descrição do mausoléu de Ramsés (Osimandias) feita por Hecateu de Abdera como uma *confirmação de sua observação direta* do monumento (I, 47, 1). O paradoxo é que, como prova disso, apresenta não *a sua* descrição, mas a de Hecateu.

Esse incrível procedimento surge claramente quando a descrição extraída de Hecateu é inserida no contexto: "Não apenas o que os sacerdotes deduzem dos seus registros", escreve Diodoro a respeito dos monumentos da Tebaida, "mas também o que escrevem muitos dos gregos vindos a Tebas sob Ptolomeu de Lago e que compuseram histórias egípcias, um dos quais, Hecateu, *concorda com as coisas ditas por mim*. [Contudo, até agora, Diodoro ainda não "disse" coisa alguma, ainda não apresentou sua descrição.] Na verdade *diz* [e o sujeito desse "diz" é Hecateu!] que, do mausoléu do rei chamado Osimandias às primeiras tumbas onde estariam sepultadas as concubinas de Zeus, a distância é de dez estádios; e que na entrada deste mausoléu há um portal de pedra trabalhada etc."

Dessa ordem invertida infere-se: a) que a partir desse ponto Diodoro começa a copiar textualmente Hecateu; b) que na época em que Diodoro chega a Tebas o mausoléu ainda estava de pé; c) que Diodoro se limitará a relatar o que encontrava em Hecateu, porque na realidade não viu o interior do mausoléu.

O mausoléu de Ramsés (Ramesseum) é o único monumento da região de Tebas descrito por Diodoro. Essa descrição acaba por se tornar a única base de informações quando os vestígios dos monumentos escasseiam ou se tornam confusos. Isso já ocorre, infelizmente, a partir do perípato, isto é, quando se passa para a segunda parte do edifício: aquela que, além do mais, pelas palavras de Hecateu (Diodoro), parece evidenciar que o monumento lhe foi descrito, e não mostrado (acima, capítulo II).

9

A BIBLIOTECA INENCONTRÁVEL

Os arqueólogos procuraram em vão a biblioteca do Ramesseum. A identificação do mausoléu com o edifício descrito por Diodoro foi atestada e documentada por dois engenheiros do estado-maior de Napoleão durante a campanha do Egito, Jean-Baptiste Prosper Jollois e René Edouard Devilliers (*Description de L'Égypte*, II, Paris, 1821). Eles denominavam o edifício de "Memnônio", mesmo sabendo da inexatidão do termo, e tiveram o mérito de confrontar cuidadosamente a descrição de Diodoro com os restos ainda visíveis. Depois da sala das colunas — observam eles —, não existem resquícios significativos; mesmo assim, perguntavam-se onde situariam a "biblioteca sagrada" mencionada por Diodoro (I, 49, 3). Mas a solução por eles proposta era duvidosa: por um lado consideravam, na esteira de Diodoro, "La salle servant de bibliothèque" [a sala que serve de biblioteca] como adjacente à "salle qui renfermait vingt tables entourées de lits" [sala que continha vinte mesas cercadas de leitos] (p. 301); por outro, afirmavam que "les petites chambres obscures" [os pequenos quartos escuros] chamados *oikémata* "entouraient la bibliothèque"

[cercavam a biblioteca] (p. 300), ainda que, segundo Diodoro, os *oikémata*, na realidade, circundem a sala dos vinte leitos e não a biblioteca.

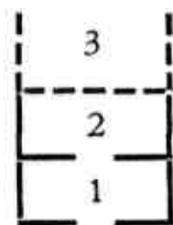
Em 1828-9, Jean-François Champollion, comandando uma expedição arqueológica franco-toscana, muito bem equipada, da qual também participava Ippolito Rosellini, percorreu todo o Egito. Não só confirmou a identificação do mausoléu com o de Diodoro, como também tentou definir melhor a localização da "salle des livres" [sala dos livros]. Ele observou na porta de passagem que "du promenoir conduit à la salle suivant" [do perípto conduz à sala seguinte] duas figuras divinas, esculpidas aos pés dos umbrais, particularmente alusivas aos livros e à leitura: Thoth, deus do saber (o Hermes Trismegisto dos gregos) e sua irmã Seshat (Champollion dizia "la déesse Saf, compagne de Thoth" [a deusa Saf, companheira de Thoth], padroeira dos arquivos. Os relevos também incluem personagens do séquito que acompanha as duas divindades: um conselheiro de Thoth representa o sentido da visão por contar com um olho enorme, um acompanhante de Seshat representa a audição e conta com uma orelha, além de trazer consigo o material de escrita, "comme pour écrire tout ce qu'il entend" [como que para escrever tudo o que ouve]. "Je me demande", continuava Champollion na longa carta escrita em Tebas em 18 de junho de 1829, 'Vil est possible de mieux annoncer, que par de tels bas-reliefs, l'entrée d'une *bibliothèque*? [Eu me pergunto se é possível anunciar melhor, a não ser por tais baixos-relevos, a entrada de uma biblioteca] (*Lettres et journaux*, a cargo de Hermine Hartleben, II, Paris, 1909, p. 324). Contudo, ao reconsiderar o texto de Diodoro diante dos restos do monumento, constatava logo a seguir: "La salle de la bibliothèque est presque entièrement rasée" [a sala da biblioteca está quase inteiramente destruída] (p. 327).

Depois de Champollion, repetiram-se os esforços para localizar qualquer vestígio dessa biblioteca no interior do mausoléu, ou seja, para indicar mais precisamente sua localização baseando-se em Diodoro e nos frágeis indícios que sobreviveram no local. O resultado foi modesto; no máximo parecem surgir alguns vestígios do lado de fora do mausoléu. Karl Richard Lepsius, discípulo de Rosellini e autor

de *Denkmäler aus Aegypten und Aethiopien* (1849-59), encontrou a sudoeste do palácio de Ramsés as tumbas dos dois "bibliotecários", que julgou pertencerem à época de Ramsés II, e conseqüentemente relacionou-os com a biblioteca "descrita" — como disse ele — "por Diodoro". Lepsius tinha em mente uma grande e rica biblioteca, onde justamente trabalhavam bibliotecários. A idéia de que "a biblioteca sagrada" mencionada por Diodoro fosse uma ala inteira do mausoléu — assim compreendendo várias salas — afirmou-se de modo cada vez mais incontestado. É um lado que também se encontra em publicações populares de grande sucesso, como por exemplo *Egito*, do egiptólogo e romancista Georg Ebers, traduzido para o italiano por Curioni.

Anos depois, J. E. Quibell, que fez escavações em Tebas em 1895-6 a cargo do "Egyptian Research Account", procurou desesperadamente restos de papiros no Ramesseum — mas foi grande a desilusão diante da descoberta de apenas dois minúsculos fragmentos.

Quibell ofereceu uma nova e cuidadosa planta do Ramesseum, na qual discriminava, entre outras coisas, as poucas paredes que sobreviveram (assinaladas por um traçado mais escuro) entre as hipotéticas (fig. 4). Baseando-se nessa planta e numa nova inspeção do monumento, Godefroy Goossens (*Chronique d'Egypte*, julho de 1942, p. 182) propôs uma identificação pormenorizada da biblioteca sagrada: "Ensuite venait un promenoir", escreveu seguindo Diodoro, "et de nombreuses chambres, servant entre autre de cuisines" [A seguir vinha um perípato e diversos aposentos, servindo, entre outras coisas, de cozinhas]. Na realidade, esse perípato ("promenoir") acaba sendo — na reconstrução de Goossens — a seqüência de três ambientes que ele denomina "petites hypostyles" [pequenos hipostilos]:

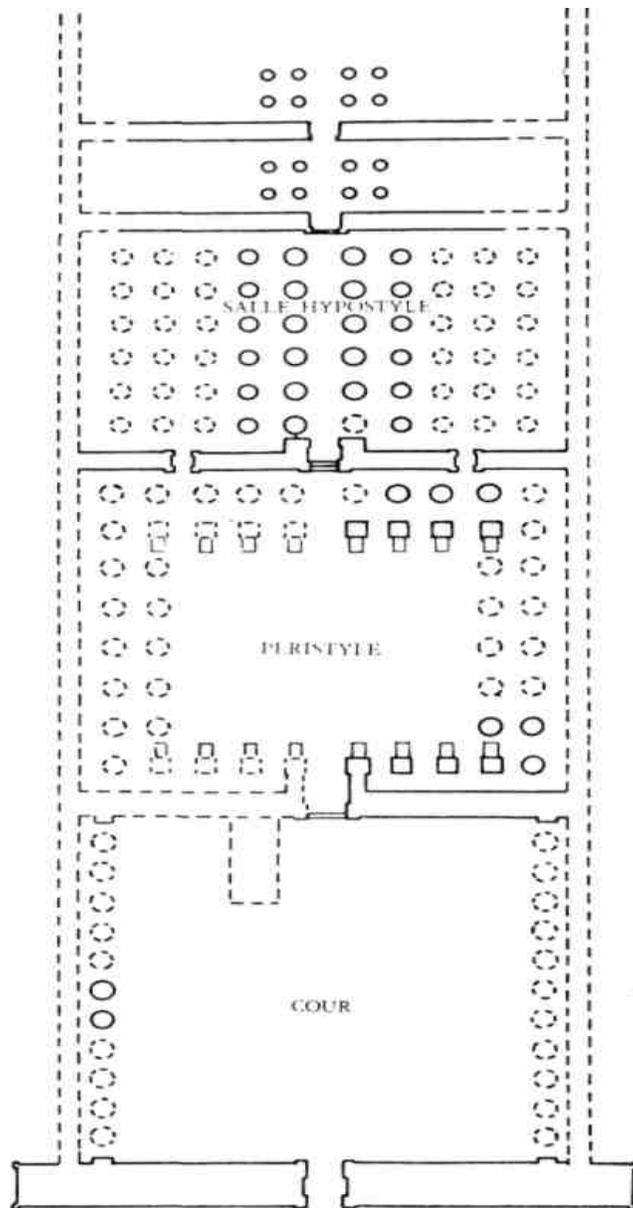


Na primeira sala estava o relevo com a oferenda de minério, na segunda a biblioteca. Mas logo depois a primeira salinha se converte em "le promenoir", ao passo que a "biblioteca" passa a incluir tanto a segunda quanto a terceira salinha: "A la suite de ce promenoir on trouvait la 'bibliothèque', donc la *deuxième* petite hypostyle: l'officine de l'âme *et* une salle où le roi était figure présentant des offrandes à Osiris et à tous les dieux de l'Égypte [...] Cette salle contigue à la bibliothèque [desta forma a biblioteca volta a ser apenas a sala n? 2], salle très riche, contenant 20 lits etc." [Após esse perípato encontrava-se a 'biblioteca', isto é, o *segundo* pequeno hipostilo: o gabinete da alma e uma sala onde o rei era representado fazendo oferendas a Osiris e a todos os deuses do Egito... Esta sala contigua à biblioteca, sala muito rica, contendo vinte leitos etc.]. Além do mais, num primeiro momento diz-se que essa "sala contígua" possui o relevo do faraó fazendo oferendas a todos os deuses, e depois que contém vinte leitos; Diodoro, ao contrário, situa muito claramente o relevo com a oferenda do faraó a todos os deuses *antes* da sala com os leitos e "em seguida" à biblioteca. Alteração dos dados de Diodoro que se mostra muito mais extraordinária naquela parte do mausoléu onde falta qualquer verificação *in loco*: "La dernière partie du temple est détruite", observa Gossens com justeza, "on ne peut donc mettre le texte de Diodore en rapport avec la disposition réelle" [A última parte do templo está destruída, assim não se pode confrontar o texto de Diodoro com a disposição efetiva].

Mas não é só. Champollion, na carta de Tebas, especifica que o relevo com a oferenda do faraó a todos os deuses encontrava-se na parede que divide a sala 1 da sala 2 (p. 327). Isso desmente

definitivamente a idéia de Goossens, que situa esse relevo na sala dos leitos (sala 3).

Visto que, por outro lado, o próprio Champollion coloca nos umbrais da porta de entrada da sala 2 um relevo que parece ser o das oferendas minerais do faraó (o que é confirmado pela descrição de Goossens que, de fato, situa esse relevo na sala 1), surge a questão de onde estaria a biblioteca, que para Diodoro se encontra *entre os dois relevos*. A sensação de que a descrição de Diodoro sobre o mausoléu, a partir do perípato, é largamente fantasiosa foi expressa, com maior clareza do que outros, por Philippe Derchain "Le tombeau d'Osymandyas", *Nachrichten der Akademie der Wissenschaften zu Göttingen*, 1965, pp. 165-71).



3. Ramesseum de Tebas, planta segundo Jollois e Devilliers.

Segundo Derchain, a descrição que se lê em Diodoro seria tributável — não está claro se total ou parcialmente — à imaginação dos informantes que guiaram Hecateu no decorrer de sua visita; seria — escreve ele — uma descrição "théorique" (p. 166), moldada por uma construção de conteúdo religioso, a chamada "casa da vida" (cuja função já foi muito discutida); em todo caso, conclui ele, a sagrada biblioteca deveria ser eventualmente procurada numa ala lateral do

Ramesseum, e o "perípato" seria simplesmente um corredor externo. A hipótese teve poucos adeptos.

Uma tentativa de seguir novas trilhas foi feita por H. W. Helck numa intervenção na *Festschrift Jantzen* (Wies-baden, 1969, p. 74) e por Vilmos Wessetzky ("Die ägyptische Tempelbibliothek", *Zeitschrift für ägyptische Sprache und Altertumskunde*, 100, 1973, pp. 54-9). Na base dessa nova proposta está a idéia de que a palavra TtEpí-rca-coc; em Diodoro I, 49, 1, não deve ser entendida na acepção de local por onde se passeia (significado que, em contrapartida, impõe-se na passagem de Diodoro, na qual se lê: "em seguida se encontra um perípato"), mas no sentido de "ato de passear". Isso permite aos dois estudiosos imaginarem que o visitante (Hecateu) foi levado a passear pela sala repleta de colunas, e que pelo espaço entre as colunas e a parede teve a impressão de atravessar um corredor; além disso, julgam que se deve identificar a biblioteca nos pequenos espaços que flanqueiam aquilo que, para Champollion, Gossens e muitos outros, era o "promenoir" (fig. 5).

Dessa forma, a discussão voltou ao ponto inicial, mas agora sem a confiança, que animava Champollion, de ter identificado real e definitivamente a biblioteca graças aos relevos nos umbrais. É de se estranhar que não tenha tido a devida ressonância a constatação de que não há traços das palavras "Local de cura da alma" no umbral daquela porta que — com as imagens de Thoth e Seshat — deveria levar à "biblioteca". E não faltou quem, como Helck, mesmo sem conhecer esse texto sobre os escombros remanescentes, começasse a se interrogar sobre a palavra egípcia que corresponde à fórmula grega citada por Diodoro.

Enfim, como escreveu Fritz Milkau, há vários anos, no *Handbuch der Bibliothekswissenschaft* (III, P, 1955, pp. 10-1), "a biblioteca do Ramesseum não quer ser encontrada". Milkau não duvidava da existência da "sagrada biblioteca", formulando, pelo contrário, a hipótese de que havia uma "biblioteca do templo" e que provavelmente seria comum a existência delas nos templos. Contudo, assinalava obstinadamente os fracassos das pesquisas anteriores e definia a pequena biblioteca (da qual falaremos agora)

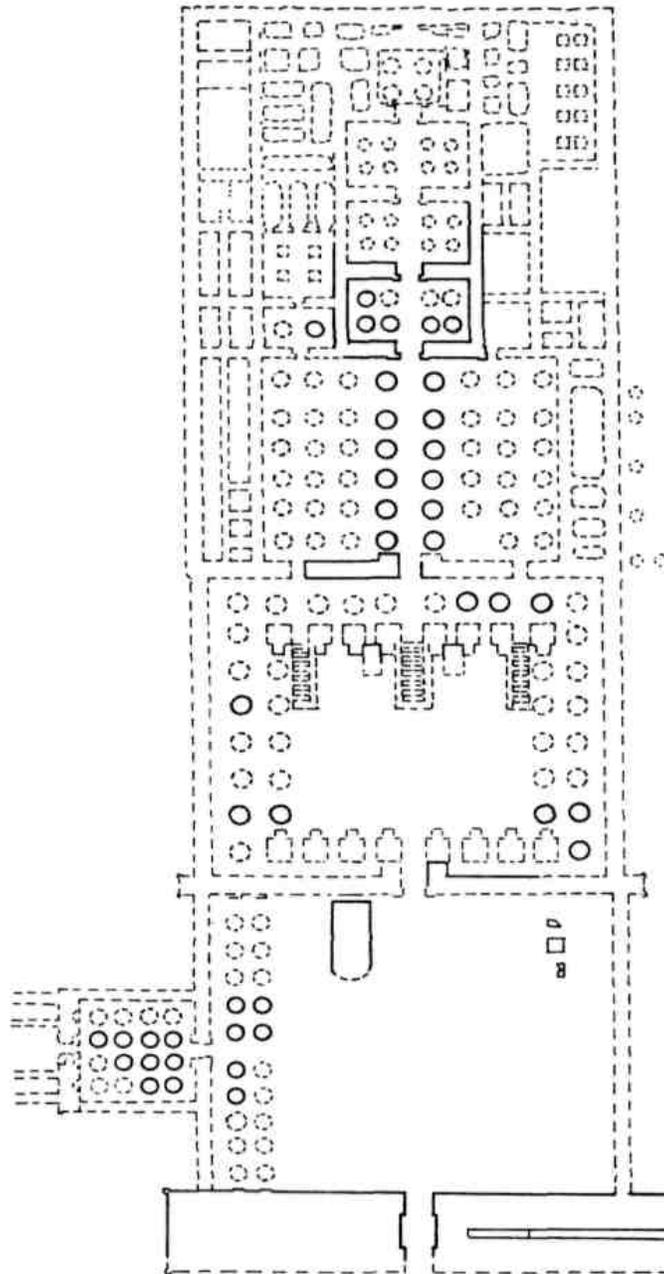
do templo de Hórus em Edfu como "a única biblioteca egípcia de cuja existência não cabe duvidar".

Carl Wendel, por sua vez, propenso a dar muito crédito aos dados tradicionais, tendia a rejeitar os prudentes pontos de interrogação de Milkau. A informação de Diodoro — observa no ensaio de síntese escrito para o *Realle-xikonfür Antike und Christentum* — "não deve ser posta em dúvida somente por não ter sido possível estabelecer com segurança o local da biblioteca nas ruínas do mausoléu perto de Tebas". Questão — pode-se observar — mal colocada, visto que como sabemos (acima, capítulo XVI), a descrição de Diodoro foi mal interpretada: Diodoro não fala de uma sala-biblioteca, mas sim de uma "estante" ao longo do perípato.

Wendel prossegue invocando o paralelo do templo de Hórus em Edfu: "O vestíbulo do templo de Hórus", escreve ele, "que compreende também uma biblioteca embutida ("Bibliothek-Einbau"), foi de fato concluído pelo Evergeta II Fiscão, mas o conjunto do edifício ptolomaico deve ter sido copiado de uma planta de um edifício egípcio antigo anterior. Ali, uma inscrição nas paredes da pequena sala menciona duas doações de livros por parte do rei, totalizando 36 títulos, *enquanto duas pequenas cavidades na parede dão a entender que ali estavam colocadas as prateleiras para os rolos*; uma representação da deusa da escrita Seshat completa as referências sobre as finalidades do conjunto" (II, 1954, col. 232). Assim, enquanto procura confirmações de uma sala-biblioteca, traz como exemplo uma biblioteca que consistia em uma estante inserida numa cavidade da parede.

A posição da "biblioteca" no templo de Edfu também permite compreender a expressão de Diodoro (I, 49, 4), segundo a qual a biblioteca do perípato do Ramesseum em relação à sala dos triclinios. No tempo de Edfu, efetivamente, as duas "bibliotecas" — ou seja, as duas cavidades em que, numa época, estavam colocadas as estantes — são cavadas na parede divisória entre a grande sala na entrada e o aposento seguinte (figura 6, *a* e *b*). Tal parede divisória é constituída por seis intercolúnios, fechados à altura de meia parede "em cortina". Dentro dessas paredes fica a "biblioteca" de fato (sobreviveram suas duas cavidades), e o catálogo dos rolos

está indicado na parede externa (Hans Wolfgang Müller, "Architettura dell'antico Egitto", em Lloyd-Müller-Martin, *Architettura mediterrânea pré-romana*, trad. ital., Electa Editrice, Milão, 1972, pp. 172-3). Portanto, também a "biblioteca" do templo de Edfu é óπιÓΤ — como diz Diodoro a respeito da biblioteca do Ramesseum — em relação à grande sala hipostila: *ònò-zoixoc*, justamente porque é a mesma parede divisória que serve para a sala hipostila e é, ao mesmo tempo, a parede onde está cavada a biblioteca. Deve ser este o sentido da expressão usada por Diodoro sobre a "biblioteca sagrada" e sua òU.ÓΤΟΙΧΟ; em relação à sala dos triclinios. Assim, as duas "bibliotecas" — a do templo de Hórus em Edfu e a do Ramesseum — devem ter tido estruturas e funções análogas, devido à admirável repetição dessas estruturas arquitetônicas. Pois bem, Milkau insistia na noção de "Tempelbibliothek" como um acessório usual do templo. Exatamente por isso, exatamente porque deviam ser em essência rolos referentes ao culto, o número não devia ser muito grande. Perto da cavidade do templo de Hórus, estão relacionados 37 títulos: isso nos dá uma idéia das dimensões. Sob esse aspecto, também não faz sentido pensar numa sala-biblioteca, ou, pior, numa biblioteca com várias salas.

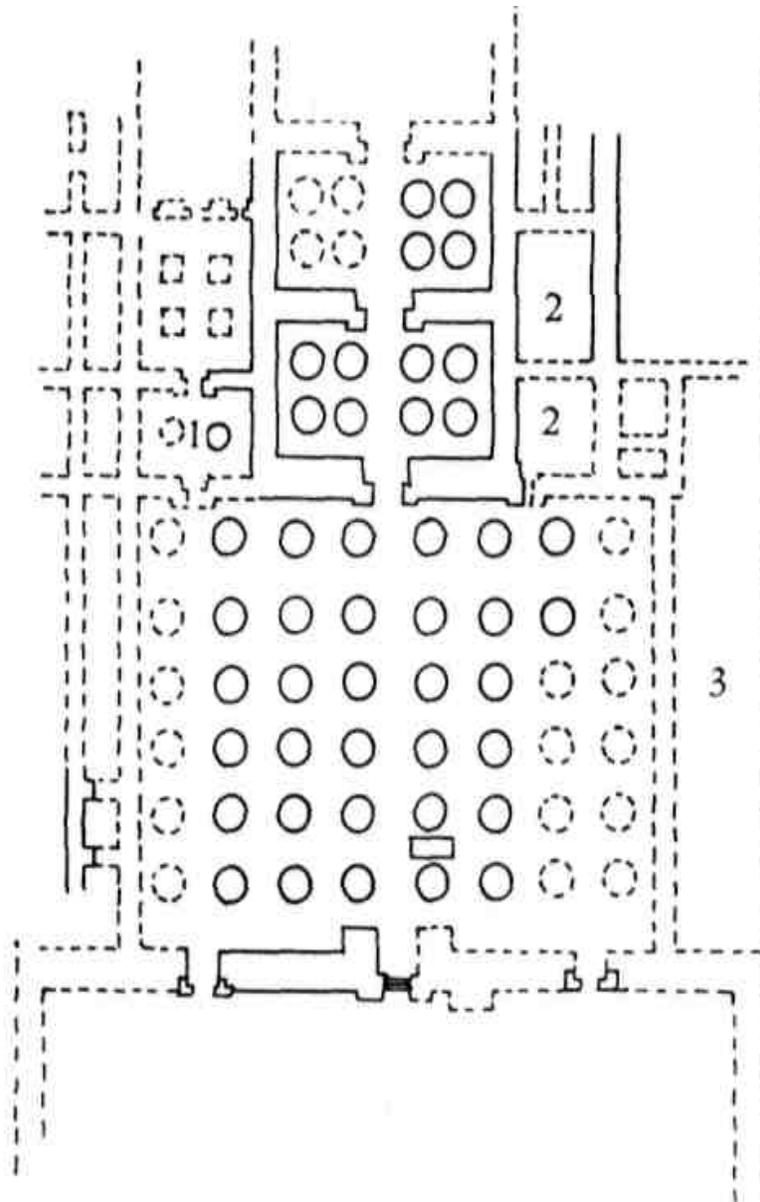


4. *Planta do Ramesseum, reconstrução de Quibell.*

Helck audaciosamente traduz por: "dentro desse espaço reservado para a biblioteca" estavam os relevos (p. 74). Mesmo aberrante, essa tradução não era totalmente nova: tanto Jollois e Devilliers (p. 276) como Derchain (p. 168) haviam entendido dessa forma. Wessetzky não os acompanha nessa tradução temerária e informa-nos que a palavra quer dizer "ao lado" e não "em", e que assim os

relevos devem estar do lado de *fora*, mas não extrai daí as deduções necessárias para a topografia da biblioteca.

Essa tese foi abandonada a seguir, e o mais recente estudioso do Ramesseum, Rainer Stadelmann (no verbete "Ramesseum" do *Lexikon der Aegyptologie*, V, 1983, pp. 94 e 98), volta a pensar na saleta indicada por Champollion — mas reconhece a biblioteca já na saleta hipostila nº 1 —, sem esconder, contudo, que elas não têm qualquer relação com uma biblioteca: seriam os costumeiros "espaços para o embarque sagrado". De biblioteca não há nenhum sinal, observam Jean-Claude Goyon e Hassan El-Achirie, alguns anos antes (1974), no VI volume da primeira verdadeira "publicação" do Ramesseum (Cairo, 1974, pp. I-III). A decoração da sala R — aquela que Champollion chamara de "la salle des livres" —, totalmente consagrada às oferendas para as diversas divindades, revela a verdadeira utilidade da sala: devido ao seu claro significado religioso, deveria ser definida antes como "La salle des litanies" [a sala das litanias].



5. *Localização da Biblioteca do Ramesseum: 1. hipótese de Helck; 2. hipótese de Wessetzky; 3. sala das colunas.*

Dessa forma, a discussão voltou ao ponto inicial, mas agora sem a confiança, que animava Champollion, de ter identificado real e definitivamente a biblioteca graças aos relevos nos umbrais. É de se estranhar que não tenha tido a devida ressonância a constatação de que não há traços das palavras "Local de cura da alma" no umbral daquela porta que — com as imagens de Thoth e Seshat — deveria levar à "biblioteca". E não faltou quem, como Helck, mesmo sem

conhecer esse texto sobre os escombros remanescentes, começasse a se interrogar sobre a palavra egípcia que corresponde à fórmula grega citada por Diodoro.

Enfim, como escreveu Fritz Milkau, há vários anos, no *Handbuch der Bibliothekswissenschaft* (III, P, 1955, pp. 10-1), "a biblioteca do Ramesseum não quer ser encontrada". Milkau não duvidava da existência da "sagrada biblioteca", formulando, pelo contrário, a hipótese de que havia uma "biblioteca do templo" e que provavelmente seria comum a existência delas nos templos. Contudo, assinalava obstinadamente os fracassos das pesquisas anteriores e definia a pequena biblioteca (da qual falaremos agora) do templo de Hórus em Edfu como "a única biblioteca egípcia de cuja existência não cabe duvidar".

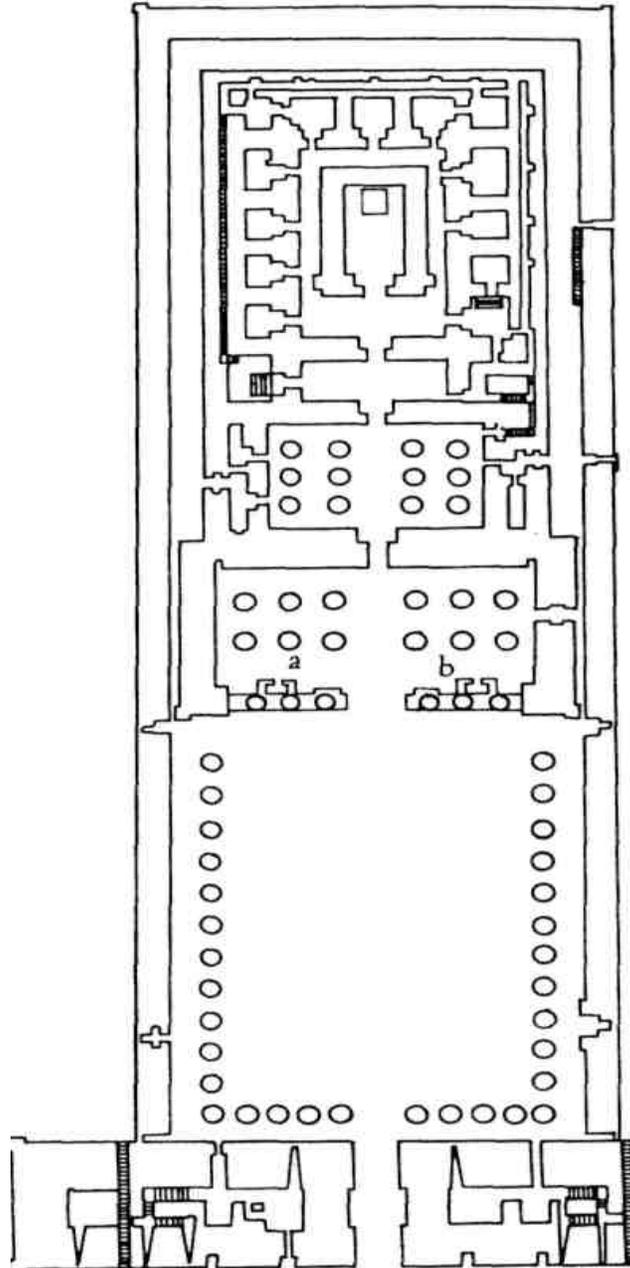
Carl Wendel, por sua vez, propenso a dar muito crédito aos dados tradicionais, tendia a rejeitar os prudentes pontos de interrogação de Milkau. A informação de Diodoro — observa no ensaio de síntese escrito para o *Realle-xikonfür Antike und Christentum* — "não deve ser posta em dúvida somente por não ter sido possível estabelecer com segurança o local da biblioteca nas ruínas do mausoléu perto de Tebas". Questão — pode-se observar — mal colocada, visto que como sabemos (acima, capítulo XVI), a descrição de Diodoro foi mal interpretada: Diodoro não fala de uma sala-biblioteca, mas sim de uma "estante" ao longo do perípto.

Wendel prossegue invocando o paralelo do templo de Hórus em Edfu: "O vestíbulo do templo de Hórus", escreve ele, "que compreende também uma biblioteca embutida ("Bibliothek-Einbau"), foi de fato concluído pelo Evergeta II Fiscão, mas o conjunto do edifício ptolomaico deve ter sido copiado de uma planta de um edifício egípcio antigo anterior. Ali, uma inscrição nas paredes da pequena sala menciona duas doações de livros por parte do rei, totalizando 36 títulos, *enquanto duas pequenas cavidades na parede dão a entender que ali estavam colocadas as prateleiras para os rolos*; uma representação da deusa da escrita Seshat completa as referências sobre as finalidades do conjunto" (II, 1954, col. 232). Assim, enquanto procura confirmações de uma sala-biblioteca, traz

como exemplo uma biblioteca que consistia em uma estante inserida numa cavidade da parede.

A posição da "biblioteca" no templo de Edfu também permite compreender a expressão de Diodoro (I, 49, 4), segundo a qual a biblioteca do perípto do Ramesseum em relação à sala dos triclinios. No tempo de Edfu, efetivamente, as duas "bibliotecas" — ou seja, as duas cavidades em que, numa época, estavam colocadas as estantes — são cavadas na parede divisória entre a grande sala na entrada e o aposento seguinte (figura 6, *a* e *b*). Tal parede divisória é constituída por seis intercolúnios, fechados à altura de meia parede "em cortina". Dentro dessas paredes fica a "biblioteca" de fato (sobreviveram suas duas cavidades), e o catálogo dos rolos está indicado na parede externa (Hans Wolfgang Müller, "Architettura dell'antico Egitto", em Lloyd-Müller-Martin, *Architettura mediterrânea pré-romana*, trad. ital., Electa Editrice, Milão, 1972, pp. 172-3). Portanto, também a "biblioteca" do templo de Edfu é óπιÓΤ — como diz Diodoro a respeito da biblioteca do Ramesseum — em relação à grande sala hipostila: *ònò-zoixoc*, justamente porque é a mesma parede divisória que serve para a sala hipostila e é, ao mesmo tempo, a parede onde está cavada a biblioteca. Deve ser este o sentido da expressão usada por Diodoro sobre a "biblioteca sagrada" e sua *òυ.ότοixo*; em relação à sala dos triclinios.

Assim, as duas "bibliotecas" — a do templo de Hórus em Edfu e a do Ramesseum — devem ter tido estruturas e funções análogas, devido à admirável repetição dessas estruturas arquitetônicas. Pois bem, Milkau insistia na noção de "Tempelbibliothek" como um acessório usual do templo. Exatamente por isso, exatamente porque deviam ser em essência rolos referentes ao culto, o número não devia ser muito grande. Perto da cavidade do templo de Hórus, estão relacionados 37 títulos: isso nos dá uma idéia das dimensões. Sob esse aspecto, também não faz sentido pensar numa sala-biblioteca, ou, pior, numa biblioteca com várias salas.



6. *Plantado templo de Horus e Edfu.*

O templo de Hórus em Edfu foi inteiramente reconstruído na época ptolomaica, acredita-se que a partir de uma planta original. Assim, que um mausoléu como o de Ramsés, tendo no seu interior uma ala tão semelhante ao Museu, tenha servido de modelo aos arquitetos do palácio ptolomaico parece ser um fenômeno análogo e totalmente plausível. E também concorda com a idéia de miscigenação com os vencidos, defendida, sobretudo, pelo próprio

Alexandre, que foi quem iniciou o palácio (Diodoro, XVII, 52, 4). Que outra escolha mais óbvia, a não ser a de adotar o modelo da arquitetura faraônica, e especialmente a ligação palácio-biblioteca-soma?

10

O SOMA DE RAMSÉS

Quanto ao soma de Ramsés, fica claro, por todo o mistério que o circunda, que ele se encontrava num local secreto. Tal sigilo sobre a sepultura de um faraó não surpreende. Diodoro registra outros casos, devido a outras razões. Por exemplo, após descrever o dispêndio de força humana e trabalho que foi necessário para a construção das pirâmides, observa ele: "Ainda que os dois reis [Chemnis e Quéfren] tenham mandado construí-las como túmulos para si, a nenhum deles coube tê-las como sepultura. O povo, de fato, devido aos sofrimentos suportados durante os trabalhos e à postura cruel e violenta desses soberanos, estava enfurecido e ameaçava esquartejar seus corpos e lançá-los fora das tumbas com insultos. Por isso, ambos quiseram ser sepultados de modo clandestino e em local oculto" (1,64, 4-6).

O risco de profanação póstuma da própria tumba é uma verdadeira obsessão para os faraós. Ainda Diodoro fala sobre o ritual que se desenrola com a morte de um faraó e que tem claras implicações com o tratamento que será dado a seu cadáver. Depois de uma série de operações preparatórias, o corpo é levado diante da entrada da tumba (evidentemente são as tumbas escavadas na rocha, no chamado "vale dos reis"), e ali se faz "a avaliação" das realizações do defunto. Quem quiser tem a liberdade para exprimir suas críticas. Se as loas tecidas pelos sacerdotes são consideradas exageradas ou falsas, os presentes expressam clamorosamente suas discordâncias. "Por outro lado", continua Diodoro, "ocorreu que muitos soberanos, justamente devido ao parecer negativo expresso pelos presentes

durante a cerimônia, foram privados da sepultura *visível* e legítima. E, portanto, muitos soberanos optaram por se conduzir bem, entre outras coisas pelo temor de que, ao morrer, seus nomes fossem profanados e um veredicto de condenação os estigmatizasse para sempre" (I, 72, 6).

Assim, não surpreende que, quanto a Ramsés, exista a singular possibilidade de preferir acreditar na "revelação" dos sacerdotes a Hecateu (prudentemente mencionada por ele: "parece que o corpo do rei foi sepultado ali", isto é, na sala dos triclinios do Ramesseum) ou considerar a existência, até hoje verificável, da tumba de Ramsés no "vale dos reis" (é a tumba n? 7).

"Parece", assim se expressa Hecateu/Diodoro, "que está sepultado ali". A expressão empregada não implica necessariamente que, no momento do encontro entre Hecateu e os sacerdotes, o corpo do faraó ainda estivesse lá. Logo a seguir fala-se da "tumba", mas a própria frase em que reaparece o termo tem suscitado dúvidas: "Através dos aposentos [dispostos em torno da sala dos triclinios] subia-se em direção *ao sepulcro em seu conjunto*". As últimas palavras, que grifei, são pouco claras. Ainda menos claras na tradução de Derchain (p. 167: "à tout le tombeau") ou de Jollois e Devilliers, um tanto fantasiosa (p. 277: "le lieu qui est véritablement construit en tombeau"). Hertlein sugeriu "em direção ao ápice do sepulcro".

Em todo caso, o sentido da descrição é claro. O monumento fúnebre está colocado no teto da sala dos triclinios (e sobre o teto encontra-se o círculo de ouro). Era possível alcançá-lo subindo por uma rampa que atravessava os aposentos dispostos ao longo da sala. Um exemplo de quiosque, colocado acima do teto, com acesso por duas rampas de escadarias, até hoje se encontra bem conservado no templo de Hathor em Dendra. Um caso famoso, várias vezes, descrito por fontes gregas (Heródoto, Diodoro, Estrabão) e romanas (Plínio, Pompônio Mela), é o do chamado "labirinto" perto do lago de Méride. Ali, depois de ter "subido ao teto", diz Estrabão, XVII, 1, 37), e ter atravessado uma série de aposentos, chegava-se a uma "construção em forma de pirâmide de base quadrada, que é exatamente o monumento fúnebre" do soberano (citado por

Estrabão com o nome genérico de Ismandes, equivalente tanto a Memnã como a Osimandias). Também Diodoro (I, 61 e 66) comenta brevemente esse labirinto. O arquétipo era Heródoto (II, 148), que afirma ter conhecimento direto de grande parte do edifício e falava em milhares de salas. Também nesse caso, as indicações sobre o local efetivo da tumba são contraditórias. Segundo Estrabão, ela estava na pirâmide; por outro lado, disseram a Heródoto que "os soberanos e os crocodilos sagrados" eram sepultados nas salas subterrâneas, sendo por isso impossível o acesso a elas.

A descrição feita por Heródoto, necessariamente sumária, fala em uma alternância contínua de salas, pórticos, átrios; aqui também as abóbadas das salas são de pedra, as paredes internas recobertas por figuras, e cada átrio é circundado por colunas. O modelo de base é sempre o mesmo: no caso do "labirinto", o modelo é exageradamente ampliado, mas o princípio enganador da repetição de salas é o mesmo. Assim é no Ramesseum. São diversos labirintos que, entre outras coisas, têm a função de esconder o cadáver mumificado do soberano.

"LOCAL DE CURA DA ALMA"

O *Ka* é a "força vital" ou, se se quiser, "a alma" do soberano. Essa "força", concedida a ele assim como aos deuses e a poucos outros mortais, tem — segundo a concepção religiosa egípcia — a função de manter o faraó vivo após a morte (P. Kaplony, verbete "Ka" do *Lexikon der Aegyptologie*, III, 1980, col. 276). Nos mausoléus funerários egípcios, geralmente, é-lhe reservado um aposento intimamente ligado ao *Saneia sanetorum*. No Ramesseum, o *Ka* provavelmente se encontra na sala dos triclinios.

Isso pode ser deduzido a partir da tão controversa inscrição. Se é efetivamente "officina medieii, locus ubi medicus artem suam exercet" [laboratório do médico, lugar onde o médico exerce sua arte] (*Thesaurus graecae linguae*) e é a tradução de *Ka*, é de se

supor que as palavras definem justamente o lar, ou melhor, "a oficina", o aposento onde opera o *Ka*.

Se, por outro lado, a parede-biblioteca no Ramesseum e o local de acesso à sala dos triclinios, a inscrição deve ser entendida como uma designação não da estante embaixo, mas da sala onde se entra por ali: a própria sala dos triclinios. E essa a *oficina* do *Ka* do Ramesseum. E da alma (*Ka*) de Ramsés que se trata, e não dos benefícios que a alma humana retiraria das boas leituras, como modernamente entenderam os estudiosos, que imaginaram que houvesse uma sala-biblioteca no Ramesseum, com essa inscrição na porta de entrada.

Na sala do *Ka* ("maison de l'âme", como a definia Maspéro), geralmente também se encontra uma estátua representando o rei morto. E justamente o que ocorre na sala dos triclinios. A qual Diodoro se refere, e não por acaso, ao citá-la: "parece que o rei estava sepultado ali".

11

QADES

É um tanto difícil acreditar que os sacerdotes que acompanharam Hecateu na visita ao Ramesseum tenham realmente lhe falado sobre bactrianos rebeldes, a propósito do baixo-relevo representando a batalha de Qades (Diodoro, I, 47, 6). Além disso, o relevo traz um texto ilustrativo, que simplifica ainda mais a identificação da cena representada. Jacoby, na coletânea de fragmentos de Hecateu, assinalava oportunamente a improbabilidade de uma referência aos bactrianos (*Die Fragmente der griechischen Historiker*, Nr. 264 F 25 [p. 33, linha 32]).

A célebre e celebradíssima vitória de Ramsés II sobre os hititas, conquistada no quinto ano de reinado (e, portanto, datável, segundo os cálculos de Eduard Meyer, *Geschichte des Altertums*, Berlim, 1928, p. 462, no dia 16 de maio de 1294 a.C, mas existe também

uma cronologia anterior), é a proeza militar de maior repercussão não apenas no reinado de Ramsés II, mas talvez também em todo o "novo império". É o episódio cantado na chamada "Íliada dos egípcios", o poema dito de Pentáur, o escriba cujo nome figura no rodapé do texto. "Encontro-me só e ninguém estava comigo", eram as palavras atribuídas pelo poeta ao faraó num momento crucial da batalha. Tais palavras foram inúmeras vezes gravadas, a mando de Ramsés, sobre a arquitrave do templo de Amon, enquanto as cenas cruciais da batalha são obsessivamente repetidas em todos os templos que ele mandou erguer (Meyer, pp. 460-1): além do Ramesseum, em Abu-Simbel, Luxor, Abido etc. (Meyer, p. 502, calculou que restaram pelo menos seis representações). Especialmente no templo rupestre de Abu-Simbel, as imagens que representam os adversários derrotados são cuidadosamente comentadas com frases que também reaparecem, em parte, no relevo do Ramesseum (Meyer, p. 460, nota 2). No templo de Ramsés em Luxor, a representação distingue cuidadosamente doze tipos de povos diferentes (semitas, beduínos, hititas etc.), todos inevitavelmente derrotados pelos exércitos de Ramsés.

Outra coisa é, evidentemente, o orgulho exagerado — dos faraós da XIX dinastia — por ter estendido seu domínio até a Índia e a Bactriana. Os textos com referências a esses fatos não são propriamente muito claros; remontam aproximadamente ao mesmo período: às visitas de Estrabão (25-20 a.C.) e de Germânico (19 d.C.). Estrabão comenta o tema logo após a descrição do Memnônio e suas curiosas propriedades acústicas, sobre as quais expressa cautelosamente a suspeita de que se tratava de um truque. "Acima do Memnônio", escreve ele, "estão as tumbas do rei, escavadas em grutas, somando cerca de quarenta [é justamente o "vale dos reis", com suas 58 tumbas], construídas admiravelmente e dignas de serem vistas" (XVII, 1, 46). Aqui segue uma indicação que não é clara: "nas tumbas sobre alguns obeliscos existem epígrafes que atestam a riqueza dos soberanos da época e a extensão de seus domínios: até os citas, bactrianos, indianos, a atual Iônia; o montante dos tributos e o total dos seus exércitos até 1 milhão de homens".

Seguindo uma sugestão do humanista Antônio Mancinelli, Joergen Zoega, o arqueólogo dinamarquês que se estabeleceu em Roma pouco antes do furacão napoleônico, propôs, no *De origine et usu obeliscorum* (datado de 1797), devido à dificuldade de imaginar obeliscos com 23 metros de altura — como o de Ramsés II, instalado em 1833 na Place de Ia Concorde em Paris — erigidos dentro de uma tumba rupestre. A proposta foi aprovada por Kramer (1844) e Meineke (1852) nas respectivas edições de Estrabão, e funda-se na quase inevitável confusão entre β e x na escrita minúscula dos séculos IX-X.

Mas, se esses obeliscos não têm relação com as tumbas reais, visto que Estrabão os situa genericamente "em Tebas", é de se perguntar a que "soberanos de uma época" se referem aquelas epígrafes. A propósito, deve-se lembrar que uma série de epígrafes ptolomaicas — freqüentemente escritas não só em grego, mas também em escrita hieroglífica — apresentam um conteúdo idêntico ao descrito por Estrabão: isto é, dão uma representação igualmente inverossímil dos desmesurados limites do domínio dos Ptolomeus. E o caso, por exemplo, de uma epígrafe colocada num local bastante periférico, a chamada "epígrafe adulitanana" de Ptolomeu III Evergeta (conhecida por intermédio da transcrição de Cosma Indicopleuste no século VI d.C.). Eis como o Evergeta, nesse texto oficial, indica a extensão de seus domínios: " 'Todo o território aquém do Eufrates, a Cilícia, a Panfília, a Iônia, o Helesponto, a Trácia [...] Vencidos todos os monarcas dessas regiões, passou o Eufrates e atravessou a Mesopotâmia e a Babilônia, a Susiana, a Pérsida e a Média, e todo o restante até a Bactriana foi reduzido a seu domínio, e devolveu ao Egito tudo o que os persas haviam apreendido" (*Orientis graeci inscriptiones selectae*, a cargo de Wilhem Dittenberger, I, n. 54, pp. 86-7). Naturalmente, nada disso tem uma correspondência histórica. "Laudes tralaticiae" [loas convencionais], definia-as Dittenberger, retomando uma expressão de Mahaffy, *The empire of the Ptolomies* (p. 126); de fato, elas se apresentam quase da mesma forma, total ou parcialmente referidas aos dois antecessores do Evergeta. Até uma epígrafe hieroglífica do primeiro Ptolomeu, no ano 310 a.C., antes ainda que tivesse o título de rei, publicada por H. Brugsh na

Zeit-schrift für aegyptische Sprache (9, 1871, p. 1), diz, entre outras coisas, que ele trouxe de volta da Pérsia para o Egito todas as estátuas e os livros sagrados apreendidos pelos persas. É curioso como essa devolução se repete de soberano para soberano: o Evergeta também se atribui este mérito na epígrafe de Tanis, chamada "monumentum Canopium", igualmente bilíngüe (OGIS, n. 56, p. 99).

Evidentemente, deve-se levar em conta que essa obra de reconstrução dos templos egípcios de fato ocorreu (falou-se, no devido momento, do célebre caso do templo de Hórus em Edfu): uma operação que necessariamente criou estratos ptolomaicos sobre antigas estruturas egípcias. É o caso, por exemplo, do santuário de Alexandre Magno no templo de Luxor. Tudo isso ajuda a compreender melhor por que vinha se formando uma espécie de equivalência entre a figura do mítico faraó Sesóstris (que recebeu várias hipóteses de identificação) e a de Alexandre: "ocupou", diz Diodoro a respeito de Sesóstris, "não só todo o território dominado por Alexandre Magno, mas também povos a cujas terras Alexandre não chegara" (I, 55, 3). O costume de vangloriar-se de um reino infinitamente maior do que o verdadeiro também foi diretamente derivado pelos Ptolomeus do mesmo costume faraônico (A. Wiedemann, *Aegyptische Geschichte*, Gotha, 1884, p. 29).

O interminável "monumentum Canopium" chega a especificar o tipo de coroa que deve ser colocado nas estátuas de Berenice (da célebre cabeleira): "bem diferente" indica-se, "da destinada às estátuas da mãe" (OGIS, n. 56, linhas 61-2). Vem à mente a tríplice coroa colocada na cabeça da mãe de Ramsés II no Ramesseum (Diodoro, I, 47, 5). Em suma, assiste-se a um verdadeiro processo de auto-identificação, pelos Ptolomeus, com o estilo e a concepção de realeza característicos dos faraós. Um outro indício dessa auto-identificação é o elo entre a planta do Museu e a do Ramesseum.

O relato que Germânico ouviu de um velho sacerdote egípcio coincide em muitos aspectos com o que narra Estrabão; além disso, há a menção ao nome "Ramsés":

Depois visitou as grandes ruínas da antiga Tebas, lá onde nos grandiosos edifícios ainda se conservam hieróglifos que traziam em

si a voz da antiga grandeza. Um sacerdote dos anciãos, solicitado a traduzir a língua dos seus pais, contava que lá tinham morado 700 mil homens aptos para pegar em armas, e que com aquele exército o rei Ramsés se apossara da Líbia, Etiópia, Média, Pérsia, Bactriana, Cítia e das terras habitadas pelos siríacos, armênios e pelos vizinhos capadócijs, e que o mesmo rei dominara daquele lado o mar de Bitínia, desse lado o mar de Lícia. Liam-se ainda naquelas inscrições os tributos impostos às pessoas, a quantidade de ouro e de prata, o número das armas, dos cavalos e das doações oferecidas nos templos, o marfim e os perfumes, a quantidade de trigo e daquilo que serve às necessidades da vida e que cada nação devia pagar, em proporções não menores das hoje exigidas pela prepotência dos partas ou pela potência dos romanos.

Esse tardio epígono da sabedoria sacerdotal menciona o nome genérico "Ramsés" para dar um maior sabor de autenticidade ao seu relato (F. R. D. Goodyear, *The Annals of Tacitus*, II, Cambridge, 1981, p. 383). Ramsés II era identificado, por um confundidor como Maneton, com o mítico Sesóstri. E o que Flávio Joséfo, na época de Tácito, lembra no polêmico ensaio *Contra Apião* (I, 98). A Sesóstris — como sabemos — atribuíam-se conquistas ainda maiores do que as de Alexandre (Diodoro, I, 55, 3). Mas, nesse terreno da identificação de soberanos tão distantes e às vezes nebulosos, avançava-se às apalpadelas, e os estudiosos se mostravam cautelosos: "Se Ismandes é Memnã", escreve Estrabão, "então o Memnônio é obra sua, e assim também os templos de Abido e Tebas" (XVII, 1, 42). Talvez os informantes de Hecateu, mais ou menos contemporâneos de Maneton, já tivessem idéias bastante confusas sobre essa difícil questão: no melhor dos casos, teriam sido sacerdotes bem do tipo de Maneton. De qualquer forma dificilmente teria se perdido tão radicalmente a noção dos traços históricos da batalha de Qades a ponto de levar alguém a situá-la na Bactriana, no distante Afeganistão, que havia marcado um dos limites da expansão de Alexandre.

ESTRABÃO E A HISTÓRIA DE NELEU

A reconstrução do destino dos textos aristotélicos (acima, capítulos VI e X) implica uma avaliação do pormenorizado relato de Estrabão (XII, 1, 54). As informações aqui apresentadas sobre a forma como o erudito Tiranião obteve os originais de Apelicone ("adulando o bibliotecário" de Silas) remontam ao próprio Tiranião, mestre de Estrabão, o qual narra o episódio. Assim se expressa Carl Wendel, no verbete "Tyrannion" da *Pauly-Wissowa* (col. 1813, 42). Estrabão esteve em Roma desde 44 a.C., lá tendo chegado aos vinte anos; era também conterrâneo de Tiranião, este de Amiso, aquele de Amaséia. E de se supor que de Tiranião também provém a avaliação sobre o péssimo trabalho dos copistas contratados pelos livreiros de Roma para confeccionar os "exemplares para a venda" ("não tinha feito sequer um cotejo"), o juízo demolidor sobre o trabalho editorial então desenvolvido por Apelicone (provavelmente, pouquíssimos conheceriam a edição a seu cargo anterior a 86) e, além disso, a condenação mais genérica dos trabalhos de transcrição promovidos pelos livreiros, tanto em Roma como em Alexandria. Tiranião conheceu bem o mundo livreiro e erudito de Alexandria, pelo menos indiretamente, através de seu mestre Dioniso, o Trácio, que havia se formado na escola de Aristarco. E de se perguntar se também não remonta a Tiranião o irônico parecer sobre a deterioração que se verificou com a passagem dos rolos de Apelicone por Roma ("muito ajudou também Roma" pode ser uma ironia).

É bem conhecida a controvérsia sobre a credibilidade ou não do relato de Estrabão. Mas o fato de que suas informações, ao que parece, remontam a Tiranião constitui um elemento a favor de quem lhe dá crédito. Outra confirmação vem da referência de Posidônio (Ateneu, V, 214 d) à aquisição da "biblioteca de Aristóteles" por Apelicone: é uma respeitável confirmação de um detalhe essencial no relato de Estrabão. Posidônio é testemunha relevante, tanto por ser contemporâneo e bom conhecedor do *entourage* a que finalmente chegaram os rolos de Neleu, como por seu interesse profissional pelas vicissitudes de uma coleção filosófica tão

importante. A esse respeito, é importante o testemunho, muito rico, de um estudioso como Plutarco (*Vida de Silas*, 26), que — não se deve esquecer — tinha um conhecimento direto de uma grande produção filosófica pós-aristotélica (recente e menos recente), na qual — é de se pensar — se deviam mencionar essas vicissitudes não sem conseqüências para o desenvolvimento do pensamento grego após Aristóteles.

Outro testemunho, provavelmente independente, sobre o papel de Apelicone encontra-se na relação árabe, dita de "Ptolomeu filósofo", das obras de Aristóteles. Foi transmitida com os títulos em árabe e grego por Ibn al-Qifti, na *História dos sábios*. A edição mais cuidadosa desse texto encontra-se no ensaio de Ingemar Düring, *Aristotle in the ancient biographical tradition*, Göteborg, 1957, pp. 21-231. Ali, no número 92, aparece o título: "Eis os livros que foram encontrados na biblioteca de um homem chamado Apelicone (*Ablikun*).

Chegaram até nós outras duas listas das obras de Aristóteles: a citada por Diógenes Laércio (V, 22-7) e a colocada no final da chamada *Vita Menagiana* (Düring, pp 81-9).

A única informação explícita existente sobre a origem dessas listas é dada por Plutarco no capítulo 26 da *Vida de Silas*. Plutarco diz que, afinal, a edição das obras aristotélicas que chegaram a Roma no espólio de Silas foi preparada por Andrônico de Rodes, que "confeccionou também os catálogos hoje correntes". Por intermédio de Porfírio, sabemos que Andrônico "dividiu em tratados a obra de Aristóteles e de Teofrasto, reunindo no mesmo lugar os temas afins" (*Vida de Plotino*, 24). É um trabalho intimamente ligado ao da pinacografia [catalogação]. Porfírio estabelece uma comparação entre seu trabalho sobre a obra de Plotino e o trabalho de Andrônico: "Da mesma forma, eu, dispondo de 54 livros de Plotino, reparti-os em seis enéades, satisfeito em atingir, juntamente com o nove da enéade, a perfeição do número seis; a cada enéade atribui um âmbito próprio de argumentos e juntei-os reservando o primeiro lugar às questões mais fáceis. A primeira enéade contém, de fato, os seguintes textos [...]; a segunda reúne os tratados de física etc.". O

reagrupamento temático dos livros e a composição dos catálogos, portanto, estão estreitamente ligados entre si.

Visto que para Plutarco, cerca de um século depois de Andrônico, os catálogos deste são os *correntes*, é difícil pôr em dúvida que as listas remanescentes, na forma em que chegaram até nós, remontem em certa medida às de Andrônico ou, em todo caso, dependam delas de modo significativo. A de Ptolomeu provavelmente em medida maior (foi o que sustentou Paul Moraux no ensaio de 1951 sobre lei *listes anciennes des ouvrages d'Aristote*). Moraux sublinhou a diferença entre as três listas: de um lado a diogeniana e a menagiana que, segundo ele, remontam a Aristão; e, de outro, a de Ptolomeu, mais próxima a Andrônico.

É claro que se trabalha mal sobre textos como as listas, visto que estão mais expostas a acréscimos e reduções do que qualquer outro tipo de texto. Não é por acaso que as três aristotélicas remanescentes diferem entre si antes de mais nada pelo seu tamanho: a menagiana, por exemplo, que é tida como fonte imediata ao repertório de Esiquio de Mileto (século VI d.C.), em relação à de Diógenes apresenta um apêndice em que aparecem alguns tratados (a *Metafísica*, por exemplo). Mas Moraux crê poder demonstrar que no catálogo diogeniano existe uma lacuna, a ser preenchida justamente acrescentando o título da *Metafísica*. Essas considerações, evidentemente, limitam a força demonstrativa das hipóteses de Moraux sobre a derivação das duas primeiras listas a partir da obra de Aristão de Céio, escolarca do Liceu no final do século III (pp. 243-7).

São evidentes as conseqüências que Moraux extraiu de tal hipótese. Se a lista em que se baseiam Diógenes e a vida menagiana fosse realmente a de Aristão, cairia por terra a tese de que os tratados acroamáticos, como a *Metafísica*, teriam ficado escondidos por longo tempo, e o relato de Estrabão perderia seu valor. Se, pelo contrário, admite-se — sem negligenciar a contribuição de Aristão — que, de um certo momento em diante, foi determinante (como assegura Plutarco) a organização feita por Andrônico em conseqüência da "reaparição" de Aristóteles, neste caso o relato de Estrabão nada perde de sua plausibilidade.

De qualquer forma, não se deveria descurar um fator que, em princípio, dificultaria concluir sobre uma *efetiva* disponibilidade das obras pelo fato de circularem as listas de seus títulos. Listas de títulos também podem ser conscienciosa e mecanicamente transmitidas *na ausência* (ou independentemente) da efetiva conservação das obras correspondentes. É o caso, para dar apenas um entre os muitos exemplos possíveis, das imponentes listas relativas a Teofrasto (V, 42-50) ou a Demócrito (IX, 46-9), transcritas por Diógenes Laércio. Diógenes copiava as listas a partir de suas fontes, enquanto, provavelmente, aquelas obras não existiam mais (as de Demócrito tinham certamente desaparecido havia muito tempo), ou apenas em parte. E a observação pode ser também estendida aos copistas que foram transcrevendo gradualmente as obras de Diógenes no decorrer da Idade Média. Pode-se imaginar uma situação semelhante para a transmissão das listas antigas. Especialmente no que se refere às listas das obras aristotélicas, é inquestionável que, desde que Neleu se retirou para Scepsi com seus livros (e certamente antes também), terá existido no perípato um inventário de todo esse material: a partir desse tipo de lista, necessário numa escola, pôde-se desenvolver uma pinacografia que não correspondia necessariamente à efetiva disponibilidade dessas obras.

O dado que, aparentemente, mais parece contradizer o relato de Estrabão é o narrado por Ateneu, no início dos *Deipnosofistas*. Infelizmente, para essa parte, não se dispõe de um Ateneu completo, mas apenas de resumos que, pelas estimativas, em média reduzem o texto original em 40%. Ao narrar as memoráveis conversas na casa de seu amigo e protetor, o cavaleiro romano Lívio Larense, Ateneu imediatamente informa ao leitor sobre a característica mais apreciável desse riquíssimo romano: sua imensa biblioteca, "incluindo", escreve ele, "mais livros gregos antigos do que os possuídos por pessoas que mais foram admiradas pela quantidade de livros". A seguir, dá uma lista desses renomados proprietários: "Polícrates de Samo e Pisítrato tirano de Atenas, Euclides, ele também ateniense, e Nicócrates de Chipre, além do rei de Pérgamo, o poeta Eurípides, o filósofo Aristóteles e Teofrasto e

Neleu, o qual guardou os livros deles: de cujo Neleu o meu rei Ptolomeu, dito Filadelfo, adquiriu todos os livros e os transferiu para a bela Alexandria, juntamente com os provenientes de Atenas e de Rodes" (1, 3 A). Moraux observou que "aqui Ateneu está falando de pessoas que recolheram livros e possuíam grandes bibliotecas", e portanto, "nesse contexto, a notícia de que Neleu vendeu os livros de Aristóteles deve se referir aos livros que Aristóteles adquiriu para a sua biblioteca", e não necessariamente aos escritos por ele (*Der Aristotelismus bei den Griechen*, I, Berlim, 1973, p. 13, nota 29). E com base nessa notícia e na interpretação dada por Moraux que se falou (acima, capítulo VI) do "ardil" de Neleu, que vendeu aos mensageiros de Ptolomeu justamente esse tipo de "livros de Aristóteles".

"Segundo todas as probabilidades", continua Moraux, "Neleu vendeu ao Filadelfo principalmente livros não-aristotélicos, livros que Aristóteles e Teofrasto haviam reunido. Se entre esses também havia cópias das obras dos dois filósofos, não sabemos. Sabemos apenas que, na parte que Neleu conservou para si, estavam as obras de Aristóteles. É plausível que Neleu tenha subtraído à mania colecionadora dos compradores alexandrinos alguns textos de Aristóteles." "Meio século depois da morte de Aristóteles", é este o balanço, "existiam pelo menos quatro cidades do mundo grego que possuíam textos doutrinários do filósofo: Scepsi na Tróade, Alexandria, Rodes, onde se prosseguiu com a tradição instaurada por Eudemo, e certamente também Atenas, visto que seria totalmente inconcebível que, após a partida de Neleu, o Perípatos não possuísse nenhuma cópia dos textos mais importantes de Aristóteles" (pp. 13-6). É interessante observar que, por outro lado, ao indicar os textos aristotélicos de que se encontram vestígios na obra dos eruditos de Alexandria, Moraux enumera — além dos resumos de textos zoológicos, extraídos de Aristófanes de Bizâncio — as *Listas dos vencedores olímpicos*, as *Didascalie*, as *Poloieiai* e, de forma um tanto dúbia, a *Poética* (p. 15, nota 36). Muito pouco em relação ao *corpus* acroamático.

Na realidade, ao abordar essa delicada questão (em nada esclarecida pelo papiro demasiado incompleto do *Adversus sophistas*

de Filodemo), não deveríamos perder de vista, pela sua qualidade primária, as declarações explícitas de Estrabão/Tiranião e Plutarco sobre os gravíssimos danos que a defecção de Neleu acarretou para o desenvolvimento da escola aristotélica. Ambos relacionam estreitamente a estagnação e o generalismo subseqüentes do trabalho filosófico dos peripatéticos com o singular episódio de Neleu.

O pensamento helenístico formou uma idéia sobre o pensamento aristotélico principalmente a partir dos diálogos (Bignone), e indiretamente através de Teofrasto (H. Flashar, *Die Philosophie der Antike*, III, Basileia, 1983, p. 191). Na época helenística, certamente circulavam redações e reformulações dos principais tratados. E bastante fácil imaginar em que bases escolares foram elaborados. Caíram em desuso com o aparecimento da edição crítica de Andrônico (que também iria invalidar a edição ateniense do infeliz Apelicone e as piratarias romanas que tanto afligiram Tiranião). E por isso que só se recomeça a estudar criativamente e a interpretar Aristóteles na metade do século II d.C., com Aspásio, Ático, Alexandre de Afrodisia. Esse renascimento pressupõe uma edição decisiva: justamente a de Andrônico (O. Gigon, "Cícero und Aristóteles", *Hermes*, 1959, p. 144).

A contraprova se encontra em Cícero. No conjunto de sua obra, Cícero demonstra conhecer apenas o Aristóteles dos diálogos. Mas, inesperadamente, no *De finibus*, composto nos primeiros meses de 45 a.C., ele introduz no texto do quinto livro uma breve e acadêmica exposição do pensamento ético de Aristóteles e Teofrasto (V, 9-14). Texto bastante gratuito, podendo-se facilmente constatar "quam non apte et quam inutiliter interponatur" [como foi inserido inapropriada e inutilmente], como dizia Madvig no comentário a *De finibus* (Copenhague, 1838, 1876, p. 839). É nesse texto que figura a primeira menção remanescente à *Ética a Nicômaco*, cujo autor Cícero declara considerar provável que seja o próprio Nicômaco, filho de Aristóteles ("non video cur non potuerit patri similis esse filius"). Sinal também de uma tradição ainda não consolidada.

Assim se confirma a fundamentação do relato de Estrabão, apesar das periódicas ondas de ceticismo que a assaltaram. Ele se mostra

baseado em informações de ótima qualidade, provenientes de uma fonte bastante familiarizada com a história dos livros e das bibliotecas, e sua respectiva terminologia. Assim, se agora tornamos a considerar, a título de conclusão, o início do relato ("Neleu tinha recebido como herança [alusão à cláusula testamentária citada por Diógenes] a *biblioteca* de Teofrasto na qual também estava incluída a de Aristóteles"), poderemos observar que a terminologia adotada é pertinente e rigorosa: como se infere de Ateneu (I, 3A), Neleu de fato acabara por dispor precisamente das duas "bibliotecas pessoais" dos dois grandes escolarcas, também incluindo em larga medida os livros *adquiridos* por eles. A expressão empregada por Estrabão abrange exatamente esse estado de coisas.

Se então a biblioteca de Teofrasto, tal como uma caixa chinesa, continha a de Aristóteles, e a de Neleu (provavelmente escolarca) continha as duas, isso significa que essa transmissão direta *pessoal* dos livros de escolarca para escolarca era algo normal. Foi com o transplante do "modelo" aristotélico par Alexandria, no contexto faraônico da monarquia ptolomaica, que os livros passaram a ser "do rei": sua figura, deste ponto de vista, suplanta a do escolarca.

-

13

A VULGATA BIBLIOTECÁRIA

A breve narrativa de Gélio, mesmo desfigurada pelo acréscimo talvez realizado por terceiros numa outra época, é um belo exemplo de como a biblioteca é freqüentemente objeto de fantasias e invenções eruditas. Com efeito, Gélio aceita a fábula de uma antiqüíssima biblioteca pública em Atenas: fundada por Pisístrato (ficção derivada da tradição que atribuía a Pisístrato a recolha dos livros homéricos), aumentada nos anos seguintes, roubada e levada à Pérsia por Xerxes, devolvida a Atenas por Seleuco (evidentemente levado a reparar os danos de Xerxes ao sucedê-lo, dois séculos depois, no reino da Babilônia). É verdade que a tradição armênia conhecida por

Maribas (que viveu no século II a.C.) apresentava uma imagem totalmente contrária de Seleuco: "tornando-se rei mandou queimar todos os livros do mundo para fazer com que o cálculo do tempo começasse com ele".

O fato de que a própria Atenas tivesse permanecido por tanto tempo sem biblioteca devia parecer algo intoleravelmente estranho. Na realidade, Atenas teve sua primeira biblioteca pública tardiamente, por iniciativa de Ptolomeu Filadelfo (285-246 a.C.), que fundara um ginásio na cidade, por isso chamado "Ptolemaion", dotado de uma biblioteca. No século I a.C., essa biblioteca era anualmente enriquecida com cem rolos, dádiva dos efebos. A grande biblioteca de Atenas, porém, foi a doada pelo imperador Adriano (117-38 d.C.); era construída em torno de um perípto com umas cem colunas, também dispoñdo de salas de ensino.

E por isso, então, como compensação por tal "atraso" histórico, que de vez em quando aflora nas fontes a idéia de uma "biblioteca de Atenas", cujo ponto de partida se encontrava nas informações referentes à reunião dos livros homéricos feita por Pisístrato, assim como a primeira "biblioteca" hebraica fora obra de Esdras, copista do Antigo Testamento. Mais raras — ou melhor, até inexistentes — são as referências à biblioteca de Atenas em épocas posteriores. Um erudito, que não sabemos como situar entre os séculos V e VI d.C., Zózimo de Ascalona (ou Gaza), ao contar a vida de Demóstenes, fala em uma "biblioteca de Atenas", que existiria nos tempos do grande orador (nascido um século antes da ascensão do Filadelfo ao trono). Ele a menciona a propósito de uma extraordinária proeza de que Demóstenes teria sido o autor não se sabe bem em que período de sua vida, talvez na juventude: a biblioteca de Atenas — conta Zózimo — fora queimada, e o fogo destruía as *Histórias* de Tucídides; Demóstenes era o único que as conhecia de cor, de ponta a ponta, e pôde ditá-las, e assim o precioso texto pôde ser recopiado (*Oratores attici*, ed. C. Müller, II, p. 523).

A tradição sobre a antiqüíssima biblioteca de Pisístrato também é enriquecida por outros detalhes fantasiosos, forjados a partir do modelo do Museu de Alexandria. E bastante curioso que tal tipo de tradição seja levado a sério por estudiosos como Boyché-Leclercq

(*Histoire des Lagides*, I, Paris, 1903, p. 129: "Les Athéniens ne songèrent pas, même au temps de Périclès, à reconstituer La bibliothèque fondée par les Pisistratides et enlevée par Xerxes. Elle leur fut rendue par Séleucus Nicator" [Os atenienses não pensaram, nem mesmo na época de Péricles, em reconstituir a biblioteca fundada pelos Pisistrátidas e roubada por Xerxes. Ela lhes foi devolvida por Seleuco Nicátor]) e Wendel (*Handbuch der Bibliothekswis-senschaft*, III, 1, p. 55: "Seleuco terá ressarcido os atenienses pelos danos feitos por Xerxes com uma doação em livros"). A Pisítrato foram atribuídos colaboradores, estudiosos de textos, artífices da revisão (*diorthosis*) dos poemas homéricos, aos moldes posteriores dos vários Zenódotos e Aristarcos. Era o que inferia o bizantino João Tzetzes, pobre e caprichoso gramático da era comnênica, da fonte que lhe fornecia os dados bibliográficos sobre o Museu e o Serapeum. Tal fonte chegava até mesmo a lhe permitir citar os nomes de quatro *diorthotai* que teriam servido a Pisítrato. Eram Orfeu de Cróton, Zópiro de Heracléia, Onomácrito de Atenas e um incerto Epicôngilo. Desnecessário dizer que a tradição sobre Pisítrato e sua biblioteca se enquadra no tema da rivalidade entre tiranos: pode ser uma "réplica" em termos de prestígio à tradição sobre a biblioteca de Polícrates de Samo.

Na fonte de Tzetzes encontravam-se ainda os dados sobre a existência física do Museu e do Serapeum na época de Calímaco, sobre os bibliotecários de Alexandria (sabia, por exemplo, que o bibliotecário tinha sido Eratóstenes, e não Calímaco), sobre os trabalhos desenvolvidos por vários doutos (Licofrão editara os cômicos; Alexandre Étolo, os trágicos) e sobre as sistemáticas traduções de "livros de todos os povos" para o grego, inclusive o Antigo Testamento. E notável que alguns desses dados (a biblioteca de Pisítrato, a ânsia do soberano em mandar traduzir para o grego os "volumina diversarum gentium", o especial empenho do Filadelfo nesse terreno, sua iniciativa de também mandar traduzir "divinas literaturas") apareçam, cinco séculos antes de Tzetzes, no capítulo "De bibliothecis" de Isidoro (VI, 3), já comentado no devido momento. Como sabemos, Isidoro prossegue com um capítulo sobre traduções que retoma muito rapidamente, e de fato indiretamente, o

relato de Aristeu sobre a correspondência entre Ptolomeu e Eleazar para o envio de tradutores de Jerusalém.

Com efeito, mesmo a *Carta de Aristeu* ocupa um lugar nessa tradição. Também é um livro "sobre bibliotecas". Deve-se situar sua origem em data não anterior ao século II a.C., embora o autor se faça de contemporâneo dos fatos narrados. Aristeu compartilha com a tradição conhecida por Tzetzes a improvável ligação entre Demétrio Falereu e o Filadelfo, e diferencia-se dela quanto aos números. Tzetzes tem notícia de 400 mil rolos (isto é, referentes a obras em diversos rolos) e 90 mil (os ditos "monobybloi", em que um único rolo contém a obra inteira) para o Museu. Aristeu, por sua vez, tem notícia de um total de 200 mil rolos e um "objetivo" de 500 mil, fixado pelo próprio Filadelfo. É fácil perceber que a soma dessas duas cifras de Aristeu dá o enorme resultado daqueles 700 mil que se lêem em Gélio e Amiano.

Amiano, por sua vez, não se limita à referência ao incêndio de César (ligando-o erroneamente ao Serapeum), mas prossegue com uma digressão sobre Alexandria, em boa parte dedicada aos doutos que deram fama ao seu Museu (XXII, 16, 15-22). Existia, então uma produção de tratados ou, melhor dizendo, uma *vulgata* "sobre bibliotecas", misturando dados e mitos, oscilando — no plano numérico — entre cifras elevadas e cifras baixas. (E notável que Isidoro fale apenas em 70 mil rolos, quantidade que reaparece em vários códigos de Gélio, VII, 17, 3; Epifânio e Ibn al-Qifti chegam a descer a 54 mil rolos no patrimônio de livros do Museu.) Para essa tradição, que não raro alardeava as distantes raízes em Pisístrato, confluía o essencial do relato de Aristeu. Exatamente por isso e pela conexão, a partir de certo momento, sempre reiterada, entre "biblioteca" e "tradução do Antigo Testamento" (exemplo cabível é a "Real encyclopadie" de Epifânio), não creio que na base se encontre Varrão, mas sim uma tradição judaico-helenística.

A interpretação que aqui apresento sobre os dois célebres termos referentes à classificação dos rolos não é usual. As duas hipóteses que têm predominado são: a) "rolos sem ordem" e "rolos selecionados" (F. Ritschl, *Die alexandrinischen Bibliotheken*, 1838, pp. 3-4 = *Opuscula*, I, pp. 5-6); b) "rolos miscelâneos" e

"monobybloi" (Bernhardy, Schneidewin, Birt, Dziatzko etc. — é a opinião prevalecente). Contra Ritschl podem-se apresentar várias objeções, entre outras, os 200 mil rolos de Pérgamo, que, a crer em Plutarco. (*Vida de Antônio*, 58), parecem excessivos — mais do que o dobro em relação aos "rolos selecionados" de Alexandria. Contra a interpretação dominante, deve-se observar, por outro lado, que uma maioria esmagadora de rolos "miscelâneos" parece implausível e, sobretudo, absolutamente inverossímil a própria idéia de rolo "miscelâneo" (A. Petrucci, "Dal libro unitário al libro miscellaneo", em *Tradizione dei classici, trasformazioni della cultura*, aos cuidados de A. Giardina, Roma-Bari, 1986, p. 16).

Mas, precisamente, o contrário de "monobyblos" não é o rolo "miscelâneo", mas sim o rolo que, junto com outros, concorre para formar uma única obra. Este é o caso mais freqüente, e por isso a desproporção entre 400 mil e 90 mil. Ademais, o sentido não-livreiro é "que se une, que se junta a outros, que se confunde, se mistura com outros".

O rolo é a "unidade de medida" nos cálculos bibliotecários. Por isso as fontes antigas nos fornecem aqueles números à primeira vista impressionantes — centenas de milhares de rolos —: exatamente pelo costume de contar não as obras, mas os rolos. Análogo, e pelo visto ainda hoje vigente, é o costume chinês de indicar o total dos fundos de uma biblioteca em *chüan*, isto é, pelos fascículos que compõem cada livro.

-

OS INCÊNDIOS

Numa carta ao imperador Manuel I (1143-80), o doutíssimo João Tzetzes conta um sonho, ou melhor, um longo pesadelo que se estendeu por toda uma noite de semivigília. No começo, fora cercado e agredido (no sonho) por um exército de pulgas "mais numeroso do que o que Xerxes conduziu na Europa"; depois, ao

amanhecer, parecera-lhe ver nas mãos de um artesão, sentado perto da botica de um perfumista, um livro que desejava intensamente e nunca conseguira encontrar: as *Histórias citas* do ateniense Dexipo, o aristocrata de antiga linhagem que na borrasca do século III enfrentara os hérulos sob os muros de Atenas. Mas, ao gramático presa do pesadelo, o precioso e almejado livro parecia roçado pelo fogo: as folhas de pergaminho estavam enrugadas pelo efeito das chamas, os fios que unem os blocos de cinco folhas agora estavam desfeitos e pendiam miseravelmente da lombada, mas mesmo assim a "divina escritura" sobrevivera, bastante visível (*Epístola*, 58). Assim, o desejado livro, desde então inencontrável, com toda probabilidade destruído, aparece em sonhos ao erudito que anseia por ele, como se ressurgisse do fogo que outrora o devorou.

A história das antigas bibliotecas freqüentemente termina no fogo. Segundo Galeno, é uma das causas mais constantes da destruição de livros, ao lado dos terremotos (XV, p. 24 Kühn). Os incêndios não nascem do nada. É como se, a um certo ponto, interviesse uma força maior, para eliminar um organismo que deixou de ser controlável: incontrolável por revelar uma infinita capacidade de crescimento e também pela natureza ambígua (as falsificações) dos materiais que para ele convergem.

É difícil dizer quando se consolidou essa idéia de que a biblioteca termina no fogo. Talvez tenha longínquas raízes na consciência, mais ou menos vaga, do fim das bibliotecas dos grandes reinos orientais, onde o inevitável e definitivo incêndio do "palácio" geralmente incluía o incêndio da biblioteca anexa. Uma biblioteca remota, de inteira propriedade do rei, afastada e por isso habitualmente fechada: como a de Ramsés, situada nos recessos de sua tumba monumental; como a do Museu, localizada dentro do abastecido palácio real dos Ptolomeus. Com os anos, essa imagem se estendeu retrospectivamente a comunidades que, como Atenas, durante algum tempo não tinham possuído bibliotecas. Assim, com efeito, Zózimo pretendia saber que mesmo a imaginária "biblioteca de Atenas" fora incendiada numa época indeterminada da vida de Demóstenes.

Incontroladas como são, as referências a incêndios são periodicamente repetidas em épocas diferentes, sempre em relação à biblioteca. Assim é em Alexandria, assim é em Antioquia, onde o Museu pega fogo sob Tibério e, depois, novamente sob Joviano.

Para corroborar essas tradições com uma dolorosa experiência, sobreveio a guerra dos cristãos contra a velha cultura e seus santuários: exatamente as bibliotecas. E um terceiro fator de destruição. A cena do bispo Teófilo lançando-se ao assalto contra o Serapeum, tal como é representada por Gibbon, poderia servir de modelo geral:

Teófilo — escreve o cavalheiro com desagrado — passou a demolir o templo de Serápis sem outras dificuldades senão as que encontrou no peso e na solidez dos materiais. Obstáculos que se mostraram tão insuperáveis a ponto de levá-lo, a contragosto, a poupar os alicerces. A rica biblioteca foi saqueada ou destruída, e cerca de vinte anos depois a visão das estantes vazias [refere-se a Orósio] despertava a tristeza e a indignação de qualquer espectador que não tivesse o espírito totalmente obscurecido por preconceitos religiosos. Enquanto se fundiam as imagens e os vasos de ouro e prata, e os de metais menos preciosos eram despedaçados com desprezo e jogados fora, Teófilo instigava os presentes expondo as fraudes e vícios dos sacerdotes dos ídolos.

O incêndio dos livros faz parte da cristianização. Ainda sob Justiniano, na capital do império, não eram incomuns cenas como a descrita por Malalas: "no mês de junho da mesma indicação", escreve o cronista antioquiano, "alguns gregos [isto é, pagãos] foram presos e arrastados em torno e seus livros queimados no Cinégio, e da mesma forma as imagens e estátuas de seus miseráveis deuses" (p. 491 ed. Bonn.). O Cinégio era o local onde se atiravam os cadáveres dos condenados à morte.

-

No ano 357 de nossa era, o retórico Temístio, assíduo comentador de Aristóteles e senador na nova capital, lançava um preocupante alarme. Ao exaltar a iniciativa de Constâncio de fundar uma biblioteca imperial em Bizâncio, Temístio ressaltava a urgência de tal empreitada, pois de outra forma — advertia ele — os grandes clássicos passariam a correr sério perigo (*Panegirico de Constâncio*, pp. 59^d-60^c). Outras vezes já se empreendera, por ordens imperiais, um programa de emergência contra o desaparecimento dos livros. No início de seu reinado, Domiciano (81-86 d.C.) decidira "reconstruir as bibliotecas incendiadas" e, para tanto, havia "mandado procurar por todo o império cópias das obras desaparecidas" e "enviado a Alexandria uma missão com o encargo de copiar e corrigir os textos" (Suetônio, *Vida de Domiciano*, 20). Mas na época de Temístio, na metade do século IV, a iniciativa de Constâncio aparecia então como uma defesa extrema. Cerca de sete séculos após o primeiro Ptolomeu, um ciclo parecia se encerrar.

No mundo helênico-romano, as bibliotecas tinham sido numerosas, mas efêmeras: não só as imensas, mas também as menores, citadinas, locais, motivo de orgulho, como os banhos e os ginásios, da *civilitas*, arruinada pela anarquia militar.

Entre as primeiras — as maiores — fora atingida a de Adriano, em Atenas, devastada pelos hérulos, que penetraram até o coração do império sem grandes resistências (267 d.C.). Poucos anos depois, foi a vez de Alexandria. De fato, é dessa época o verdadeiro fim da grande biblioteca, durante o conflito entre Zenóbia e Aureliano, no momento em que, como diz Amiano, Alexandria perdeu o bairro (*amisit regionem*) "quae Bruchion appellabatur, diuturnum praestantium hominum domicilium" [que era chamado Brúquion, há muito domicílio de homens importantes] (XXII, 16, 15), bairro onde — observa Epifânio, poucos anos depois — numa época ficava a biblioteca, "e agora o deserto" (*Patrologia graeca*, 43, 252). Sua sobrevivência ininterrupta, excepcional num mundo afligido pela caducidade de seus livros, é atestada por traços constantes que se sucedem até praticamente o fim. Cerca de vinte anos depois da

guerra de Alexandria, Estrabão visita e descreve o Museu. Meio século mais tarde, o imperador Cláudio (41-54 d.C.), eruditíssimo antiquado, manda construir em Alexandria um novo Museu ao lado do antigo (Suetônio, *Vida de Cláudio*, 42). Quarenta anos depois, um péssimo sucessor seu, Domiciano (81-96 d.C.), envia uma comissão a Alexandria, com o encargo de trazer cópias dos tesouros livrescos da cidade.

Mas ainda existem documentos originais: por exemplo, uma escritura particular sobre a venda de uma embarcação, realizada em 31 de março de 173 d.C., na qual figura a assinatura de um certo Valério Diodoro, que se qualifica como "ex-vice-bibliotecário e membro do Museu" (Papiro Merton, 19). E por fim, no início do século III, Ateneu de Naucrates: seu erudito fichário, transmitido ao banquete dos sábios, parecia pressupor (mesmo que se imagine o banquete em Roma) uma profusão de livros da terra de origem do misterioso autor.

Também Roma, em meados do século IV, tinha ficado, por assim dizer, sem livros. Poucos anos antes que Temístio aplaudisse a iniciativa de Constâncio, as bibliotecas da antiga capital também estavam fechadas: "fechadas no eterno como tumbas", observa Amiano com calafrios (XIV, 6, 18). E logo mais pereceria num incêndio a biblioteca de Antioquia, que mal acabara de ressurgir.

Considerando essa cadeia de fundações, refundações e catástrofes, parece destacar-se um fio que liga os vários esforços do mundo helênico-romano, em boa parte vãos, de pôr seus livros a salvo. Tudo começa com Alexandria: Pérgamo, Antioquia, Roma, Atenas são apenas réplicas dela. A última reencarnação ocorrerá em Bizâncio, e uma vez mais será uma biblioteca no palácio: no palácio do imperador (Zózimo, III, 11, 3) e no do patriarca (Jorge Píside, canto 46).

As destruições, ruínas, saques, incêndios atingiram principalmente os grandes conjuntos de livros, em geral situados no centro do poder. Nem as bibliotecas de Bizâncio constituíram exceção. Por isso, o que finalmente restou não provém dos grandes centros, mas de lugares "marginais" (os conventos) ou de esporádicas cópias particulares.

SOBRE ALGUMAS PERSONAGENS HISTÓRICAS

Alcibíades (450-404 a.C.). General e político ateniense, amigo de Sócrates, foi, em 415, o instigador da desastrosa expedição ateniense à Sicília durante a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.).

Alcman (Sardes, séc. VII a.C.). Poeta lírico grego, viveu em Esparta e foi um dos primeiros a cantar o amor.

Alcmeônidas. Família nobre e poderosa de Atenas, que teria tido por fundador Alcmeon, neto de Nestor. Péricles e Alcibíades pertenciam a essa família.

Amlano Marcelino (340-400 d.C.). Historiador latino reputado por sua exatidão e imparcialidade. Escreveu uma história romana (*Rerum gestarum libri XXXI*) que vai da morte de Domiciano à morte de Valente (96-378) e cujos primeiros treze livros perderam-se.

Amr ibn al-As (594-684 d.C.). General árabe convertido ao Islão em 630, conquistou o Egito, apoderando-se de Alexandria em 642.

Anaxímenes de Lâmpsaco (séc. IV a.C.). Aluno de Zoilo e de Diógenes, foi um dos preceptores de Alexandre, seguindo-o em suas conquistas na Ásia.

Andrônico de Rodes (séc. I a.C.). Filósofo grego, dirigiu a escola peripatética de Atenas (60-40 a.C.) e ocupou-se das edições críticas de Aristóteles e de Teofrasto.

Apelicone de Teos (morto em c. 85 a.C.). Filósofo peripatético grego, reencontrou as obras de Aristóteles e de Teofrasto, até então esquecidas, e formou uma rica biblioteca que Sila mandou transportar para Roma.

Apião (séc. I a.C.)- Gramático grego de origem líbia, estudou em Alexandria e, depois, estabeleceu-se em Roma (c. 30 a.C.), onde divulgou a sua violenta sátira contra os judeus.

Apolônio de Rodes (295-215 a.C.). Gramático e poeta grego, manteve, em Rodes, uma famosa escola de retórica. Após a morte de seu mestre Calímaco, com quem se havia desentendido, retornou a Alexandria, onde dirigiu a famosa biblioteca.

Aristarco de Samotrácia (220-144 a.C.). Gramático grego, fez carreira em Alexandria, onde se ocupou da educação dos filhos de Ptolomeu Filométor. Produziu uma edição corrigida da obra de Homero.

Aristeu (séc. III a.C.). Suposto funcionário do soberano egípcio Ptolomeu II Filadelfo. É provável que, por trás desse nome, se oculte um judeu alexandrino. Escreveu a seu irmão Filócrates uma carta relatando a origem da tradução grega dos Setenta.

Aristófanés de Bizâncio (260-181 d.C.). Gramático alexandrino, discípulo e continuador de Zenódoto. Assumiu a direção da biblioteca de Alexandria, sucedendo Apolônio de Rodes.

Aristóteles (384-322 a.C.). Filósofo grego, discípulo de Platão. Em 335, abriu, no Liceu, uma escola de ciência e de filosofia, que tomou o nome de *peripatética*. Ocupou-se da educação de Alexandre (342-335) e deixou obra vastíssima, verdadeira enciclopédia do saber humano.

Ateneu de Nducraüs (sécs. II, III d.C.). Escritor grego, de origem egípcia, que veio se estabelecer em Roma no início do séc. III. Seu *Banquete dos sofistas* oferece informação interessante sobre a vida cotidiana na Antigüidade.

Atenião (ou Aristião) (morto em 86 a.C.). Filósofo peripatético, dedicou-se ao ensino da filosofia, viajando de cidade em cidade. Partidário de Mitrídates, foi executado por ordem de Sila.

Ático, Herodes (101-177 d.C.). Reitor grego que ensinou em Atenas e em Roma, onde foi preceptor de Marco Aurélio. Herdeiro de imensa fortuna, ergueu monumentos em Atenas, Corinto e Olímpia.

Aulo Gélio (séc. II d.C.). Gramático latino, viveu em Atenas onde escreveu *Noites áticas*, obra repleta de informações curiosas sobre a língua, a literatura, o direito e a arqueologia helênicas.

Calímaco (300 — c. 240 d.C.). Poeta grego, estudou em Atenas e, posteriormente, foi professor de gramática e bibliotecário em Alexandria. Produziu uma obra imensa da qual só restam alguns poemas (hinos e epigramas) e fragmentos de uma epopéia.

César (102-44 a.C.). General e político romano, conquistador da Gália (58-51). Derrotou seu grande rival Pompeu na batalha de Farsália (48) e perseguiu-o até o Egito, onde encontrou Cleópatra;

acabou assassinado pelos senadores, que temiam vê-lo transformado num soberano de tipo oriental.

Cícero (106-43 a.C.). Orador e político romano. Alia-se ao partido senatorial contra Marco Antônio e o ataca violentamente nas suas *Filípicas* (44). Quando Otávio se aproxima de Antônio e forma o segundo triunvirato (com Lépido), Cícero é perseguido, capturado e decapitado. Produziu obra abundante, na qual se destacam discursos, cartas e tratados filosóficos de influência grega.

Cláudio (10 a.C. — 54 d.C.). Quarto imperador romano, que, após Messalina, esposou Agripina e consentiu em indicar Nero como sucessor. Muito culto, escreveu trabalhos históricos (sobre os etruscos e os cartagineses) que estão perdidos.

Cleópatra (Cleópatra VII) (66-30 a.C.). Rainha do Egito de 51 a 30. Expulsa do trono pelo marido, foi restabelecida por Júlio César. Após a morte deste, uniu-se a Antônio, tentando levar avante um projeto de hegemonia egípcia no Mediterrâneo oriental. Após a derrota de Antônio em Actium (31), Cleópatra se suicida.

Demétrio II Nicetor, isto é: "vencedor". Rei da Síria (144-125 a.C.). Desposou Cleópatra, filha de Ptolomeu VI, e derrotou o usurpador Alexandre Bala.

Demóstenes (384-322 a.C.). Orador e político grego, dedicou-se a combater as ambições de Filipe da Macedônia com relação ao domínio da Grécia. Escreveu contra ele as *Filípicas*.

Dião Cássio (morto em 155 d.C.). Historiador grego, ocupou cargos públicos sob os imperadores Cômodo, Pértinax e Alexandre Severo. Após renunciar à vida pública, dedicou-se à redação de uma *História romana* que cobre os eventos de 68 a.C. a 47d.C.

Dídimo o Cego (313-398 d.C.) - Teólogo cristão posto, por santo Atanásio, à frente da escola catequética de Alexandria. Foi um dos grandes teólogos da Trindade e deixou também o polêmico *Contra os maniqueus*.

Diógenes Laércio (séc. III d.C.). Filósofo grego da escola epicurista, escreveu uma história da filosofia sob a forma de biografias de filósofos célebres.

Diodoro da Sicília (séc. I a.C.). Historiador grego romanizado, viajou pela Ásia e Europa e, em 21, publicou a sua *Biblioteca histórica*,

história universal que se estende dos tempos mais recuados até a conquista da Gália.

Domiciano. Imperador romano (81-96 d.C.). Ergueu vários edifícios em Roma e restaurou a biblioteca de Augusto. Ameaçado pelos aristocratas, estabeleceu um regime de terror, durante o qual historiadores e intelectuais foram perseguidos, entre os quais Epicteto e Dião Crisóstomo.

Élora (400-335 a.C.). Orador e historiador grego, autor de uma história geral da Grécia que se estendia até o ano de 340 a.C.

Epifânio (santo) (320-403 d.C.). Passou a juventude entre os monges do Egito, onde desenvolveu o gosto pelo ascetismo e um ódio intenso contra as heresias. Em 367, foi eleito bispo de Constância.

Estrabão (63 a.C. — 20 d.C.). Geógrafo grego que, após ter-se instalado em Roma (29 a.C.), produziu uma geografia universal cuja maior parte chegou até nós.

Estratão (morto 270 a.C.). Filósofo peripatético grego, dirigiu o Liceu a partir de 288. Negava a existência de uma causa suprema inteligente e orientou a escola aristotélica para o estudo das leis físicas e da mecânica. Passou parte de sua vida no Egito e teve como discípulo o soberano Ptolomeu Filadelfo.

Eutíquio (378-454 d.C.). Monge bizantino, ensinou que só havia uma natureza em Cristo, a divina (monofisismo), que absorvera a natureza humana. Condenado pelo papa Leão e pelo concílio de Calcedônia, foi banido.

Fabrício (séc. III a.C.). General e político romano, célebre por sua simplicidade e desinteresse. Foi censor em 275 e Plutarco escreveu sobre a sua vida.

Filarete (c. 1400-1469). Antônio Averlino, ourives e arquiteto florentino, autor de um tratado de arquitetura.

Filipe II da Macedônia. Rei da Macedônia de 359 a 336 a.C. Impregnado de helenismo e interessado pelas reformas militares de Epaminondas, reorganizou o exército macedônio. Esboçou a unidade da Grécia, após a vitória de Queroneia (338), e concebeu um grande projeto de guerra contra a Pérsia, que não chegou a realizar por ter sido assassinado. Foi pai de Alexandre o Grande.

Floro (sécs. I-II d.C.). Historiador latino, de origem africana, amigo de Adriano. Deixou um epítome da história romana, das origens até Augusto.

Germânico (15 a.C. — 19 d.C.). General romano, célebre por suas vitórias sobre os povos germânicos. Malvisto por Tibério, que temia a sua popularidade, morreu na Síria, provavelmente envenenado. Tácito, nos *Anais*, fez dele um grande herói.

Hecateu de Abdera (séc. IV a.C.). Historiador e filósofo cético da época de Alexandre e de Ptolomeu I. Compôs várias obras, das quais subsistem fragmentos.

Heráclito. Imperador bizantino de 610 a 641. Derrota os persas em 628, mas seu reinado termina catastroficamente, com a invasão dos árabes, que tomam Jerusalém (638) e o Egito (639-42).

Isidoro de Sevilha (560-636). Arcebispo de Sevilha por volta de 600, consagrou-se ao trabalho de conversão dos judeus e presidiu o concílio de Toledo de 633. Sua obra principal, as *Etymologiae*, era uma verdadeira enciclopédia e foi largamente utilizada na Idade Média. Foi canonizado em 1598 e proclamado doutor da Igreja em 1722.

João Filopão. Sábio grego do início do séc. VI d.C, que, embora cristão, foi discípulo do filósofo pagão Amônio e ensinou literatura na escola de Alexandria.

Josefo, Flávio (37-100 d.C). Historiador judeu, estabeleceu-se em Roma onde gozou da consideração de Vespasiano, Tito e Domiciano. Escreveu a *História da guerra dos judeus*, as *Antigüidades judaicas*, uma autobiografia e *Contra Apião*.

Licurgo (morto em 324 a.C.). Orador e político ateniense, foi, juntamente com Demóstenes, um dos chefes do partido anti-macedônio em Atenas. Subsiste dele apenas um discurso, *Contra Leócrates*.

Lucano (39-65 d.C.). Poeta latino, sobrinho do filósofo Sêneca. Escreveu virulentas epigramas contra Nero, participou da conjuração de Pisão e terminou por suicidar-se. Deixou um poema heróico, *A Farsália*, que trata da guerra civil entre César e Pompeu e do início da guerra de Alexandria.

Marco Antônio (83-30 a.C.). Político romano, formou, juntamente com Otávio e Lépido, o acordo do segundo triunvirato (43), graças ao qual recebeu o governo da Grécia e das províncias asiáticas. Ao lado de Cleópatra, retomou o sonho alexandrino de um império cosmopolita, helênico e oriental, o que levou Otávio a declarar-lhe guerra, derrotando-o em Actium (31). O resultado dessa batalha naval determinou o suicídio tanto de Antônio quanto de Cleópatra.

Megástenes (séc. III a.C.). Historiador e geógrafo, após 302 a.C. esteve na Índia, onde redigiu *Indika*, da qual infelizmente só subsistem fragmentos.

Mitrídates. Rei do Ponto de 120 a 63 a.C. Em 88, entrou em Éfeso, levantou os gregos da Ásia contra a dominação romana e ordenou o massacre de todos os romanos estabelecidos na região. Roma enviou contra ele Sila, que o venceu em 86-85. Mais tarde, uma campanha vitoriosa de Lúculo o expulsou tanto da Bitínia quanto de seu próprio reino, e Mitrídates foi obrigado a fugir para a Armênia (71). Em 66 foi completamente derrotado por Pompeu e suicidou-se. Por sua inteligência, determinação e ódio a Roma, chegou a ser comparado a Aníbal.

Neleu. Filósofo grego do séc. III a.C., discípulo e amigo de Teofrasto, o qual lhe doou sua biblioteca com todas as obras de Aristóteles.

Orósio, Paulo (morto em 418). Historiador cristão, amigo de santo Agostinho; por sugestão deste último, escreveu *Histórias contra os pagãos*, para defender o cristianismo, acusado pelos pagãos de ser o responsável pela queda de Roma (410).

Otaviano (ou Otávio). Imperador romano de 27 a.C. a 14 d.C., conhecido por Augusto. Após sua vitória sobre Antônio e a morte de Cleópatra (30), anexou o Egito, restabelecendo, sob a sua autoridade, a unidade do mundo mediterrâneo romano.

Plínio (o naturalista). Caius Plinius Secundus, ou Plínio o Velho (23-79 d.C.). Escritor latino muito prolífico, cuja obra se perdeu, exceto a sua *História natural* (*Naturae Historiarum libri XXXVII*), que, embora medíocre no conjunto, traz importantes informações sobre a geografia, a zoologia e a botânica da Antigüidade.

Plutarco (46-125 d.C.). Escritor grego que, além de tratados de moral, política e religião, deixou um conjunto de 46 *Vidas paralelas*

de homens ilustres, nas quais adota o procedimento de pôr lado a lado um grego e um romano.

Posidônio de Apaméia (135-50 a.C.). Filósofo e historiador grego, nascido na Síria. Foi também matemático e astrônomo, e tentou medir a circunferência da Terra. Seus cursos ministrados em Rodes foram acompanhados, entre outros, por Pompeu e Cícero. Com exceção de alguns fragmentos da história que escreveu, sua obra está perdida.

Pisístrato (morto em 527 a.C.). Político ateniense e primeiro tirano da cidade (560 a.C.). Realizou grandes obras públicas — criou a primeira biblioteca pública, ergueu templos e monumentos — e deu impulso às festas cívicas (Panatenéias, Dionísias).

Ptolomeu I, Sóter, isto é: "salvador". General de Alexandre o Grande, enteado do nobre macedônio Lagos, recebeu o Egito como reino, governando-o de 305 a 285 a.C., e instalou a capital em Alexandria.

Ptolomeu II, Filadelfo, isto é: "amigo dos irmãos" (285-246 a.C.). Deu à monarquia lágida no Egito as suas características distintivas: estatização do país, considerado como propriedade pessoal do rei; entrega de todos os postos-chave aos gregos. Atraiu judeus para o Egito e fundou o museu de Alexandria.

Ptolomeu III, Evergeta, isto é: "benfeitor". Rei do Egito de 246 a 221 a.C. Levou ao apogeu o império marítimo lágida, estendendo o seu controle sobre todo o Mediterrâneo oriental.

Ptolomeu XII, Aulete, isto é: "o flautista". Rei do Egito de 80 a 51 a.C. Comprou o reconhecimento do Senado romano entregando a Pompeu uma soma considerável (59) e abandonando a ilha de Chipre. Odiado pelos egípcios, chegou a ser expulso (58), mas foi restabelecido graças aos serviços de Gabínio, governador romano da Síria, que o recolocou no trono em 55.

Ptolomeu XIV, Filopátor, isto é: "amigo do pai". Rei do Egito de 47 a 44 a.C., graças ao apoio de César. Foi o segundo marido de Cleópatra VII e morreu envenenado.

Quintiliano (morto no final do séc. I d.C). Escritor latino que construiu, em Roma, sólida reputação como advogado e professor de eloqüência. Deixou o *De Institutione oratória* (96), o mais completo tratado de retórica da Antigüidade.

Ramsés II. Faraó da XIX dinastia egípcia. Lutou contra os hititas na Síria (batalha de Kadesh, 1285 a.C.) e foi um dos grandes construtores de monumentos da Antigüidade (Carnac, Lúxor, Abu-Simbel, Tânis). Mandou erguer, em Tebas, o Ramesseum.

Sêneca (4 a.C. — 65 d.C.). Filósofo romano de orientação estóica que se ocupou da educação do jovem Nero e foi, por este, condenado à morte por ocasião da conspiração de Pisão. Deixou tratados morais, diálogos, um tratado científico, cartas, uma sátira e nove tragédias.

Sesóstris. O faraó Sesóstris dos autores gregos Heródoto e Diodoro da Sicília corresponde aos soberanos egípcios Sesóstris (Senusret) II e III (XII dinastia), que foram fundidos pelos gregos numa só personagem, da qual extraíram o modelo do conquistador egípcio, atribuindo-lhe conquistas posteriores das dinastias XVIII e XIX.

Sila, Lúcio Cornélio (138-78 a.C.). General e político romano. Casado com Cecília Metella, tornou-se o campeão da oligarquia, opondo-se ao partido popular e seu líder Mário. Lutou contra Mitrídates, tomou Atenas (86), depois Roma (82), onde imperavam os adeptos do falecido Mário, e fez-se nomear ditador perpétuo. Após uma série de reformas no sentido de restabelecer o poder da oligarquia senatorial, renunciou à ditadura e retirou-se para a cidade de Cumas.

Simplicio (morto em 548 d.C.). Filósofo grego, discípulo de Amônio, ensinou filosofia neoplatônica em Atenas. Após o fechamento das escolas pagas por Justiniano (529), seguiu para a Pérsia, de onde voltou em 545. Esforçou-se por conciliar Platão e Aristóteles.

Suetônio (70-122 d.C.). Historiador latino que, sob Adriano, ocupou-se dos arquivos e das bibliotecas romanas. Escreveu as *Vidas dos doze Césares*, contendo as biografias dos imperadores que sucederam César e Augusto.

Tácito (56-115 d.C.). Historiador romano, autor da célebre *Germânia*, que retrata os costumes dos povos germânicos, bem como das *Histórias* e dos *Anais*, que chegaram até nós com graves lacunas.

Teócrito (310-250 a.C.). Poeta grego nascido em Siracusa, viveu um certo tempo em Alexandria. Autor de trinta *Idílios*, é considerado o mais ilustre dos poetas bucólicos.

Teofrasto (371-287 a.C.). Discípulo de Aristóteles, dirigiu o Liceu a partir de 322. Além de *Os caracteres*, imitados por La Bruyère, escreveu tratados que fazem dele o fundador da ciência botânica.

Tertuliano (160-240 d.C.). Teólogo latino, ocupou-se fundamentalmente de cristologia e de questões trinitárias. Atacou as heresias de seu tempo, mas, a partir de 213, afastou-se da Igreja, com a qual rompeu, e fundou uma seita montanista, que sobreviveu até o tempo de santo Agostinho.

Tibério Graco (162-133 a.C.). Político romano que tentou limitar a grande propriedade fundiária e recriar uma categoria média de proprietários no campo. Foi assassinado durante uma revolta promovida pelos patrícios mais reacionários.

Timão (320-230 a.C.). Filósofo grego, viveu no Egito, na corte de Ptolomeu Filadelfo. Compôs algumas sátiras, onde pôs em ridículo, muitos filósofos.

Tiranião (santo). Mártir cristão do séc. IV. Foi bispo de Tiro e, durante a perseguição de Diocleciano, jogaram-no no rio Orontes, onde morreu afogado.

Tito Lívio (59 a.C. — 17 d.C.). Historiador romano, autor de uma obra monumental sobre a história da sua cidade (*Ab urbe condita libri*), da qual subsistem 35 livros completos e alguns fragmentos. Sua obra cobre toda a história romana, das origens até a morte de Druso, irmão de Tibério, no ano 9 d.C.

Tucídides (460-400 a.C.). Historiador grego, autor de uma *História da Guerra do Peloponeso*, que se interrompe no ano de 411, seis anos antes do fim do conflito. Essa obra faz dele um dos maiores historiadores da Antigüidade e de todos os tempos.

Tzetzes, João (séc. XII d.C.). Poeta e gramático bizantino, autor de uma coletânea de anedotas e miscelâneas literárias, teológicas e históricas, agrupadas arbitrariamente, no séc. XVI, em treze livros de mil versos cada um.

Varrão (116-27 a.C.). Escritor e erudito latino que, após 43 (data em que, proscrito por Antônio, foi salvo por Calieno), dedicou-se exclusivamente ao estudo. Redigiu, entre outras, uma obra sobre a agricultura, os *Rerum rusticarum libri III*.

Vitrúvio (séc. I a.C.). Arquiteto e engenheiro latino, autor de um tratado intitulado *De architectura* (27), que foi a obra de base dos grandes arquitetos do Renascimento italiano.

Xerxes. Soberano aquemênida da Pérsia de 486 a 465 a.C., derrotado pelos gregos na batalha de Salamina (480).

Zenódoto de Éfeso (final do séc. III a.C.). Gramático grego. Diretor da biblioteca de Alexandria sob Ptolomeu II, foi quem publicou a primeira edição crítica de Homero.

Contra capa

Ptolomeu Filadelfo quer reunir todos os livros do mundo; o califa Omar pretende queimá-los todos, salvo o Corão. Entre esses dois sonhos, nasceu e foi destruída a monumental biblioteca de Alexandria, cidade que por mais de mil anos serviu de capital cultural do Ocidente.

Para narrar a história dessa imensa coleção de livros, Luciano Canfora retoma uma antiga técnica dos bibliotecários de Ptolomeu: a montagem e a reescritura das fontes, fundidas numa prosa aparentemente romanceada, mas na realidade baseada, quase frase por frase, em textos antigos. A história da maior biblioteca do mundo se confunde assim com a história dos livros que acumulou e dos livros que a descreveram — como uma última crônica de um erudito bibliotecário de Alexandria.

Sobre o Autor

Nasceu em 1942, em Bari, na Itália. Professor de filologia clássica, escreveu, entre outros, *Storia della letteratura greca* e *La sentenza - La morte de Giovanni Gentile*. Dirige a revista *Quaderni di Storia*.